



2019

RELATÓRIO E CONTAS



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Funchal, 16 de março de 2020



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

2 

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. Mensagem do Presidente	7
3. A EMPRESA	9
4. ESTRUTURA ORGÂNICA E CAPITAL HUMANO	11
4.1 Estrutura Orgânica	11
4.2 Capital Humano.....	11
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA NAS DIVERSAS ÁREAS DE NEGÓCIO.....	17
5.1 Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais em Alta	25
5.1.1 Abastecimento de Água em Alta.....	25
5.1.2 Produção Hidroenergética na Ilha da Madeira	28
5.1.3 Tratamento de Águas Residuais em Alta	29
5.2 Distribuição e Drenagem.....	33
5.2.1 Abastecimento de Água em Baixa	33
5.2.2 Águas Residuais.....	37
5.2.3 Qualidade do Serviço: reclamações de clientes.....	38
5.3 Recolha de Resíduos	43
5.4 Transferência e Triagem.....	51
5.4.1 Transferência de Resíduos entre Estações	51
5.4.2 Receção de Resíduos nos Ecocentros e nas Estações de Triagem.....	51
5.4.3 Envio de Resíduos para Reciclagem ou Outras Formas de Valorização.....	52
5.5 Valorização e Tratamento de Resíduos.....	57
5.5.1 Tratamento de Resíduos por Incineração	57
5.5.2 Deposição de resíduos em Aterro Sanitário	59
5.5.3 Receção de Resíduos Verdes.....	61
5.5.4 Receção e Incineração de Resíduos Silvícolas.....	63
5.5.5 Energia Elétrica Produzida pela Incineração de Resíduos.....	65
5.6 Regadio.....	69
5.6.1 Fornecimento de Água para Regadio – Madeira	69
5.6.2 Fornecimento de Água para Regadio – Porto Santo.....	74
5.7 Monitorização e Controlo da Qualidade da Água.....	77
5.8 Qualidade, Ambiente e Segurança.....	81
5.9 Atividades de Comunicação e Sensibilização.....	85
5.9.1 Ações de Sensibilização e Visitas às Estações de Tratamento de Água e Resíduos.....	85
5.9.2 Campanha “Reciclar faz bem ao Planeta”	85
5.9.3 Realização da 1ª Edição do PURA 2019	86

5.9.4	Campanha “Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água.”	87
5.9.5	Projeto ADAPTaRES - Encontro da equipa de trabalho.....	87
5.9.6	Projeto de compostagem doméstica - “O Meu Composto”	88
5.9.7	Comemoração do Dia do Ambiente (5 de junho de 2019)	89
5.9.8	Protocolo entre a ARM, S.A., e o Grupo Sousa	90
5.9.9	Jogo móvel Eco-Descobrimentos	90
5.9.10	Dia Mundial da Água (22 de março)	91
5.9.11	Participação no Evento “A Política de Coesão na Região Autónoma da Madeira”	92
5.9.12	Comemoração do Dia Mundial da Terra	92
5.9.13	Participação da ARM, S.A., na iniciativa #EUinmyregion	93
5.9.14	Colaboração no projeto "A Segurança começa aqui" da PSP	93
5.9.15	Workshop “Levadas da Madeira – 600 anos a vivificar a Terra Madeirense”	94
5.9.16	Participação da ARM, S.A., no “Porto Santo Fest 2019 – Da terra com sabor”	94
5.9.17	Mural “Lobo Marinho”, da autoria de Bordalo II.....	95
5.9.18	Dia Nacional da Água (1 de outubro).....	95
5.9.19	Responsabilidade social: Apadrinhamento do Projeto Abraço - Ser Criança	96
5.9.20	Responsabilidade social e ambiental: Projeto “Vamos ajudar a Cristina”	96
6.	INVESTIMENTOS	99
7.	ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	103
7.1	Desempenho Económico	103
7.2	Desempenho Financeiro	111
7.3	Objetivos e Políticas da Sociedade em matéria de gestão dos Riscos Financeiros	117
7.4	Factos Relevantes após o Termo do Exercício	117
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	123
9.	PERSPETIVAS FUTURAS.....	127
10.	DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA.....	133
10.1	Orientações Estratégicas.....	133
10.2	Principais Impactos, Riscos e Oportunidades	135
10.3	Valores, princípios e normas de comportamento	136
10.4	Política de Remunerações.....	137
10.5	Partes Interessadas	137
10.6	Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social.....	141
10.6.2	Componente Ambiental.....	145
10.6.3	Componente Social	149
10.7	Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira.....	152

1. INTRODUÇÃO

O presente documento visa sistematizar as atividades desenvolvidas pela ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A. (ARM, S.A.), em cada uma das suas áreas de negócio, no decorrer do ano 2019.

Nos seus pontos iniciais procede-se à identificação da estrutura da ARM, S.A., quer em termos de organização quer em termos de Recursos Humanos bem como das áreas de negócio que desenvolve e respetivo âmbito de atuação geográfico.

Posteriormente, é apresentado o desempenho de cada uma das áreas de negócio, comparativamente aos períodos homólogos.

É também apresentada uma sistematização das atividades desenvolvidas no âmbito da comunicação, nomeadamente das campanhas de sensibilização à população que têm vindo a ser desenvolvidas no sentido de contribuir para a alteração progressiva de comportamentos, com benefícios quer para a ARM, S.A., quer para a sustentabilidade ambiental e minimização das alterações climáticas quer para a comunidade em geral.

São ainda apresentados os investimentos realizados bem como uma análise do desempenho económico e financeira da ARM, S.A., no decorrer do ano 2019.

O presente documento contempla ainda uma demonstração não financeira conforme legalmente exigido.

PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

2. Mensagem do Presidente

A ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, em regime de concessão de serviço público e de exclusividade, exerce uma atividade estratégica para a Região Autónoma da Madeira, abrangendo um diversificado conjunto de áreas de negócios e de clientes. Os serviços desenvolvidos pela ARM são vitais, quer para as famílias, quer para o bom funcionamento do tecido empresarial regional.

A atividade da ARM tem um enfoque muito especial na área ambiental, o que aumenta a sua responsabilidade social e coletiva pela cada vez maior consciencialização da sociedade para as temáticas da sustentabilidade ambiental e das alterações climáticas. Neste âmbito, a ARM tem vindo a proceder de forma crescente e sustentada à valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, reduzindo ao mínimo as quantidades encaminhadas para aterro. Da mesma forma, os resíduos sujeitos a triagem e encaminhamento para as entidades gestoras têm apresentado aumentos anuais, promovendo a sua valorização, constituindo esta postura um contributo decisivo para a economia circular, cada vez mais importante nos tempos atuais e de evidente importância num espaço arquipelágico como o nosso.

Também a sustentabilidade dos recursos geridos e utilizados pela empresa, em especial dos recursos hídricos, tem sido uma área onde a ARM tem desenvolvido grandes esforços e investimentos. As circunstâncias que envolvem os fenómenos de baixa pluviosidade e o aumento significativo do consumo das redes municipais coloca uma significativa pressão sobre este recurso, bem como sobre todas as infraestruturas e sectores, tanto em alta como em baixa. Como é evidente, esta situação tem provocado manifesta escassez na quantidade de água disponível para o regadio agrícola. E é por isso que importa garantir urgentemente a redução das perdas nos sistemas municipais, tanto por parte da ARM (atividade já em curso através das múltiplas empreitadas de substituição de rede promovidas pela empresa e da criação de zonas de medição e controlo), como por parte dos Municípios não aderentes, os quais são responsáveis, em termos globais, pela utilização de mais de metade da água disponibilizada.

Outra área em que esta empresa se destaca, por ser uma atividade apenas existente nesta Região, é o regadio agrícola. Aqui, a ARM, para além do fornecimento de água aos agricultores e dos importantes investimentos que têm vindo a ser efetuados nas infraestruturas de transporte e captação, tem contribuído, em parceria com outras instituições, para a manutenção dos ecossistemas, da paisagem natural e para a criação de trilhos e de acessos de inegável valor cultural e turístico.

Atenta ao seu papel no domínio da responsabilidade social e no envolvimento com a comunidade, cumpre referir que esta empresa tem vindo a proporcionar um conjunto de estágios, em contexto de trabalho, a diversos alunos, contribuindo para que estes tenham um primeiro contacto com o mundo do trabalho, ajudando a um contínuo desenvolvimento pessoal e a sólido crescimento profissional, podendo vir a contribuir para uma carreira de sucesso nas organizações onde venham a desempenhar a sua atividade profissional. Não se pode deixar de enfatizar o trabalho também efetuado pelos técnicos desta empresa, como sessões de informação e sensibilização em escolas e instituições sem fins lucrativos, bem como visitas de estudos a diversos estabelecimentos da ARM, S.A., insistindo na consciencialização da necessidade de racionalizar, reduzir e valorizar.

Nessa continuidade, há que registar o competente trabalho e o esforço de todos os colaboradores, sempre com o propósito de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, muitas das vezes com grande esforço pessoal e familiar, mas sempre com uma postura proactiva e espírito de

equipa, mesmo em condições que por vezes se podem apresentar como difíceis, mas sem os quais, com toda a certeza, a empresa não teria o nível de qualidade e de serviço que apresenta.

Saliente-se que esta empresa, fruto das transformações que tem sofrido ao longo de vários anos, decorrente da junção de diferentes realidades, que culminou na fusão, em 2014, das empresas públicas de águas e resíduos, tem feito um esforço no sentido de harmonização e melhoria contínua da situação das pessoas que a constituem. Exemplo disso são os Acordos de Empresa, celebrados em 2017 e em 2018.

Estou certo que o ano 2020 constituirá um aprofundar da qualidade do serviço prestado pela ARM no âmbito da gestão de resíduos e do fornecimento de água, tanto para consumo humano como para o regadio, sempre num contexto do incremento da sustentabilidade ambiental e da adoção de medidas de mitigação das alterações climáticas. Para além de um ano hidrológico particularmente seco, que vai afetar o nosso principal recurso, vamos ter que lidar com previsíveis alterações de enquadramento legislativo, e num contexto particularmente sensível, mas temos de os encarar como desafios a que a ARM, através da sua tutela, dos seus acionistas, dos seus colaboradores e dos seus parceiros, num esforço conjunto, saberá superar.

3. A EMPRESA

Os principais dados identificativos da ARM, S.A., são os seguidamente apresentados:

- **Forma Jurídica:** Sociedade Anónima
- **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 509 574 513
- **Sede Social:** Rua dos Ferreiros, 148 – 150, 9000-082 Funchal
- **Capital Social:** 19 705 500,00 €
- **Objeto Social:** A exploração e gestão do sistema multimunicipal de águas e resíduos da Região Autónoma da Madeira, em regime de concessão de serviço público e de exclusividade

A ARM, S.A., tem como acionistas a Região Autónoma da Madeira com a participação de 98,21% e os municípios aderentes com uma participação de 1,79%, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 3.1 – Estrutura Acionista da ARM, S.A.,

Acionista	N.º de ações	Capital social realizado	% de participação
RAM	3 870 600	19 353 000	98,21%
Município de Câmara de Lobos	22 500	112 500	0,57%
Município de Machico	17 500	87 500	0,44%
Município da Ribeira Brava	12 000	60 000	0,31%
Município de Santana	9 500	47 500	0,24%
Município do Porto Santo	9 000	45 000	0,23%
TOTAL	3 941 100	19 705 500	

A representação do acionista Região Autónoma da Madeira é, nos termos do determinado no Contrato de Concessão e nas Bases da mesma, assegurada pelos membros do Governo Regional que detenham a tutela do setor do ambiente e a tutela do setor das finanças.

A ARM, S.A., no seu modelo atual, resultou da fusão por incorporação, ocorrida em 30 de dezembro de 2014, das sociedades: IGSERV - Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., IGH – Investimentos e Gestão Hidroagrícola, S.A., IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A e Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., que em consequência se extinguíram, tendo a totalidade do ativo e do passivo daquelas sociedades, sido incorporado na ARM, S.A..

A 30 de dezembro de 2014 foi celebrado o “Contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da Região Autónoma da Madeira em regime de serviço público e de exclusividade entre a Região Autónoma da Madeira e a ARM, S.A.”, por um período de 30 anos.

De salientar que, a partir do exercício económico de 2017, a ARM, S.A., foi classificada como Entidade de Interesse Público, nos termos da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e como tal, sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Constituem Órgãos da ARM, S.A., os seguidamente identificados:

Quadro 3.2 – Órgãos da ARM, S.A.,

Assembleia Geral	
Presidente	José Manuel Melim Mendes
Vice-Presidente	Altino Agostinho de Sousa de Freitas
Secretário	Lília Gouveia Farinha
Conselho de Administração	
Presidente	Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves
Vice-presidente	Ricardo Nuno Rodrigues Fernandes Manica
Vice-presidente	João Pedro Trindade Pita Nunes de Castro
Conselho Fiscal	
Presidente	João Albino Cordeiro Augusto
Vogal	José Ivo Correia
Vogal	Ricardo Nuno Abreu de Nóbrega
Revisor Oficial de Contas	
KPMG & Associados – S. R. O. C., S.A. representada pelo Dr. Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa (ROC nº 1466)	

Salienta-se que a **VISÃO** da ARM, S.A., é:

Ser reconhecida pela gestão eficiente das águas e dos resíduos na Região Autónoma da Madeira e ser uma referência pelas melhores práticas, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

A **MISSÃO** da ARM, S.A., é:

Gerir o sistema multimunicipal de águas e de resíduos da Região Autónoma da Madeira, atuando de forma integrada nas suas diversas vertentes, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, num quadro de sustentabilidade ambiental, económica e social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento da Região.

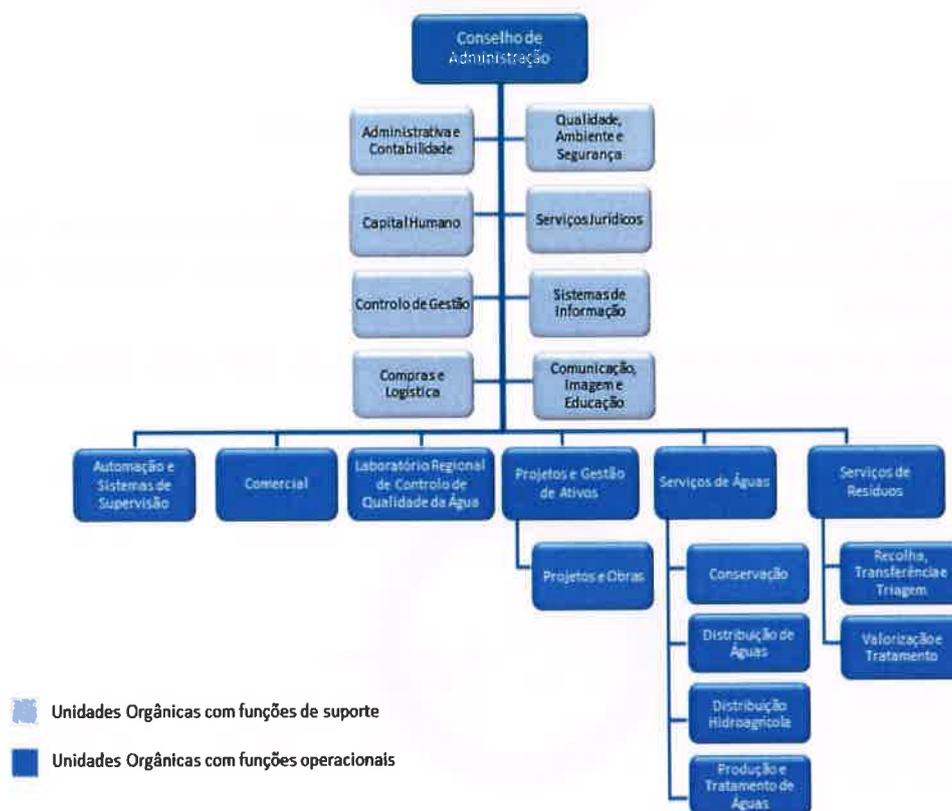
No que concerne aos **VALORES** prosseguidos pela ARM, S.A., estes aliam a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais à sustentabilidade económica e à manutenção do bem-estar social, em nome da qualidade de vida dos colaboradores, da comunidade e das gerações futuras. Entre os valores seguidos destacam-se:

- A Sustentabilidade, a procura de soluções eficientes, com respeito pelo Ambiente e pelas Pessoas. Assegurar internamente e incentivar publicamente a implementação de práticas ambientais corretas e responsáveis, através de programas contínuos de formação e informação, além de apostar em projetos de requalificação ambiental;
- A Qualidade, a competência e o rigor nas tomadas de decisões;
- A Legalidade, integridade e a transparência;
- A Formação e a Informação, como processos de melhoria contínua;
- Criação de Valor - promover a criação de valor aos utilizadores, colaboradores e acionistas, pelo regular, contínuo e eficiente tratamento, bem como pela geração e implementação de soluções inovadoras e de qualidade;
- Responsabilidade Social - assumir todos os dias um comportamento socialmente responsável e coerente para com os colaboradores, a comunidade e as restantes partes interessadas, participando ativamente em iniciativas de cariz educativo, cultural e social.

4. ESTRUTURA ORGÂNICA E CAPITAL HUMANO

4.1 Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da ARM, S.A., é a seguinte:



4.2 Capital Humano

A 31 de dezembro de 2019 a ARM, S.A., contava com 775 colaboradores, o que representa um acréscimo de 2,5% face ao ano de 2018, sendo 649 do sexo masculino (84%) e 126 do sexo feminino (16%).

Quadro 4.2.1 – Evolução do número de colaboradores

Ano	N.º colaboradores	Δ do N.º de colaboradores	Δ % do N.º de colaboradores
2015	721	16	2,3%
2016	724	3	0,4%
2017	745	21	2,9%
2018	756	11	1,5%
2019	775	19	2,5%

A distribuição dos colaboradores por género evidencia uma elevada preponderância dos homens em detrimento das mulheres, facto que é explicado pelo carácter iminentemente operacional das principais atividades exercidas pela empresa.

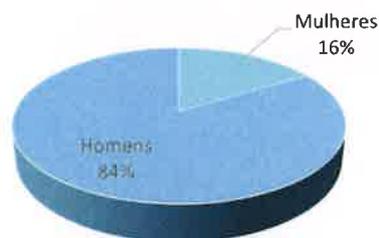


Gráfico 4.2.1 – Distribuição dos colaboradores por género

De entre os diversos tipos de vínculos existentes na empresa é de salientar que cerca de 70,5% dos colaboradores pertencem aos quadros da empresa e aproximadamente 26,3% possuem vínculo à administração pública.

Destaca-se ainda que apenas cerca de 3,2% dos colaboradores da ARM estão afetos à empresa mediante contrato de trabalho a termo.



Gráfico 4.2.2 – Distribuição dos colaboradores por vínculo

De destacar que o número de colaboradores com vínculo à administração pública tem vindo a apresentar uma diminuição contínua ao longo dos anos. Tal resulta do facto destes trabalhadores ao saírem da empresa (regresso ao serviço de origem ou por aposentação) são substituídos por trabalhadores com regime de Contrato Individual de Trabalho. Não obstante esta diminuição progressiva, e que se espera ser mais acentuada nos próximos anos por motivos de aposentação de elevado número de colaboradores, ainda perdurará por vários anos a existência das duas principais tipologias de vínculos na empresa.

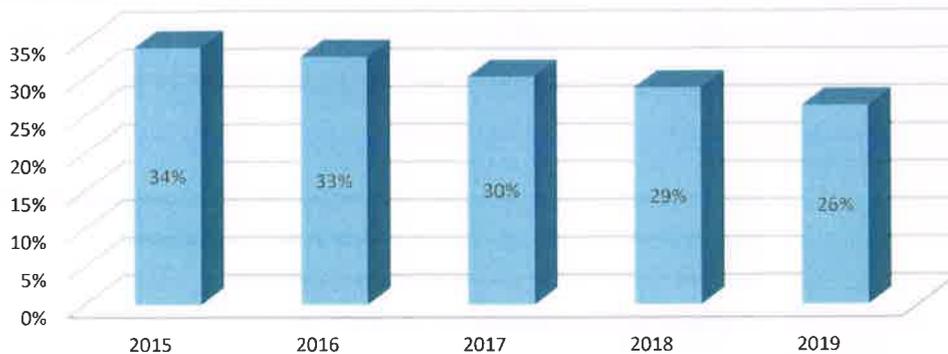


Gráfico 4.2.3 – Evolução do peso dos colaboradores com vínculo à Administração Pública

Relativamente à estrutura etária, verifica-se que mais de metade dos trabalhadores (60%) tem idade igual ou inferior a 49 anos.

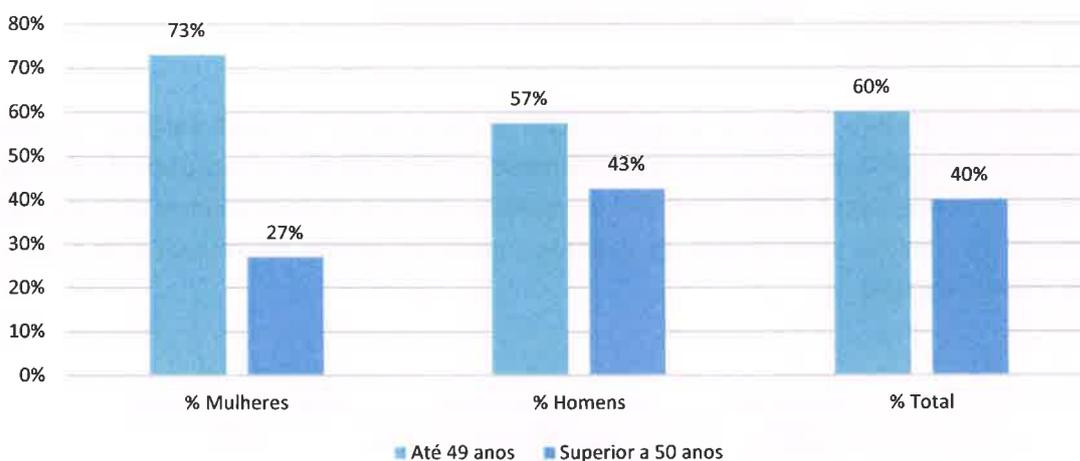


Gráfico 4.2.4 – Peso dos colaboradores com idade superior e inferior a 49 anos

Não obstante constatar-se uma estrutura etária relativamente jovem, a pirâmide etária dos colaboradores da empresa apresenta um número significativo de colaboradores nas faixas etárias entre os 40 e os 59 anos.

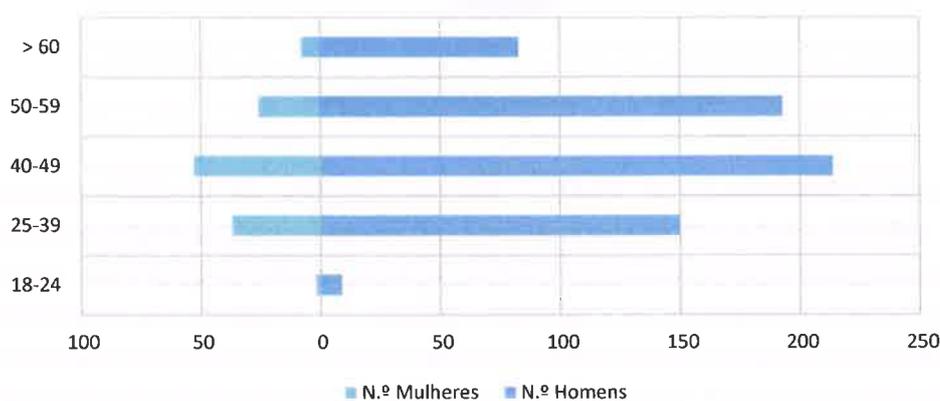


Gráfico 4.2.5 – Estrutura etária

No que se refere às habilitações literárias, verifica-se que 267 colaboradores (34%) apresentam níveis de escolaridade igual ou superior ao 12.º ano ou equivalente, sendo que dos restantes, cerca de 26% possuem nível de escolaridade igual ou inferior ao 1.º ciclo do ensino básico.

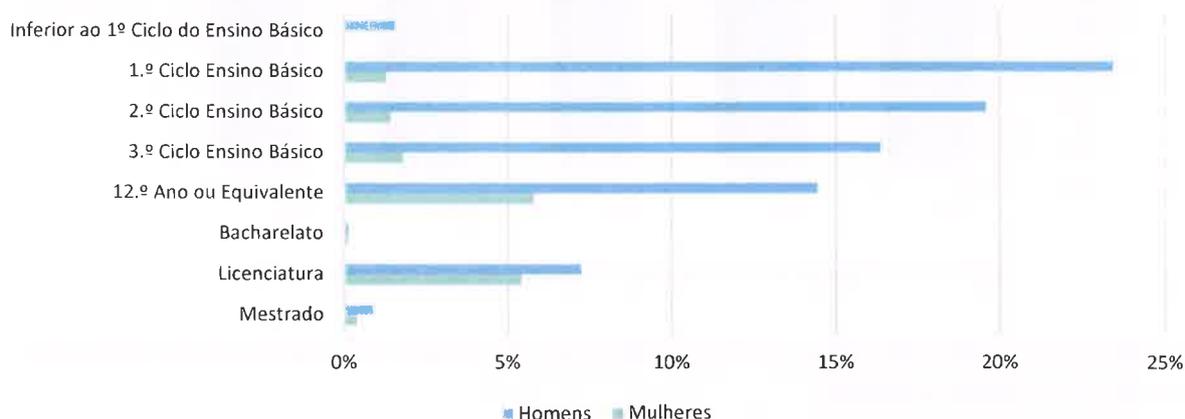


Gráfico 4.2.6 - Habilitações dos colaboradores

Relativamente à estrutura dirigente e qualificação profissional, é possível verificar o cariz operacional desta empresa, pois a maioria dos trabalhadores (57%) pertencem ao grupo de pessoal operacional. A empresa conta, ainda, com 28% de quadros técnicos, encontrando-se os restantes colaboradores distribuídos pelos grupos de quadros superiores, gestão intermédia e de topo e assessoria e apoio à gestão.

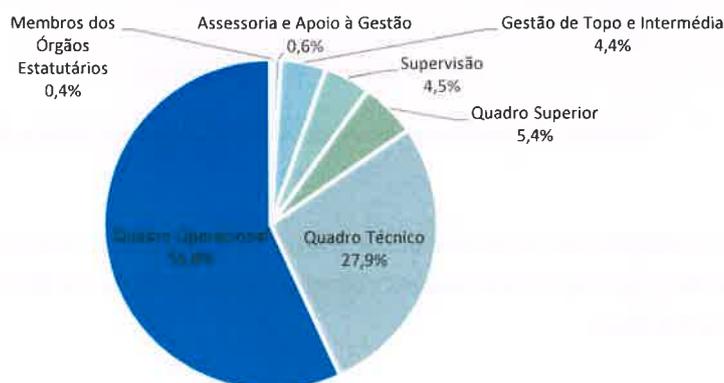


Gráfico 4.2.7 – Tipologias de Funções/Carreiras

Na sequência da implementação do SIGAD – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho, aplicável a todos os trabalhadores em exercício de funções na empresa, no decorrer do ano 2019, foram publicadas as avaliações relativas ao desempenho de 2018 a um total de 735 trabalhadores. Destes trabalhadores, 95,37% foram avaliados em função do seu desempenho por parte do seu respetivo avaliador, sendo que os restantes 4,63% foram objeto de avaliação fixada nos termos da parte final do n.º 1 do artigo 15.º do Anexo II do Acordo de Empresa vigente – Regulamento de Enquadramento Salarial.

Em termos gerais 42,86% dos trabalhadores avaliados (315 trabalhadores) obtiveram uma

avaliação correspondente a “Desempenho Satisfatório”, e 28,57% (210 trabalhadores) alcançaram um “Desempenho Bom”. Relativamente ao “Desempenho muito bom” verificamos um total de 13,74% (101 trabalhadores), e 5,58% (41 trabalhadores) obtiveram uma menção qualitativa de “Desempenho Excepcional”.

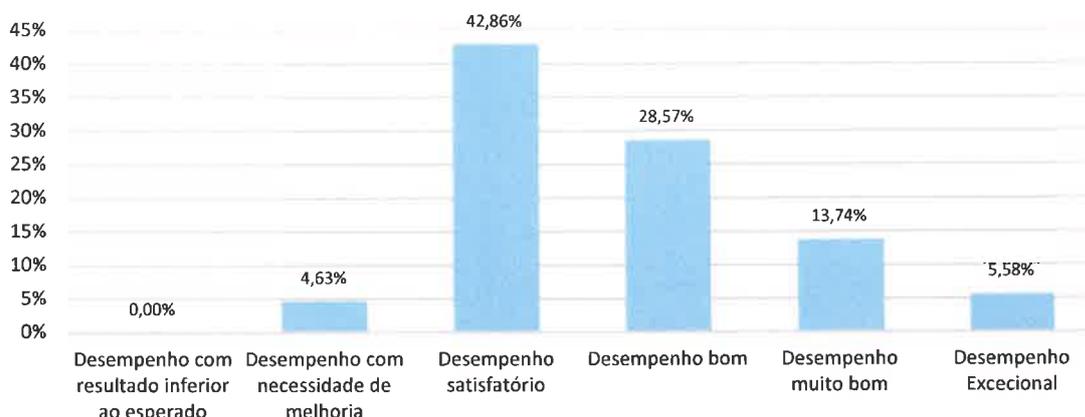


Gráfico 4.2.8 – Avaliação de Desempenho

Em parceria com diferentes entidades a empresa recebeu 9 formandos permitindo que jovens beneficiem da experiência de formação em contexto trabalho.

No sentido de desenvolver o Capital Humano da ARM, S.A., em 2019 houve uma maior oferta de formação profissional, totalizando 4.453 horas, a 361 colaboradores, em áreas como a operação de sistemas de tratamento de água, segurança, ambiente, direito, informática e finanças.

A ARM, S.A., enquanto empresa socialmente responsável, tem vindo a adotar comportamentos e ações que promovam a interação positiva com *stakeholders* internos e externos.

A participação em congressos, seminários, fóruns e conferências permitiram em 2019 uma aprendizagem e partilha de experiências sempre útil, destacando-se a participação nos seguintes eventos:

- 13.º Fórum Nacional de Resíduos;
- 14.ª Expo Conferência da Água;
- AQUATECH 2019, com a Câmara de Comércio Portugal-Holanda;
- *Smart Cities Tour 2019 - Workshop* temático;
- Jornadas Técnicas de Capacitação e Formação em Regulação;
- Seminário “Gestão de Águas Residuais e Reutilização de Água em Pequenos Agregados Populacionais”;
- Conferência “O papel da Engenharia no desenvolvimento da Economia Circular na Região Autónoma da Madeira”;
- IV Conferência Regional MaRaM;
- *Second CEWEP workshop on Implementation of WI BAT Conclusions*;
- Reuniões de trabalho no âmbito do Grupo de Trabalho de Comunicação da APDA.

PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA NAS DIVERSAS ÁREAS DE NEGÓCIO

A ARM, S.A., é uma empresa de capitais exclusivamente públicos que tem por objeto a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de águas e de resíduos da Região Autónoma da Madeira, bem como a conceção e construção das infraestruturas e equipamentos necessários à sua plena implementação, concedidas em regime de serviço público e de exclusividade.

O sistema multimunicipal de águas e de resíduos da Região Autónoma da Madeira foi criado e definido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/M, de 16 de dezembro, e compreende as seguintes áreas e atividades:

- Gestão de água de abastecimento público em regime de alta, incluindo captação, transporte, produção, tratamento, armazenagem, adução, distribuição e aproveitamentos hidroenergéticos;
- Gestão de água de abastecimento público em regime de baixa, incluindo captação, transporte, tratamento, armazenagem e distribuição ao consumidor final;
- Gestão de água para regadio em regime de alta e de baixa, incluindo captação, transporte, armazenamento e distribuição ao consumidor final;
- Gestão de águas residuais urbanas em regime de alta, incluindo tratamento e/ou envio a destino final;
- Gestão de águas residuais urbanas em regime de baixa, incluindo drenagem de águas pluviais nas situações de partilha de coletores;
- Monitorização e controlo da qualidade da água;
- Gestão de resíduos em regime de alta, incluindo as operações de valorização e eliminação de resíduos, nomeadamente transferência, triagem, valorização orgânica e energética, bem como outras formas de tratamento, e o envio ou deposição em destino final;
- Gestão de resíduos em regime de baixa, incluindo recolha seletiva e indiferenciada.

No **sector do abastecimento de água**, a ARM, S.A., desenvolve as suas atividades em **alta** (em toda a Região, com exceção dos concelhos de São Vicente e Porto Moniz) e em **baixa** abrangendo a distribuição de água para consumo humano, na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Machico, Santana e Porto Santo). Para além do fornecimento de água em baixa aos municípios aderentes, a sociedade assegura, ainda, o fornecimento em baixa a clientes industriais relativamente aos quais os respetivos municípios não reuniam condições para prestar o serviço.

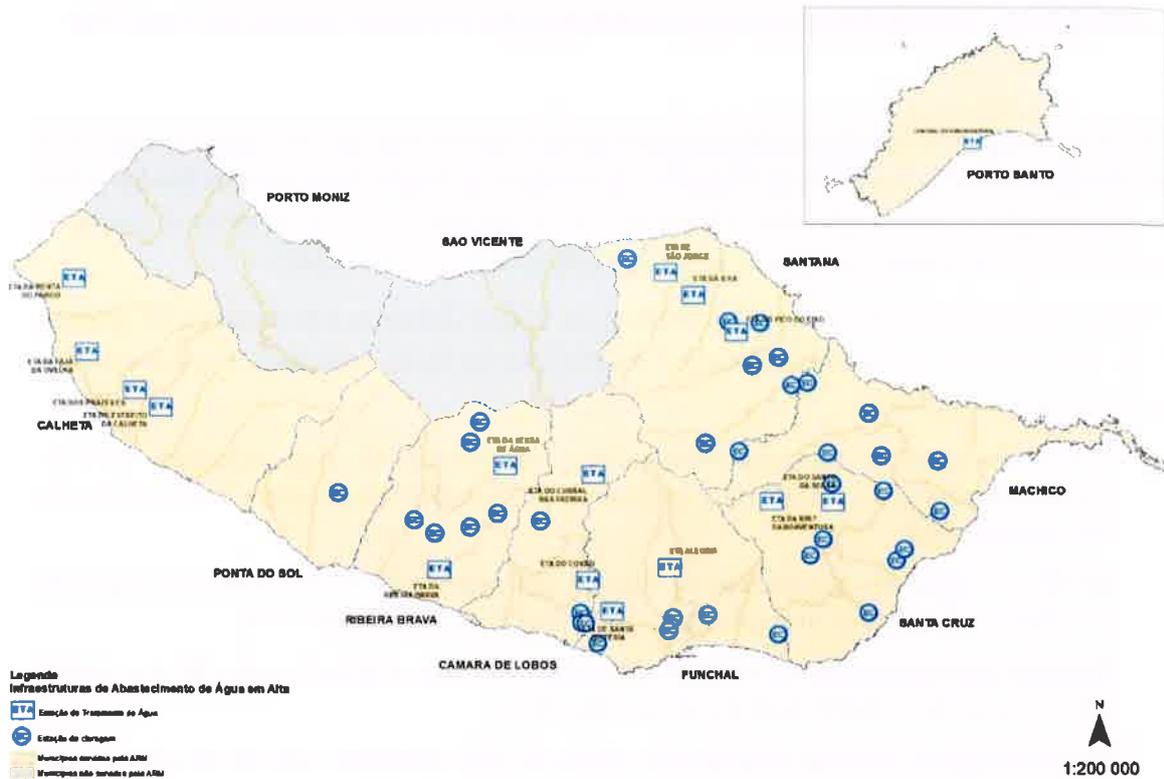


Imagem 4.1 – Infraestruturas de tratamento de água

No sector das águas residuais, a ARM, S.A., desenvolve as suas atividades em alta e em baixa na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Machico, Santana e Porto Santo).

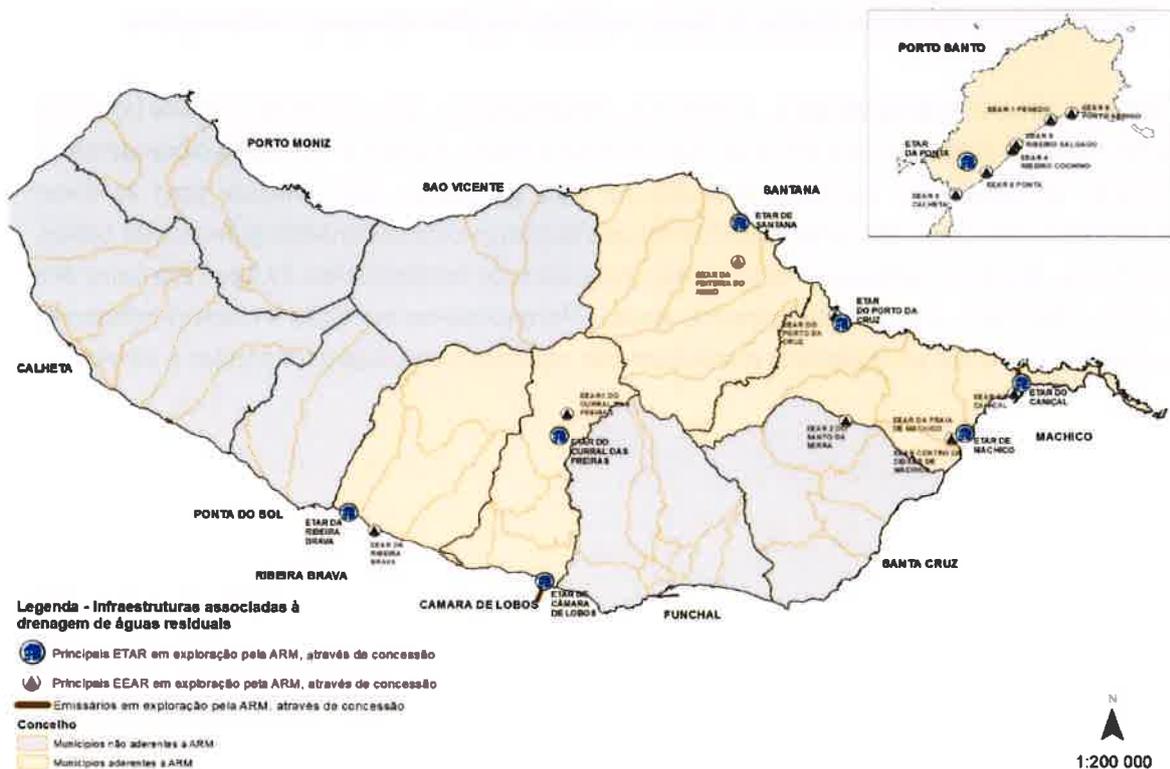


Imagem 4.2 – Infraestruturas associadas à drenagem de águas residuais

De referir que são entendidos como “sistemas em alta” as componentes relativas à captação, tratamento e adução, incluindo elevação e eventual armazenamento, enquanto os “sistemas em baixa” incluem as componentes relativas às redes de distribuição de água, ramais de ligação e, eventualmente, armazenamento a montante da rede.

Deste modo, os “serviços em alta” são aqueles que são prestados aos “sistemas em baixa”, enquanto que os “serviços em baixa” são aqueles que são prestados diretamente aos utilizadores finais.

Quadro 4.1 – Principais indicadores - Água de abastecimento público

Indicador	Ano 2018	Ano 2019	Unidade	Varição 2019/2018
Fornecimento de água em alta para abastecimento público	58 272 753	60 008 733	m ³	3,0%
Fornecimento de água em alta através do sistema multimunicipal - ilha da Madeira	55 051 697	56 565 990	m ³	2,8%
Volumes das origens próprias dos municípios aderentes - ilha da Madeira	2 057 484	2 107 927	m ³	2,5%
Fornecimento de água em alta para abastecimento público - Porto Santo	1 163 572	1 334 816	m ³	14,7%
Volume de água faturada em baixa nos municípios aderentes	5 468 793	5 609 876	m ³	2,6%
Número de contratos ativos (baixa)	37 594	37 805	N.º contratos	0,6%
Intervenções efetuadas na rede de abastecimento de água	14 570	13 051	N.º intervenções	-10,4%
Volume das águas residuais tratadas nos municípios aderentes	3 677 128	3 708 366	m ³	0,8%

No sector dos resíduos, a ARM, S.A., é responsável pela **gestão de resíduos em baixa** na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Machico, Santana e Porto Santo), efetuando a recolha seletiva e indiferenciada de resíduos urbanos da competência municipal.

No que se refere à **gestão de resíduos em alta**, que inclui as operações de valorização e eliminação de resíduos, esta abrange toda a área geográfica da RAM estando a estrutura da empresa devidamente dimensionada para o efeito, contando com três centros operacionais na ilha da Madeira e um no Porto Santo, designadamente:

- Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS) da Meia Serra, onde são desenvolvidas as seguintes operações de gestão de resíduos:
 - Incineração de resíduos com aproveitamento energético;
 - Compostagem de resíduos sólidos urbanos;
 - Deposição em aterro sanitário;
 - Armazenamento, trituração e encaminhamento para valorização de pneus usados;
 - Desinfecção de Resíduos Hospitalares do Grupo III;
 - Armazenamento temporário e encaminhamento para eliminação fora da região de Resíduos Hospitalares IV.
- Estação de Transferência da Zona Leste e Estação de Triagem da ilha da Madeira (ETZL/ET), onde são desenvolvidas as operações de gestão de resíduos de armazenamento, triagem e transferência de resíduos;

- Estação de Transferência da Zona Oeste (ETZO), onde são desenvolvidas as operações de gestão de resíduos de armazenamento e transferência de resíduos;
- Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo (CPRS), onde são desenvolvidas as operações de gestão de resíduos de armazenamento, triagem, transferência e deposição em aterro sanitário de resíduos não perigosos, e deposição em aterro de resíduos inertes.



Imagem 4.3 – Infraestruturas de gestão de resíduos em alta

Os resíduos urbanos não recicláveis provenientes das recolhas indiferenciadas são entregues nas estações de transferência e nos ecocentros da ETZL/ET, ETZO e CPRS e posteriormente transferidos para tratamento na ETRS da Meia Serra, ou entregues diretamente para tratamento na ETRS da Meia Serra.

Relativamente aos resíduos hospitalares, em 2019 entrou em funcionamento na ETRS da Meia Serra a nova Instalação de Desinfecção e Armazenamento de Resíduos Hospitalares (IDARH), onde todos os resíduos hospitalares do grupo III produzidos na RAM passaram a ser tratados por desinfecção térmica, que elimina a sua perigosidade, equiparando-os a resíduos urbanos, e posteriormente por valorização energética na IIRSU.

Os resíduos hospitalares do grupo IV são rececionados e acondicionamento em contentores marítimos refrigerados, para posterior encaminhamento para tratamento fora da Região, sendo esta a solução economicamente mais sustentável tendo em consideração a reduzida quantidade produzida.

Os resíduos provenientes das recolhas seletivas são rececionados por fluxo e/ou fileira e posteriormente triados, consoante as especificações técnicas definidas pelas entidades gestoras,

e,ou encaminhados para reciclagem ou para outras formas de tratamento (valorização ou eliminação) na Região ou no Continente.

Os fluxos supra referidos incluem os resíduos de embalagens, resíduos biodegradáveis (verdes de jardins e parques), “monstros”, pilhas e acumuladores usados, pneus usados, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), baterias, sucata e os óleos alimentares usados.

Outras tipologias de resíduos não urbanos são recolhidos seletivamente pelos respetivos produtores ou outras entidades privadas contratadas para o efeito, e entregues na ETRS da Meia Serra e,ou no CPRS, dos quais se destacam os subprodutos de origem animal, os resíduos da indústria agroalimentar, os resíduos do tratamento de águas residuais urbanas, os resíduos de construção, entre outros, os quais são posteriormente valorizados ou eliminados por via do seu encaminhamento para incineração na IIRSU ou para deposição em aterro sanitário.

Quadro 4.2 – Principais indicadores - Resíduos

Indicador	Ano 2018	Ano 2019	Unidade	Varição 2019/2018
Recolha de resíduos				
Quantidade resíduos recolhidos	30 477	30 350	Toneladas	-0,4%
Resíduos indiferenciados	26 761	26 580	Toneladas	-0,7%
Papelão	965	1 012	Toneladas	4,9%
Vidrão	1 040	1 093	Toneladas	5,1%
Embalão	453	471	Toneladas	4,1%
Outros resíduos	1 259	1 195	Toneladas	-5,1%
Rede de Recolha de Óleos Alimentares Usados	3,2	4,1	Toneladas	28,6%
Número de ecopontos completos (públicos e privados)	649	693	Unidades	6,8%
Distância percorrida na operação de recolha de resíduos	477 145	490 626	km	2,8%
Quantidade resíduos recolhidos por km	0,064	0,062	Toneladas/km	-3,2%
Transferência e Triagem				
Transferência de resíduos entre estações	40 406	37 905	Toneladas	-6,2%
Envio de resíduos para reciclagem ou outras formas de valorização	13 715	14 157	Toneladas	3,2%
Resíduos de papel/cartão	4 408	4 926	Toneladas	11,7%
Embalagens de vidro	5 888	6 221	Toneladas	5,7%
Embalagens de plástico/metálico	1 639	1 644	Toneladas	0,3%
Pneus usados	913	338	Toneladas	-63,0%
Resíduos Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE)	177	189	Toneladas	6,6%
Escórias Ferrosas	415	559	Toneladas	34,9%
Sucata	271	279	Toneladas	2,8%
Óleos alimentares usados	3	2	Toneladas	-42,2%
Valorização e Tratamento				
Tratamento de resíduos sólidos urbanos por incineração	119 178	116 111	Toneladas	-2,6%
Tratamento de resíduos hospitalares	485	514	Toneladas	6,0%
Deposição em aterro sanitário para resíduos sólidos urbanos	3 441	3 659	Toneladas	6,4%
Deposição em aterro sanitário para resíduos inertes (CPRS)	3 292	2 353	Toneladas	-28,5%

A ARM, S.A., exerce, ainda, atividades previstas no contrato de concessão ao nível da gestão de sistemas no **sector do regadio agrícola** em alta (captações e grandes aduções) e em baixa (armazenagem e distribuição).

Quadro 4.3 – Principais Indicadores - Água de rega

Cadastro Água de Rega	Ano 2018	Ano 2019	Unidade	Variação 2019/2018
Contratos	29 922	29 188	N.º	-2,5%
N.º de clientes (tornadoiros)	42 948	42 578	N.º	-0,9%
N.º horas de rega - uso agrícola	43 154	43 066	N.º	-0,2%
Pontos entrega água	34 497	33 453	N.º	-3,0%
Área Beneficiada	5 319	5 440	hectares	2,3%
Canais Adução	343	343	km	0,0%
Canais Distribuição	2 447	2 447	km	0,0%
Reservatórios	147	147	N.º	0,0%

A sociedade gere uma rede que integra cerca de 2.790 km de canais de adução e de distribuição de água, beneficiando uma área de 5.440 hectares.

As infraestruturas públicas de regadio agrícola, a exemplo dos perímetros públicos de regadio por estas beneficiadas, encontram-se dispersas pela ilha da Madeira, com exceção do concelho de Porto Moniz, com especial relevância abaixo da cota 600.

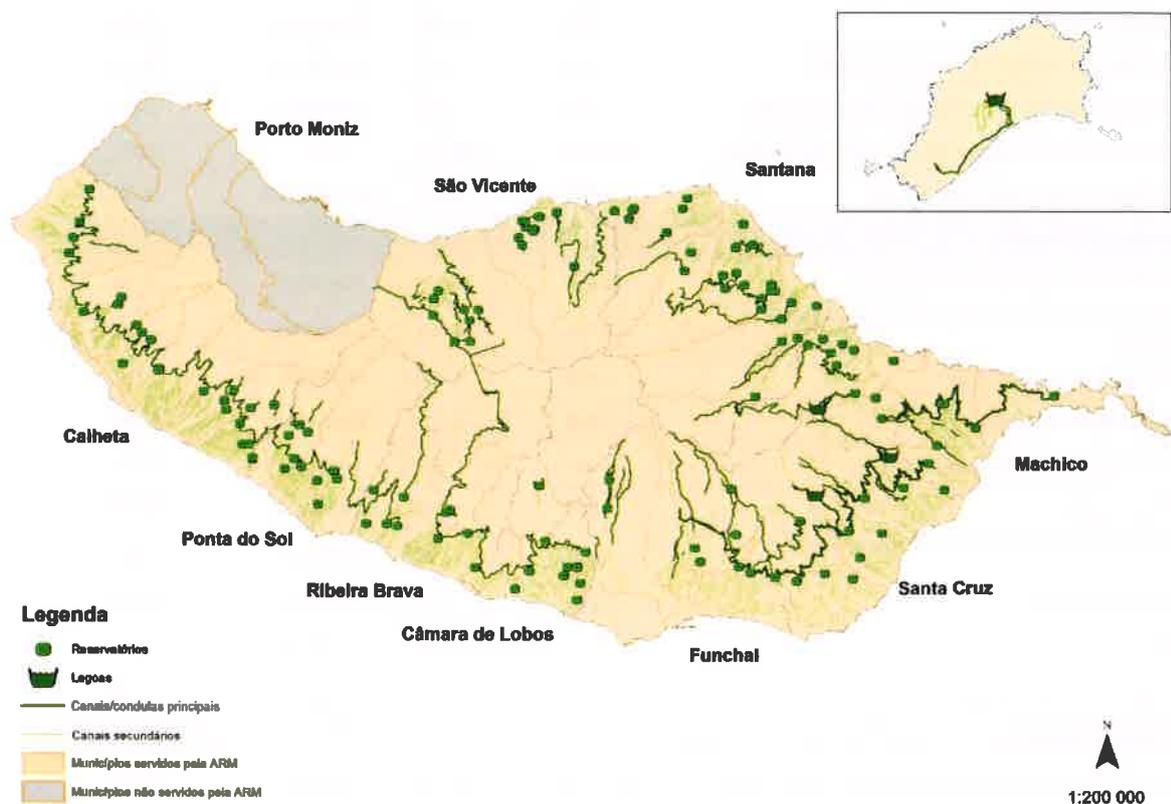


Imagem 4.4 – Infraestruturas públicas de regadio agrícola

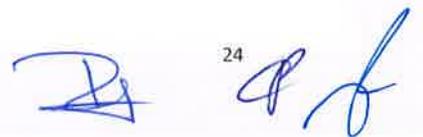


ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Abastecimento de Água em Alta



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



5.1 Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais em Alta

5.1.1 Abastecimento de Água em Alta

Durante o ano 2019 o volume de água fornecida em alta pela ARM, S.A., fixou-se em cerca de 60 milhões de metros cúbicos, registando-se um aumento de 3% face ao ano de 2018, mantendo a tendência de crescimento que se verifica desde 2013.

Este volume inclui as quantidades fornecidas em alta aos municípios da ilha da Madeira e Porto Santo, a partir do sistema multimunicipal, bem como os volumes das origens próprias dos municípios aderentes (por exemplo, nascentes), as quais no ano 2019 totalizaram cerca de 2,1 milhões de metros cúbicos.



Gráfico 5.1.1.1 – Evolução dos volumes totais fornecidos em alta

Do volume total de água fornecida em alta pela ARM, S.A., durante o ano 2019, cerca de 99,6%, refere-se às aduções em alta aos Municípios e apenas 0,4% são fornecimentos a outros clientes privados.

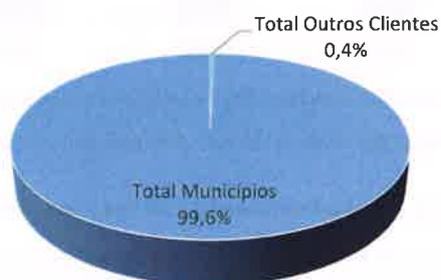


Gráfico 5.1.1.2 – Fornecimentos de água para abastecimento público aos Municípios e aos Outros Clientes

O Município do Funchal, na qualidade de núcleo aglutinador da atividade socioeconómica regional bem como de concentração populacional, apresenta o maior peso nos fornecimentos de água para abastecimento público, representando 49% do total de água fornecida aos Municípios. Os Municípios Aderentes representam em conjunto cerca de 30% do fornecimento efetuado pela ARM, S.A., aos Municípios, enquanto a participação dos restantes ronda os 21%.

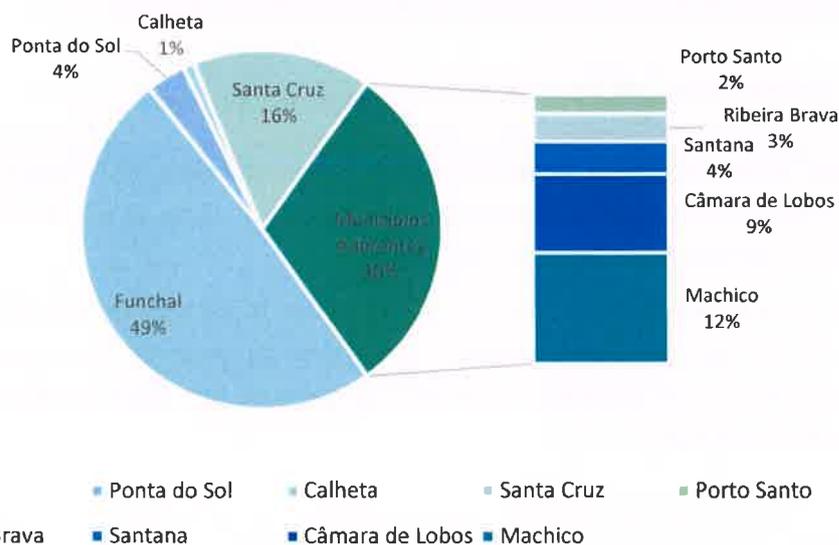


Gráfico 5.1.1.3 – Fornecimento de água em alta aos municípios

A evolução dos fornecimentos de água em alta aos municípios encontra-se representada no Gráfico 5.1.1.4, bem como as capitações em alta em cada um deles.



Gráfico 5.1.1.4 - Fornecimento de Água em Alta aos Municípios

Nota: Capitação calculada com base na Estimativa da População Servida (Residente e Flutuante)

População Residente: Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os anos (2018) (Fonte: Direção Regional de Estatística)).

População Flutuante: Calculada com base na informação dos turistas alojados em alojamentos turísticos (estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural, moradias turísticas, alojamento local, colónias de férias e pousadas da juventude e parques de campismo). (Fonte: Direção Regional de Estatística, Estatísticas do Turismo).

Estimativa da população servida (residente e flutuante) calculada com base no rácio do número de consumidores/contador.

Saliente-se o acréscimo registado no volume total de água aduzida aos sistemas de abastecimento na maioria dos municípios, sendo que a única exceção ocorreu no município da Ribeira Brava. Este acréscimo evidencia a necessidade de apostar na requalificação das redes de abastecimento na generalidade dos municípios, dado os elevados volumes *per capita* registados.

Quadro 5.1.1.1 – Volume total de água aduzida aos sistemas de abastecimento nos municípios (totais e per capita)

Município	População Servida (Residente + Flutuante)	Fornecimentos de água às redes (m ³ /ano)		Peso do Município face ao Total	Capitação (litros/habitante.dia)		
		Ano 2018	Ano 2019		Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018
Funchal	116 029	28 962 189	29 403 685	49,2%	684	694	1,5%
Santa Cruz	39 241	9 233 291	9 574 240	16,0%	645	668	3,7%
Ponta do Sol	7 555	2 077 934	2 108 073	3,5%	754	764	1,5%
Calheta	2 600	538 566	578 783	1,0%	568	610	7,5%
Sub-total Municípios Não Aderentes	165 425	40 811 980	41 664 781	69,7%	676	690	2,1%
Câmara de Lobos	32 874	5 104 314	5 287 110	8,8%	425	441	3,6%
Ribeira Brava	12 526	1 943 665	1 856 181	3,1%	425	406	-4,5%
Machico	20 603	7 220 940	7 450 586	12,5%	960	991	3,2%
Santana	6 880	1 831 544	2 194 568	3,7%	729	874	19,8%
Porto Santo	6 559	1 163 572	1 334 816	2,2%	486	558	14,7%
Sub-total Municípios Aderentes	79 443	17 264 035	18 123 261	30,3%	595	625	5,0%
Total	244 868	58 076 015	59 788 042	100,0%	650	669	2,9%

Notas:

População Residente: Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os anos (2018) (Fonte: Direção Regional de Estatística).

População Flutuante: Calculada com base na informação dos turistas alojados em alojamentos turísticos (estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural, moradias turísticas, alojamento local, colónias de férias e pousadas da juventude e parques de campismo). (Fonte: Direção Regional de Estatística, Estatísticas do Turismo).

Estimativa da população servida (residente e flutuante) calculada com base no rácio do número de consumidores/contador.

Em oito dos nove municípios abastecidos em alta pela ARM, S.A., registou-se um aumento na quantidade de água fornecida face aos valores do ano 2018. O Município da Ribeira Brava foi o único a apresentar um decréscimo na quantidade de água fornecida em alta, na ordem dos 4,5%.

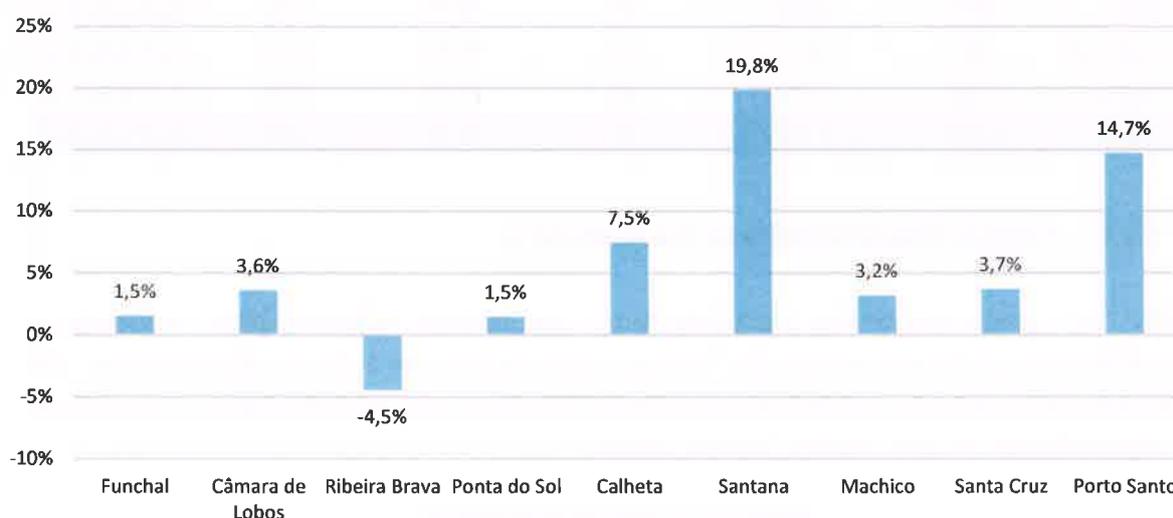


Gráfico 5.1.1.5 – Variação dos fornecimentos aos Municípios

No que respeita à evolução dos consumos municipais ao longo dos últimos anos e, bem assim, a respetiva variação acumulada, no qual é possível verificar que os Municípios do Funchal e Santa Cruz, que conjuntamente representam 65% do volume total de água para consumo humano fornecido aos municípios, apresentaram os maiores aumentos de consumo em valor absoluto nos últimos anos.

Quadro 5.1.1.2 – Variação do fornecimento de água em alta aos Municípios

Município	2015 Vs 2014	2016 Vs 2015	2017 Vs 2016	2018 Vs 2017	2019 Vs 2018	Variação acumulada 2019 Vs 2014	
						Percentual	Valor absoluto
Funchal	5,4%	4,3%	5,3%	0,5%	1,5%	18,1%	4 514 992
Câmara de Lobos	5,3%	-0,7%	-2,0%	1,7%	3,6%	7,9%	386 896
Ribeira Brava	1,2%	0,3%	4,7%	6,6%	-4,5%	8,1%	139 850
Ponta do Sol	6,3%	0,4%	2,5%	4,1%	1,5%	15,6%	284 078
Calheta	7,4%	13,1%	13,5%	-6,3%	7,5%	38,9%	162 117
Santana	20,0%	-10,2%	5,1%	-0,5%	19,8%	35,0%	569 313
Machico	-1,6%	1,4%	2,6%	4,0%	3,2%	9,9%	668 730
Santa Cruz	6,1%	3,3%	1,8%	2,1%	3,7%	18,0%	1 460 088
Porto Santo	11,0%	6,1%	17,0%	3,9%	14,7%	64,3%	522 173
Total	5,0%	2,6%	3,9%	1,6%	2,9%	17,0%	8 708 237

Um dos objetivos primordiais da ARM, S.A., nos sistemas sob a sua gestão é garantir a qualidade da água desde as origens/captações até aos pontos de entrega. A água que a ARM, S.A., entrega em alta aos municípios é de “qualidade boa”. Os resultados das análises nos pontos de entrega aos municípios não aderentes encontram-se no Quadro 4.1.1.3.

Quadro 5.1.1.3 - Resumo dos resultados das análises nos pontos de entrega às entidades gestoras (municípios não aderentes)

Municípios Não Aderentes	N.º Determinações totais	N.º Determinações com Valor Paramétrico	N.º Incumprimentos	% Cumprimento	% Incumprimento	Classificação
Calheta	444	376	3	99,2%	0,8%	Qualidade Boa
Funchal	3971	3272	32	99,0%	1,0%	Qualidade Boa
Ponta do Sol	492	413	1	99,8%	0,2%	Qualidade Boa
Santa Cruz	1785	1392	12	99,1%	0,9%	Qualidade Boa
Total	6 692	5 453	48	99,1%	0,9%	Qualidade Boa

5.1.2 Produção Hidroenergética na Ilha da Madeira

A ARM, S.A., gere a central Mini-hídrica da Terça, cuja produção hidroenergética, associada ao aproveitamento do Sistema Adutor dos Tornos, a qual registou em 2019 um decréscimo de 19% relativamente à produção registada no ano anterior devido ao mau ano hidrológico e à diminuição da disponibilidade de água naquele Sistema Adutor.

Quadro 5.1.2.1 – Produção hidroenergética

Ano	Produção hidroenergética (MWh)	Vendas de energia (€/ano)	Variação da produção face ao ano anterior	Variação das vendas face ao ano anterior
2015	4 391	481 134 €	-1,6%	-1,0%
2016	3 825	421 225 €	-12,9%	-12,5%
2017	4 192	471 197 €	9,6%	11,9%
2018	4 871	558 421 €	16,2%	18,5%
2019	3 942	445 509 €	-19,1%	-20,2%

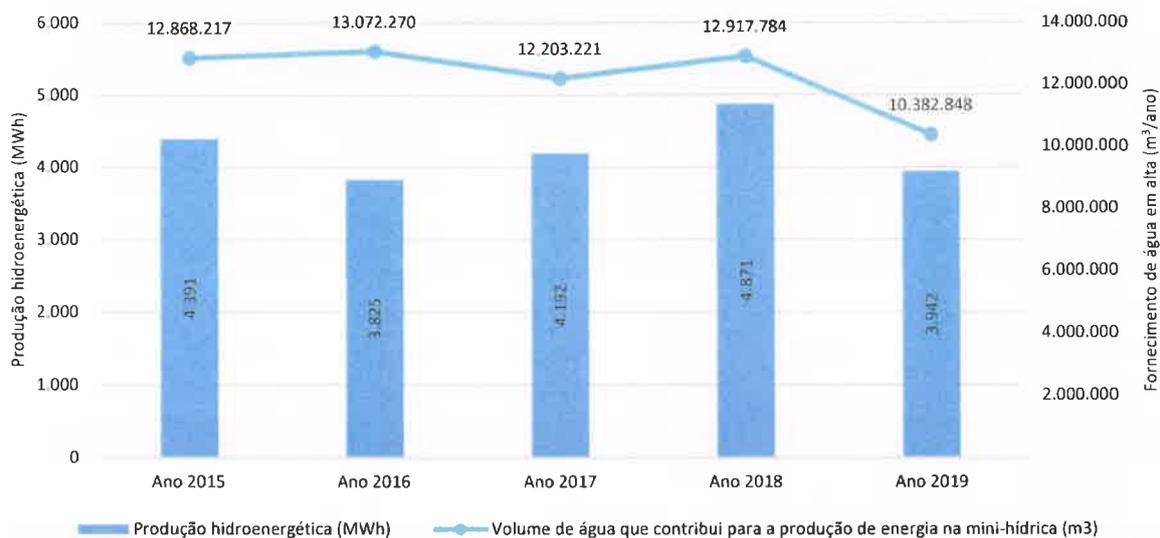


Gráfico 5.1.2.1 – Produção hidroenergética

De salientar que no ano hidrológico de 2019, apenas os meses de abril, junho e julho apresentaram um bom desempenho relativamente à média mensal dos últimos 78 anos.

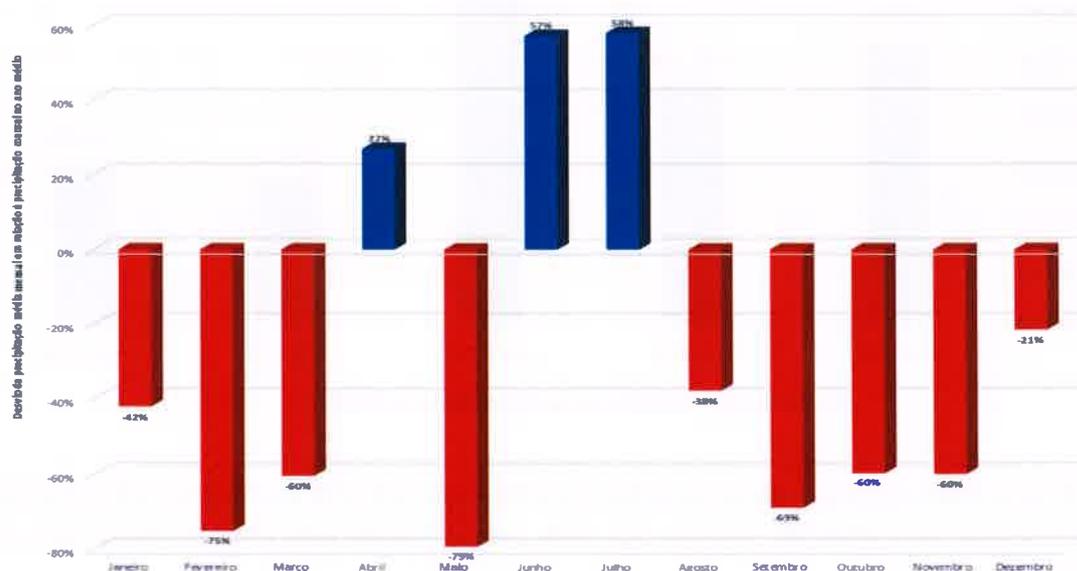


Gráfico 5.1.2.2 – Desvio da precipitação média mensal em relação à precipitação mensal no ano médio

5.1.3 Tratamento de Águas Residuais em Alta

No quadro 4.1.3.1 apresenta-se uma evolução dos volumes totais tratados anualmente nas Estações de Tratamento de Águas Residuais dos municípios aderentes à ARM, S.A..

Quadro 5.1.3.1 - Volumes de águas residuais tratados anualmente por ETAR

ETAR's	Caudais Tratados (m³/ano)					Variação 2019/2018
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	
ETAR de Santana	63 210	102 694	68 918	86 328	42 796	-50,4%
ETAR do Porto da Cruz	39 852	40 933	45 543	99 009	50 067	-49,4%
ETAR do Caniçal	484 835	502 304	347 445	410 382	382 518	-6,8%
ETAR de Machico	952 363	953 984	1 170 130	1 107 162	1 401 112	26,5%
ETAR de Câmara de Lobos	1 630 045	1 556 342	1 759 897	1 294 990	1 207 669	-6,7%
ETAR do Curral das Freiras	0	1 910	7 118	9 743	5 803	-40,4%
ETAR da Ribeira Brava	424 775	319 358	304 211	279 464	220 220	-21,2%
ETAR do Porto Santo	341 635	384 703	381 992	390 050	398 181	2,1%
TOTAL	3 936 716	3 862 228	4 085 254	3 677 128	3 708 366	0,8%

Da análise ao gráfico abaixo verifica-se uma tendência de estabilização dos caudais efluentes às ETAR's dos municípios aderentes, contrariando a tendência de crescimento que se vinha a verificar desde 2013 até 2017, com exceção do ano 2016.

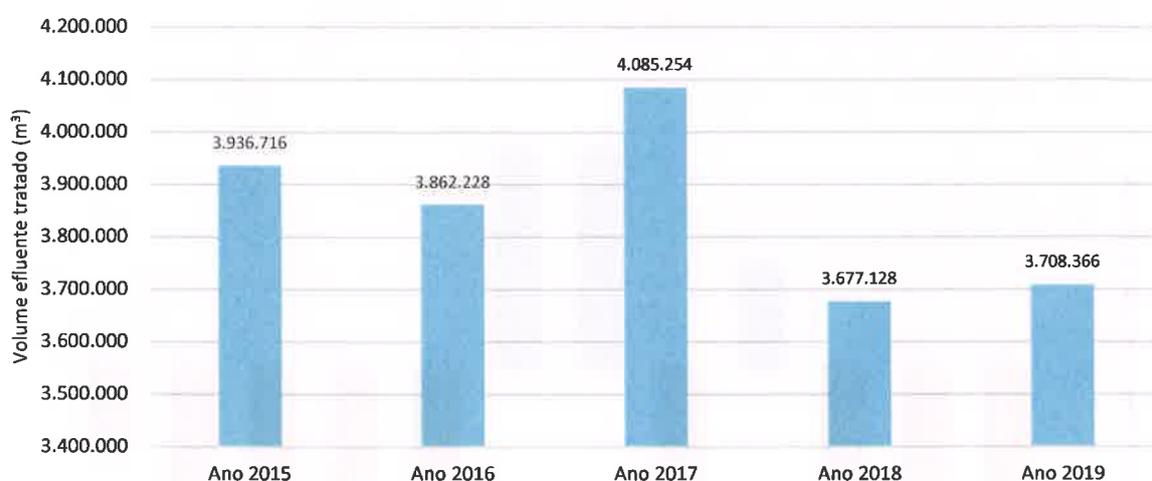


Gráfico 5.1.3.1 – Evolução dos caudais efluentes às ETAR's

O total de água residual tratada divide-se pelos municípios aderentes de acordo com a distribuição do gráfico abaixo. Será ainda de salientar que toda a água tratada pela ETAR do Porto Santo é reutilizada para regadio.

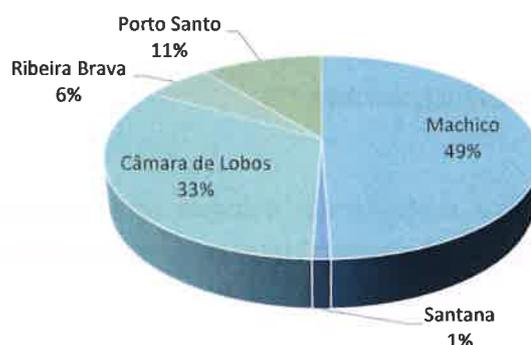


Gráfico 5.1.3.2 – Distribuição do total das águas residuais tratadas por concelho



ATM - Águas e Resíduos
de Madeira, S.A.

Distribuição e Drenagem



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



5.2 Distribuição e Drenagem

5.2.1 Abastecimento de Água em Baixa

As redes de distribuição de água sob gestão da ARM, S.A., integram 1.454 km de condutas nos cinco Municípios aderentes. O comprimento médio de rede por consumidor é da ordem dos 18,3 metros, variando dos 11,8 metros aos 43,8 metros, em função do grau de ruralidade do Município e, consequentemente, da dispersão populacional.

De referir que no âmbito da reformulação dos sistemas de distribuição de água, algumas redes de origens próprias foram desativadas no município da Ribeira Brava.

Quadro 5.2.1.1– Comprimento da rede de abastecimento de água nos Municípios aderentes

Município Aderente	Extensão da rede de distribuição em serviço (km)	Extensão dos ramais em serviço (km)	Extensão total da rede em serviço (km)	Comprimento da rede de abastecimento per capita (m/habitante)	População Total Servida (Residente + Flutuante)
Câmara de Lobos	308	82	390	11,8	32 874
Ribeira Brava	236	59	295	23,6	12 526
Machico	272	82	354	17,2	20 603
Santana	249	52	301	43,8	6 880
Porto Santo	96	19	115	17,5	6 559
Total	1 161	294	1 454	18,3	79 443

Notas:

População Residente: Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os anos (2018) (Fonte: Direção Regional de Estatística).

População Flutuante: Calculada com base na informação dos turistas alojados em alojamentos turísticos (estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural, moradias turísticas, alojamento local, colónias de férias e pousadas da juventude e parques de campismo).

(Fonte: Direção Regional de Estatística, Estatísticas do Turismo).

Estimativa da população servida (residente e flutuante) calculada com base no rácio do número de consumidores/contador.

Durante o ano 2019 foram aduzidos, a partir do sistema multimunicipal aos sistemas de abastecimento dos cinco municípios aderentes, cerca de 16 milhões m³ de água, tendo estes sistemas contado, ainda, com cerca de 2,1 milhões de m³ (12%) provenientes de nascentes existentes nos próprios municípios.

Do total de 18,1 milhões m³ de água fornecida em alta às redes, foram faturados aos clientes finais dos municípios aderentes cerca de 5,6 milhões m³, o que representa uma percentagem de água não faturada da ordem dos 69%, entre fugas, consumos autorizados não medidos e consumos não autorizados e erros de medição dos equipamentos, percentagem que é significativamente elevada.

Com vista a reduzir as elevadas perdas nas redes de distribuição dos municípios aderentes, encontram-se em curso as empreitadas de remodelação dos sistemas de abastecimento e de drenagem da Zona Oeste, da Zona Leste e do Porto Santo, que visam substituir troços de rede em mau estado de conservação, remodelar os reservatórios de água, criar zonas de monitorização e controlo, colocar contadores em todos os pontos de consumo autorizados e implementar um sistema de gestão de redes e o controlo de perdas de água. Estas obras iniciaram-se no final do ano 2018 e prolongar-se-ão até 2020. Em paralelo, e atendendo ao histórico de roturas, são identificados anualmente troços de rede que carecem de ser substituídos e integrados no plano de atividades do ano seguinte.

Os consumos faturados no Município de Câmara de Lobos representam 34% do total dos volumes faturados em baixa ao longo do ano 2019, seguido do Município de Machico, com 29%. O consumo (faturado) médio diário *per capita* nos Municípios aderentes foi de 193 l/hab.dia

Quadro 5.2.1.2 – Consumos de água e perdas nos municípios aderentes

Município Aderente	População Servida (Residente + Flutuante)	Água fornecida em alta (m³)	Água proveniente de nascentes (m³)	Volume total fornecido às redes (m³)	Água fornecida ao consumidor final - valores contabilizados (m³)	Perdas por ineficiência (inclui perdas reais e consumos não contabilizados)	Volume fornecido às redes <i>per capita</i> (l/hab.dia)	Consumo fornecido <i>per capita</i> (l/hab.dia)
Câmara de Lobos	32 874	5 179 837	107 273	5 287 110	1 906 902	63,9%	441	159
Ribeira Brava	12 526	1 692 668	163 513	1 856 181	842 540	54,6%	406	184
Machico	20 603	7 327 895	122 691	7 450 586	1 633 884	78,1%	991	217
Santana	6 880	480 118	1 714 450	2 194 568	457 595	79,1%	874	182
Porto Santo	6 559	1 334 816	0	1 334 816	768 955	42,4%	558	321
TOTAL	79 443	16 015 334	2 107 927	18 123 261	5 609 876	69,0%	625	193

Notas:

População Residente: Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os anos (2018) (Fonte: Direção Regional de Estatística).

População Flutuante: Calculada com base na informação dos turistas alojados em alojamentos turísticos (estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural, moradias turísticas, alojamento local, colónias de férias e pousadas da juventude e parques de campismo). (Fonte: Direção Regional de Estatística, Estatísticas do Turismo).

Estimativa da população servida (residente e flutuante) calculada com base no rácio do número de consumidores/contador.

A água proveniente de nascentes é estimada tendo em consideração a população abastecida por origens próprias.

Salienta-se, ainda, a elevada capitação registada no município do Porto Santo, significativamente superior à dos restantes municípios aderentes, a qual traduz a influência da população flutuante nos cálculos efetuados.

As perdas globais nas redes sofreram um ligeiro acréscimo de 0,7% em relação ao ano 2018. Este acréscimo resultou essencialmente das roturas provocadas pelas empreitadas de remodelação/substituição de troços de rede em curso: os trabalhos realizados decorreram em locais muito próximos das condutas existentes e em serviço - que apresentavam um mau estado de conservação - determinando que as vibrações provocadas pelas obras tenham gerado um aumento do número de roturas da rede em serviço.

Quadro 5.2.1.3 – Evolução das perdas nos municípios aderentes

Município Aderente	Perdas por ineficiência (inclui consumos não contabilizados)		Variação 2019/2018 (em pontos percentuais)
	Ano 2018	Ano 2019	
Câmara de Lobos	62,5%	63,9%	1,5%
Ribeira Brava	58,8%	54,6%	-4,2%
Machico	78,4%	78,1%	-0,3%
Santana	74,6%	79,1%	4,6%
Porto Santo	37,8%	42,4%	4,6%
TOTAL	68,3%	69,0%	0,7%

No Município de Santana, os consumos são estimados devido à ausência de caudalímetros à saída dos reservatórios, o que será corrigida com a empreitada de remodelação das redes de distribuição.

No que se refere à evolução do consumo de água nos municípios aderentes (quantidade de água faturada), verifica-se uma tendência de acréscimo nos municípios aderentes da Ribeira Brava, Machico e Porto Santo, contribuindo para um acréscimo global na ordem dos 3% face ao ano 2018. Apenas no Município de Santana este valor registou um decréscimo de 2%.

Quadro 5.2.1.4 – Evolução da quantidade de água faturada nos municípios aderentes (m³)

Município Aderente	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Peso no total	Varição 2019/2018
Câmara de Lobos	1 654 493	1 637 898	1 771 863	1 915 916	1 906 902	34%	0%
Ribeira Brava	765 715	769 222	807 150	800 856	842 540	15%	5%
Machico	1 222 582	1 298 264	1 515 813	1 563 211	1 633 884	29%	5%
Santana	490 666	501 207	494 534	465 489	457 595	8%	-2%
Porto Santo	661 545	635 276	708 607	723 321	768 955	14%	6%
TOTAL	4 795 001	4 841 867	5 297 967	5 468 793	5 609 876	100%	3%

O volume de água faturada nos municípios aderentes tem vindo a registar um acréscimo entre 2015 e 2019, situação que é mais ou menos coerente com as flutuações registadas no número de contratos ativos.

Quadro 5.2.1.5 – Evolução da capitação nos municípios aderentes (litros/habitante.dia)

Município Aderente	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018
Câmara de Lobos	136	135	147	160	159	0%
Ribeira Brava	166	167	176	175	184	5%
Machico	160	170	200	208	217	5%
Santana	191	197	195	185	182	-2%
Porto Santo	288	267	294	302	321	6%
TOTAL	164	165	182	189	193	3%

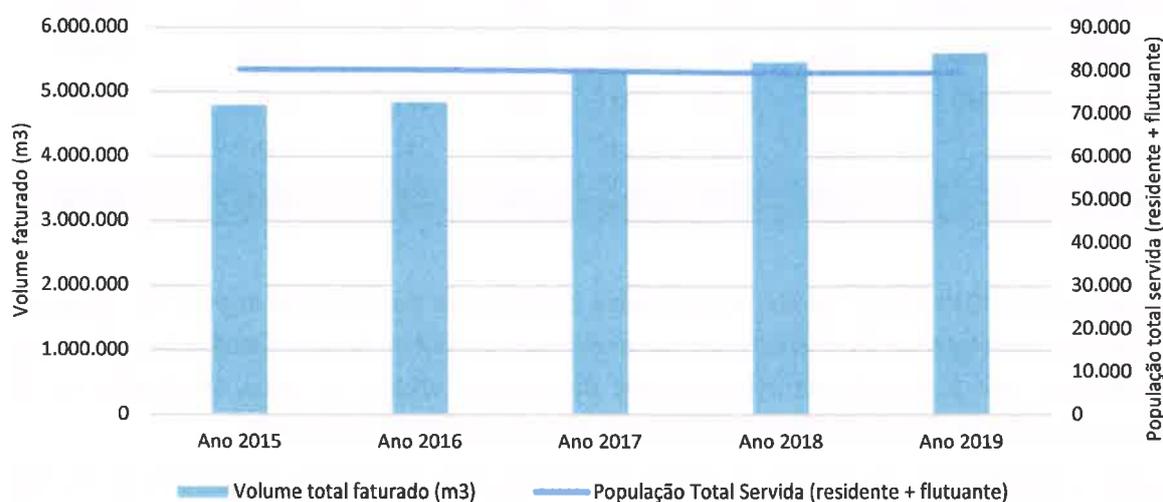


Gráfico 5.2.1.1 – Evolução do volume faturado e da população servida

No final do ano 2019 a ARM, S.A., possuía 37.805 contratos ativos. Verifica-se que o número de contratos ativos nos municípios aderentes sofreu um ligeiro aumento, na ordem dos 0,6% relativamente ao ano 2018, e que as variações nos municípios aderentes foram pouco significativas.

Quadro 5.2.1.6 – Evolução do número de contratos ativos a 31 de dezembro

Município Aderente	Ano 2018	Ano 2019	Variação 2019/2018	
			Percentual	Valor absoluto
Câmara de Lobos	12 391	12 436	0,4%	45
Ribeira Brava	6 367	6 416	0,8%	49
Machico	9 774	9 847	0,7%	73
Santana	4 652	4 649	-0,1%	-3
Porto Santo	4 410	4 457	1,1%	47
TOTAL	37 594	37 805	0,6%	211

Durante o ano 2019, o número de intervenções efetuadas na rede de abastecimento de água ascendeu a 13.051 intervenções.

Entre os municípios aderentes, foi em Santana que foram efetuadas mais intervenções (cerca de 32% face ao total das intervenções realizadas), facto que se justifica pela sua forte dependência de origens próprias, não integradas na telegestão, que merecem uma vigilância muito apertada.

Câmara de Lobos foi o município que registou o segundo maior número de intervenções, seguido pelo município de Machico e da Ribeira Brava. O município do Porto Santo foi aquele que registou um menor número de intervenções efetuadas na rede de abastecimento de água.

Quadro 5.2.1.7 – Número de intervenções efetuadas no sistema de abastecimento de água

Tipo de Tarefa	Município Aderente					Total Ano 2019	Total Ano 2018
	Câmara de Lobos	Machico	Ribeira Brava	Santana	Porto Santo		
Intervenções em contadores	467	425	339	338	0	1 569	2 784
Intervenções em ramais	543	598	542	510	33	2 226	2 694
Intervenções em redes	825	1 231	481	533	695	3 765	8 287
Outras intervenções	977	518	1 192	2 804	0	5 491	805
Total	2 812	2 772	2 554	4 185	728	13 051	14 570

Durante o ano 2019 foram, ainda, despendidas 1.003 horas para abastecimento de água por autotanque, num total de 58 intervenções nos municípios da Ribeira Brava e Câmara de Lobos, com vista a fazer face à redução da produtividade de algumas origens de água, verificadas no 2º semestre do ano de 2019, resultado da fraca precipitação registadas nesse ano.

Garantir a qualidade da água desde as origens/captações até à torneira do consumidor é uma das principais preocupações da ARM, S.A., nos sistemas sob a sua gestão. Nesse sentido, em 2019, no âmbito do controlo da qualidade da água efetuado em cumprimento com o Decreto-Lei n.º

152/2017, de 7 de dezembro, foram realizadas 5.298 determinações de parâmetros/substâncias individualizadas nas redes de distribuição nos cinco municípios aderentes, designadamente nos municípios de Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana.

A “qualidade boa” da água fornecida “em baixa” pela ARM, S.A., naqueles municípios é comprovada pelos resultados obtidos, registando-se 98,6% de cumprimento dos valores paramétricos definidos no diploma legal acima referido.

Quadro 5.2.1.8 – Resumo dos resultados das análises na torneira dos consumidores da ARM, S.A., (municípios aderentes)

Município Aderente	N.º Determinações/ análises	N.º Determinações com VP	N.º Incumprimentos	% Cumprimento dos VP	% Incumprimento	Classificação
Porto Santo	343	279	2	99,3%	0,7%	Qualidade Boa
Câmara de Lobos	1 269	1 016	7	99,3%	0,7%	Qualidade Boa
Ribeira Brava	1048	854	12	98,6%	1,4%	Qualidade Boa
Santana	1380	1163	30	97,4%	2,6%	Qualidade mediana
Machico	1258	1012	9	99,1%	0,9%	Qualidade Boa
Total	5 298	4 324	60	98,6%	1,4%	Qualidade Boa

Em 2019 a água destinada ao consumo humano distribuída pela rede pública sob gestão da ARM, S.A., apresenta um indicador “água segura” de boa qualidade uma vez que o mesmo é superior a 98,5%.

5.2.2 Águas Residuais

A rede de drenagem de águas residuais urbanas (incluindo os ramais) sob responsabilidade da ARM, S.A., e que se encontra em serviço atinge cerca de 377 km (Quadro 4.2.2.1).

A taxa de cobertura da população residente por rede de drenagem nos municípios aderentes ronda os 45%. O município que apresenta maior cobertura é o Porto Santo, sendo o município de Santana aquele que apresenta uma menor taxa de cobertura, entre os municípios aderentes. Não obstante a cobertura por redes de drenagem em Santana ser apenas de 4% constata-se que, salvo situações isoladas, as soluções individuais neste município funcionam adequadamente.

Quadro 5.2.2.1 – Rede de drenagem de águas residuais (incluindo ramais) - em serviço

Município	Extensão de coletores em serviço (km)	Extensão dos ramais em serviço (km)	Total rede de drenagem de águas residuais em serviço (km)	Nº de contratos ativos	Nº de contratos que pagam taxa de saneamento fixo	Taxa de cobertura (clientes que pagam taxa fixa de saneamento)
Câmara de Lobos	100	18	118	12 436	7 191	58%
Ribeira Brava	62	4	66	6 416	1 519	24%
Machico	73	13	86	9 847	3 859	39%
Santana	10	1	11	4 649	222	5%
Porto Santo	79	18	97	4 457	4 140	93%
Total	323	54	377	37 805	16 931	45%

No decorrer do ano 2019, a viatura combinada de alta pressão despendeu cerca de 891 horas na

operação de limpeza de coletores e de fossas.

As horas despendidas em cada município no que respeita à manutenção preventiva e reativa da rede de drenagem de águas residuais dependeu das necessidades das redes que foram surgindo ao longo do ano, nomeadamente desobstruções de coletores, limpeza de pavimentos - consequência descargas ilegais nas redes de saneamento que provocaram entupimentos - e limpeza das redes, de modo a evitar obstruções antes da época das chuvas.

Quadro 5.2.2.2 – Número de horas despendidas pelos colaboradores nas intervenções efetuadas na rede de águas residuais pela viatura combinada de alta pressão

Município	N.º horas - Ano 2019		Total - Ano 2019	Total - Ano 2018	Variação 2019/2018
	Limpeza de coletores - Preventiva e Reativa	Limpeza de fossas			
Câmara de Lobos	239	105	344	241	42,7%
Ribeira Brava	75	47	122	106	15,0%
Machico	145	44	189	59	223,3%
Santana	67	76	143	171	-16,5%
Porto Santo	71	22	93	575	-83,8%
TOTAL	597	294	891	1 151	-22,6%

5.2.3 Qualidade do Serviço: reclamações de clientes

Durante o ano 2019 as reclamações dos clientes dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos (serviços “em baixa”) totalizaram 1.384, das quais cerca de 71% incidiram no serviço de abastecimento de água. A de recolha de resíduos foi o que apresentou um menor número de reclamações com cerca de 8% do total das reclamações.

Quadro 5.2.3.1 – Reclamações serviços de águas e resíduos

Tipo de Reclamação	Câmara de Lobos	Machico	Ribeira Brava	Santana	Porto Santo	TOTAL 2019
Reclamações recebidas – Água ¹⁾	341	317	187	132	10	987
Reclamações recebidas – Saneamento	76	24	18	1	12	131
Reclamações recebidas – Recolha de RU	56	33	11	9	3	112
Reclamações recebidas – Outras categorias ²⁾	22	39	28	10	55	154
Reclamações recebidas – Total	495	413	244	152	80	1 384
N.º Reclamações por cada 100 contratos ativos	3,98	4,19	3,80	3,27	1,79	3,66
N.º Reclamações por cada 100 habitantes (população servida: residente e flutuante)	1,51	2,00	1,95	2,21	1,22	1,74

¹⁾ Inclui as reclamações classificadas nas categorias “Contador”, “Qualidade da água” e “Qualidade do serviço – água”

²⁾ Inclui as reclamações classificadas nas categorias “Contratação”, “Atendimento” e “Faturação”

No decorrer do ano 2019 assistiu-se a um acréscimo do total do número de reclamações registadas

nos municípios aderentes face aos valores do ano anterior.

Em todos os municípios aderentes da ilha da Madeira, a categoria que apresenta um maior número de reclamações é a “Qualidade do Serviço – Água”, seguida da categoria “Serviço Saneamento”. No Porto Santo o maior número de reclamações incidiu nas outras categorias, onde se encontram incluídas as reclamações relativas a contratação, atendimento e faturação.

De salientar o número elevado de reclamações registadas na categoria “Qualidade do Serviço – Água”, à semelhança do verificado nos anos anteriores. As reclamações que se enquadram nesta categoria estão essencialmente relacionadas com “falta de água” e “falta de pressão”. O número significativo de reclamações desta categoria deve-se sobretudo ao envelhecimento das redes e precárias condições de funcionamento das mesmas.

De referir, igualmente, a quantidade registada de reclamações relativas à categoria “Serviço Saneamento”, as quais referem-se essencialmente a “Entupimento de coletor de esgoto” e “Entupimento ramal”.

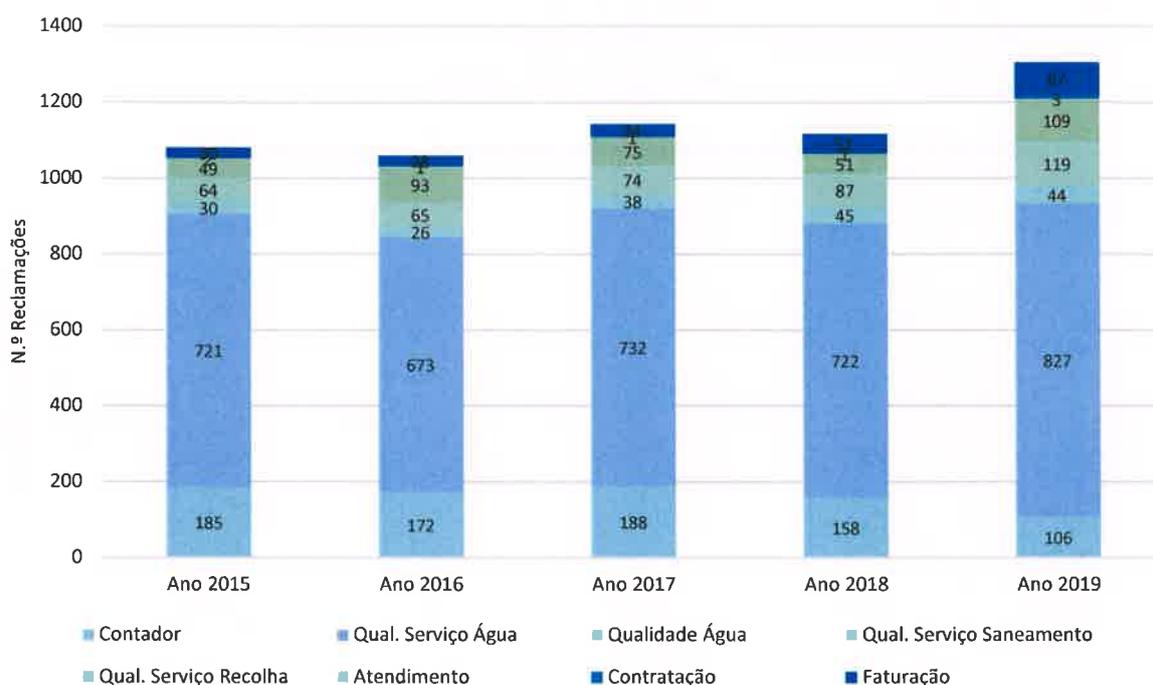


Gráfico 5.2.3.1 - Evolução anual do número de reclamações registadas nos municípios aderentes da ilha da Madeira

Durante o ano 2019, registaram-se 80 reclamações nos serviços do Porto Santo. Trata-se do município aderente que apresenta o menor número de reclamações (cerca de 1,79 reclamações por cada 100 contratos ativos).

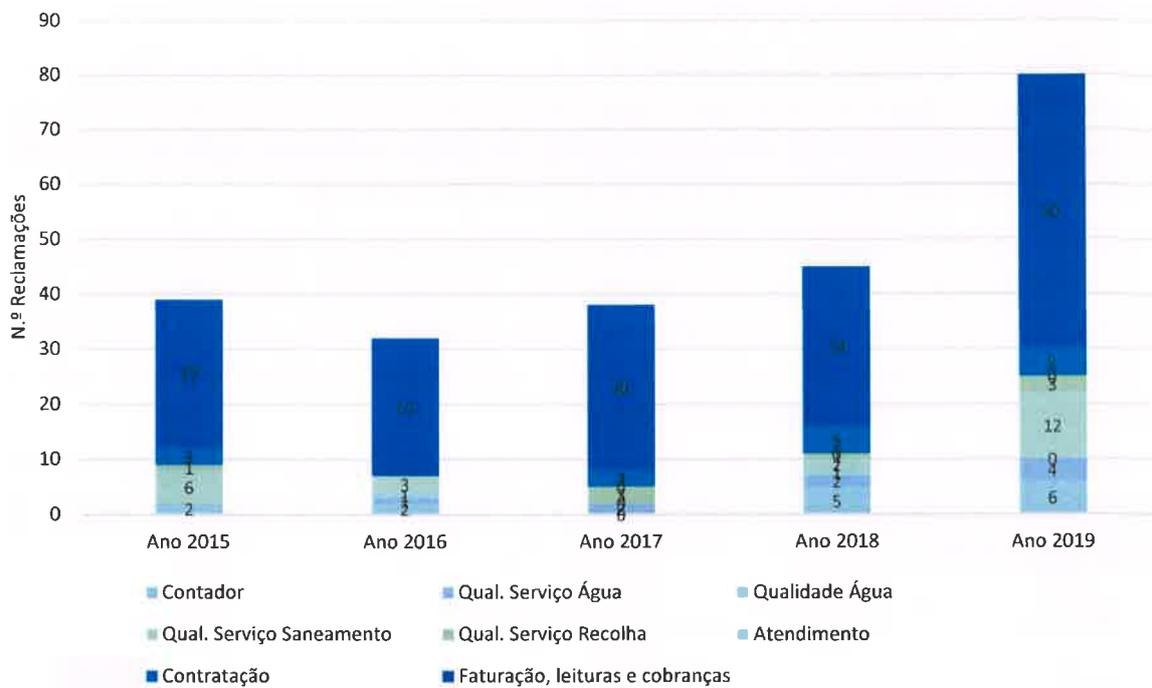


Gráfico 5.2.3.2 - Evolução anual do número de reclamações registadas no município do Porto Santo

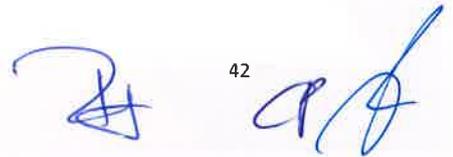


ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Recolha de Resíduos



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



5.3 Recolha de Resíduos

Os serviços de recolha de resíduos efetuados pela ARM, S.A., durante o ano 2019 foram realizados nos cinco municípios aderentes, os quais representam 40% da área da Região, englobando cerca de 29% da população.

Quadro 5.3.1 – Área e população residente e flutuante dos municípios aderentes

Município Aderente	Área (km ²)	População residente (habitantes)	População Flutuante (habitantes)	População Total (Residente + Flutuante)
Porto Santo	42,6	5 176	1 383	6 559
Câmara de Lobos	52,1	33 732	349	34 081
Ribeira Brava	65,4	12 411	154	12 565
Machico	68,3	20 094	659	20 753
Santana	95,6	6 750	222	6 972
TOTAL	324,0	78 163	2 767	80 930
TOTAL RAM	801,1	253 945	22 991	276 936

População Residente: Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os anos (2018) (Fonte: Direção Regional de Estatística).

População Flutuante: Calculada com base na informação dos turistas alojados em alojamentos turísticos (estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural, moradias turísticas, alojamento local, colónias de férias e pousadas da juventude e parques de campismo).

(Fonte: Direção Regional de Estatística, Estatísticas do Turismo).

Nos cinco Municípios cerca de 4.694 contentores públicos e cerca de 3.840 contentores privados, distribuídos de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 5.3.2 – Número de contentores e de ecopontos completos

Município Aderente	Públicos					Privados				
	Resíduos Indiferenc.	Papelões	Vidrões	Embalões	Ecopontos completos	Resíduos Indiferenc.	Papelões	Vidrões	Embalões	Ecopontos completos
Porto Santo	289	114	118	84	91	83	24	60	16	7
Câm. Lobos	811	196	205	189	185	1385	88	95	91	59
Rib. Brava	577	118	147	138	109	489	16	33	22	15
Machico	649	111	126	113	106	635	73	78	51	36
Santana	391	93	154	71	67	498	29	48	26	18
Total Ano 2019	2 717	632	750	595	558	3 090	230	314	206	135
Total Ano 2018	2 696	597	726	566	518	3 076	227	309	201	131
Varição 2019/2018	1%	6%	3%	5%	8%	0%	1%	2%	2%	3%

Na sequência da estratégia de assegurar uma maior acessibilidade da população dos municípios aderentes aos pontos de recolha públicos disponibilizados pela ARM, S.A., realça-se o incremento registado face ao ano de 2018 na totalidade dos contentores, e o aumento do número de ecopontos completos (em 40 ecopontos), o que representou um incremento de 8 % face ao período homologado.

Verifica-se que no decorrer do ano 2019 foram recolhidas cerca de 30.350 toneladas de resíduos nos cinco municípios aderentes, representando os resíduos indiferenciados cerca de 88% da totalidade dos resíduos recolhidos.

Quadro 5.3.3 – Quantidade resíduos recolhidos por tipologia (toneladas)

Município Aderente	Resíduos Indiferenciados	Papelão	Vidrão	Embalão	Outros resíduos	Total
Porto Santo	2 384	139	180	72	473	3 248
Câmara de Lobos	10 235	421	334	195	306	11 491
Ribeira Brava	4 061	147	178	81	82	4 549
Machico	7 663	225	250	83	283	8 502
Santana	2 238	79	151	41	51	2 561
TOTAL	26 580	1 012	1 093	471	1 195	30 350

A quantidade de resíduos recicláveis representa apenas cerca de 8% da quantidade total de resíduos recolhidos. A categoria “Outros Resíduos”, representa cerca de 4% da quantidade de resíduos recolhidos e inclui madeiras, verdes, monstros, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, pneus, metais e pilhas e acumuladores.



Gráfico 5.3.1 – Distribuição da quantidade dos resíduos recolhidos

Relativamente à quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos, verifica-se ter ocorrido um ligeiro decréscimo no ano 2019 face ao ano anterior, contrariando o verificado nos anos anteriores. Não obstante o decréscimo global verificado, os municípios da Ribeira Brava e Santana registaram um ligeiro acréscimo na quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos (Gráfico 4.3.2).



Gráfico 5.3.2 - Evolução da quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos

No que se refere aos resíduos recicláveis, verifica-se ter ocorrido um acréscimo nas quantidades recolhidas de resíduos provenientes do papelão, vidro e embalão entre 2018 e 2019 (Gráfico 4.3.3).

Destaca-se o aumento nas quantidades de resíduos recolhidos seletivamente, resultado da estratégia de incrementar a acessibilidade da população dos municípios aderentes aos pontos de recolha públicos disponibilizados pela ARM, S.A., e do reforço da sensibilização para a separação, assim como uma maior consciencialização da população.

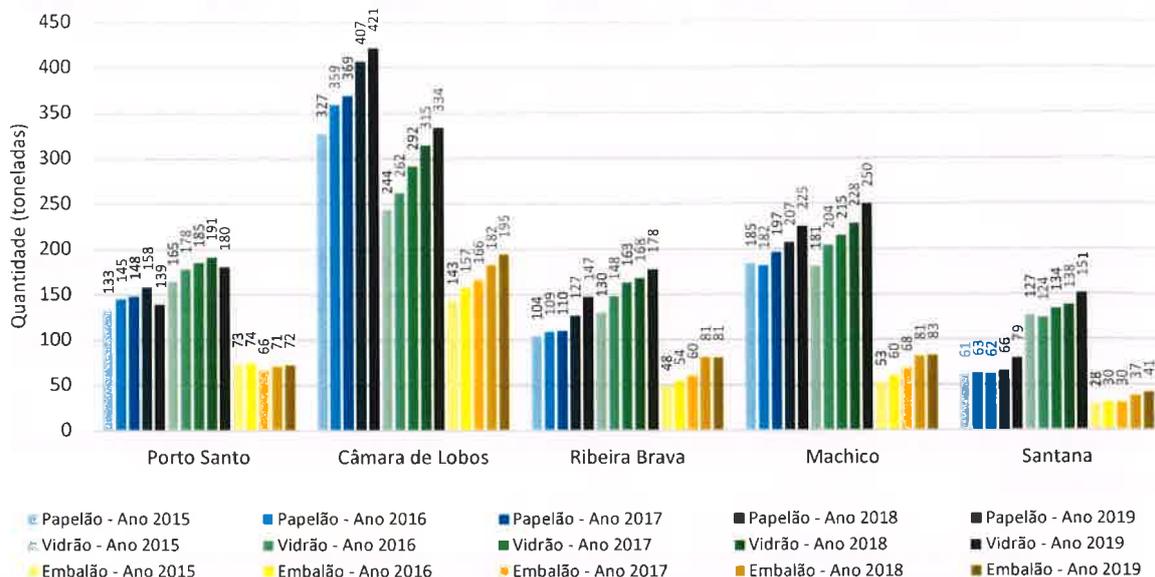


Gráfico 5.3.3 - Evolução da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos

Quadro 5.3.4 – Evolução das quantidades de resíduos recolhidos (toneladas)

Município Aderente	Resíduos Indiferenciados			Papelão			Vidrão			Embalão		
	Ano 2018	Ano 2019	Variação 2019/2018	Ano 2018	Ano 2019	Variação 2019/2018	Ano 2018	Ano 2019	Variação 2019/2018	Ano 2018	Ano 2019	Variação 2019/2018
Porto Santo	2 532	2 384	-6%	158	139	-12%	191	180	-6%	71	72	2%
Câmara de Lobos	10 444	10 235	-2%	407	421	4%	315	334	6%	182	195	7%
Ribeira Brava	3 910	4 061	4%	127	147	16%	168	178	6%	81	81	0%
Machico	7 695	7 663	0%	207	225	8%	228	250	9%	81	83	1%
Santana	2 181	2 238	3%	66	79	21%	138	151	9%	37	41	11%
TOTAL	26 761	26 580	-1%	965	1 012	5%	1 040	1 093	5%	453	471	4%

Relativamente à recolha de resíduos junto dos comerciais, industriais e outros grandes produtores, sem acesso ao sistema público, esta é realizada mediante solicitação prévia e integrada no circuito normal de recolha de resíduos. Assim, no ano de 2019 foram contabilizados nos cinco Municípios aderentes à ARM, S.A., um total de 4.780 pedidos, o que representa um acréscimo de 6% relativamente ao ano anterior.



Gráfico 5.3.4 – Evolução do número total de pedidos de recolha de resíduos nos Municípios aderentes

No quadro seguinte apresenta-se a capitação dos resíduos recolhidos nos cinco municípios aderentes, o qual evidencia a elevada capitação no Município do Porto Santo, quando comparada com a capitação dos restantes, resultante da dupla insularidade daquela ilha e do elevado número de população flutuante, em especial nos meses de Verão.

Por outro lado, salienta-se a reduzida capitação registada em Câmara de Lobos, seguida pela Ribeira Brava e Santana.

Quadro 5.3.5 – Capitação dos resíduos recolhidos nos municípios aderentes (kg/habitante.ano)

Município Aderente	Resíduos Indiferenciados	Papelão	Vidrão	Embalão	Outros resíduos	Total
Porto Santo	363	21	28	11	72	495
Câmara de Lobos	300	12	10	6	9	337
Ribeira Brava	323	12	14	6	7	362
Machico	369	11	12	4	14	410
Santana	321	11	22	6	7	367
Total	328	13	14	6	15	375

Nota: Capitação calculada tendo em consideração a população residente e a população flutuante.

Importa salientar que, à exceção do município do Porto Santo, fortemente afetada pela elevada população flutuante, os restantes municípios aderentes apresentam uma capitação média de resíduos urbanos inferior à capitação de Portugal Continental e à capitação média Europeia, de 505 kg/habitante.ano e 476 kg/habitante.ano, respetivamente.

No que se refere à recolha de óleos alimentares usados, no início do ano 2017 a ARM, S.A., lançou uma rede de recolha destes resíduos, através da colocação de oleões ao dispor da população, em colaboração com as autarquias dos cinco municípios aderentes.

As quantidades recolhidas durante o ano 2019 atingiu as 4,14 toneladas.

Quadro 5.3.6 – Quantidade de óleos alimentares usados recolhida

Locais de recolha de óleos alimentares usados		Número de oleões	Quantidade de óleos alimentares usados recolhida (toneladas)
Municípios Aderentes	Porto Santo	12	1,34
	Câmara de Lobos	15	0,76
	Ribeira Brava	12	0,62
	Machico	12	0,73
	Santana	12	0,64
ETZL/ET		1	0,05
TOTAL		64	4,140

No que se refere ao número de circuitos de recolha, o qual não sofreu alteração face ao ano 2018, verifica-se que os circuitos respeitantes aos resíduos indiferenciados representam 58% dos circuitos existentes nos municípios aderentes (Quadro 4.3.9).

Quadro 5.3.7 – Número de circuitos de recolha de resíduos

Município Aderente	Resíduos Indiferenciados	Papelão	Vidrão	Embalão	Outros resíduos	Total
Porto Santo	8	2	2	2	1	15
Câmara de Lobos	29	6	3	5	1	44
Ribeira Brava	10	4	3	3	1	21
Machico	16	3	2	3	1	25
Santana	7	3	2	2	1	15
TOTAL	70	18	12	15	5	120

De salientar que a distância média, em quilómetros, percorrida para recolher uma tonelada de resíduos indiferenciados é de 11,50 quilómetros (Quadro 4.3.10) a qual é substancialmente menor face à restante tipologia de resíduos o que é justificado pela grande quantidade de contentores existentes e pela densidade dos resíduos.

Como seria expetável, entre os resíduos recicláveis, verifica-se que o vidro é o material que necessita de menores distâncias para se recolher uma tonelada, seguido do papel/cartão e das embalagens plásticas e metálicas.

Quadro 5.3.8 - Distância percorrida para recolher uma tonelada de resíduos (km/tonelada)

Município Aderente	km percorridos/tonelada					Total
	Resíduos Indiferenciados	Papelão	Vidrão	Embalão	Outros resíduos	
Porto Santo	4,39	18,40	11,19	26,22	12,60	7,05
Câmara de Lobos	14,72	58,03	23,49	82,93	76,32	19,36
Ribeira Brava	13,81	70,37	23,29	96,29	23,62	17,65
Machico	8,30	61,94	21,29	103,79	55,03	12,58
Santana	16,29	91,23	23,64	127,60	107,87	22,67
Média	11,50	60,00	20,58	87,36	55,09	16,17

A ARM, S.A., encontra-se, ainda, dotada de duas viaturas para lavagem de contentores, tendo sido implementada uma metodologia que, em condições normais de operação, assegura entre duas a seis lavagens por contentor a cada ano, com maior incidência nas zonas de maior densidade populacional.

Durante o ano 2019, a média mensal de contentores lavados foi de 983 contentores, tendo-se verificado um acréscimo bastante significativo no número de contentores lavados face ao valor registado no ano 2018. Este acréscimo deveu-se ao reforço dos meios humanos nas equipas de recolha realizado pela ARM, S.A., com o intuito de melhorar o serviço prestado à população dos municípios aderentes.

Quadro 5.3.9 – Número de contentores lavados

Município Aderente	Ano 2018		Ano 2019	
	N.º Total de contentores lavados	Média Mensal	N.º Total de contentores lavados	Média Mensal
Porto Santo	714	60	236	20
Câmara de Lobos	744	62	2 303	192
Ribeira Brava	739	62	2 400	200
Machico	1 317	110	4 469	372
Santana	898	75	2 393	199
TOTAL	4 412	368	11 801	983



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Transferência e Triagem



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

5.4 Transferência e Triagem

5.4.1 Transferência de Resíduos entre Estações

No que se refere à transferência de resíduos, durante o ano 2019 foram transferidas cerca de 37.905 toneladas de resíduos sólidos entre as várias estações da ARM, S.A., com vista ao processamento dos mesmos. A quantidade de resíduos transferidos entre estações registou um decréscimo de cerca de 6% face ao valor registado no ano 2018.

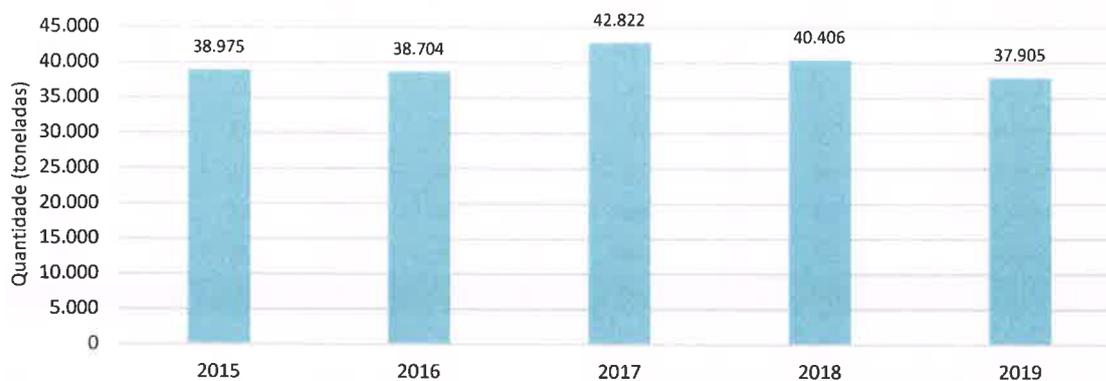


Gráfico 5.4.1.1 – Transferência de resíduos entre estações

5.4.2 Receção de Resíduos nos Ecocentros e nas Estações de Triagem

Nos ecocentros e estações de triagem da ARM, S.A., são rececionados diversos tipos de resíduos, nomeadamente, resíduos de embalagem de papel/cartão, plásticos, metais e vidro, REEE, verdes, sucata, pilhas e acumuladores, pneus usados, óleos lubrificantes usados, entre outros.

No que concerne aos resíduos do embalão, papelão e vidro, durante o ano 2019 foram rececionadas cerca de 8.255 toneladas destes resíduos nas estações de triagem e nos ecocentros da ARM, S.A., o que correspondeu a um aumento de 4% face ao ano 2018.

Quadro 5.4.2.1 – Receção nos ecocentros e estações de triagem de resíduos provenientes do embalão, vidro e papelão

Entidade	Embalão			Papelão			Vidrão			
	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018	
Calheta	39	50	28%	0	2	-	58	0	-100%	
Funchal	1 596	1 664	4%	55	221	305%	0	0	-	
Ponta do Sol	40	41	2%	77	86	11%	134	145	8%	
Porto Moniz	13	15	18%	59	59	0%	26	0	-100%	
Santa Cruz	308	315	2%	610	650	6%	711	740	4%	
São Vicente	30	32	4%	98	99	0%	91	98	8%	
Municípios Aderentes à ARM, S.A.	0,14	0	-100%	3,7	2,24	-39%	0	0	-	
Outros clientes	622	501	-19%	420	534	27%	458	412	-10%	
ARM, S.A.	Câmara de Lobos	182	195	7%	407	423	4%	315	334	6%
	Machico	81	84	4%	207	229	10%	228	255	12%
	Porto Santo	71	72	2%	158	139	-12%	191	180	-6%
	Ribeira Brava	81	81	0%	127	149	18%	168	178	6%
	Santana	37	41	11%	66	79	21%	138	151	9%
TOTAL	3 101	3 091	0%	2 288	2 672	17%	2 517	2 493	-1%	

Verifica-se que são os resíduos do embalão aqueles que apresentam um maior peso nas quantidades rececionadas, seguidos pelos resíduos provenientes do papelão e por fim do vidro.



Gráfico 5.4.2.1 – Repartição dos resíduos (embalão, vidro e papelão) rececionados em ecocentro

5.4.3 Envio de Resíduos para Reciclagem ou Outras Formas de Valorização

Durante o ano 2019 a ARM, S.A., encaminhou para reciclagem ou para outras formas de valorização um total de 14.157 toneladas de resíduos, o que representa um acréscimo de 3,2% face ao total registado no ano 2018.

Relativamente às diferentes tipologias de resíduos encaminhados para reciclagem e outras formas de valorização é que salientar que:

- O papel/cartão registou um acréscimo significativo de 11,7%, fruto do incremento significativo da produção e conseqüentemente da receção destes resíduos;
- As escórias ferrosas apresentaram também um acréscimo significativo de 34,9% o que está relacionado com o envio durante o ano 2019 das escórias ferrosas acumuladas na ETRS da Meia Serra no final de 2018;
- Os pneus usados apresentaram um decréscimo substancial (-63,0%) uma vez que durante

o ano 2019 não foram enviadas para valorização fora da Região quaisquer quantidades dado a Valorpneu, entidade gestora deste fluxo de resíduos, ter autorizado que estes fossem valorizados como material de absorção de impacto numa obra de construção civil na Região, tendo sido encaminhadas 338 toneladas destes resíduos para este fim;

- No que se refere aos óleos alimentares usados e pilhas e acumuladores, estes registaram um decréscimo na quantidade enviada pela reciclagem, de -42,2% e de 0,0%, respetivamente, dado a ARM, S.A., está a efetuar o armazenamento destes resíduos com vista ao posterior encaminhamento dos mesmos para reciclagem, assim que as quantidades o justifiquem.

Quadro 5.4.3.1 – Resíduos enviados para reciclagem ou outras formas de valorização (toneladas)

Material	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Variação 2019/2018
Resíduos de papel/cartão	3 242	3 434	3 484	4 408	4 926	11,7%
Embalagens de vidro	5 156	5 712	5 941	5 888	6 221	5,7%
Embalagens de plástico/metal	1 410	1 465	1 569	1 639	1 644	0,3%
Pneus usados	740	1 075	1 014	913	338	-63,0%
Resíduos Equip. Elétrico e Eletrónico (REEE)	22	85	99	177	189	6,6%
Escórias Ferrosas	361	418	796	415	559	34,9%
Sucata	100	0	221	271	279	2,8%
Pilhas e acumuladores usados	3	0	3	0	0	-
Óleos alimentares usados	0	0	2	3	2	-42,2%
TOTAL	11 033	12 189	13 128	13 715	14 157	3,2%

Sendo assim, e no que se refere aos materiais enviados para reciclagem ou outras formas de valorização pela sociedade, assumem especial relevância (Gráfico 4.4.3.1):

- Os resíduos de papel/cartão, embalagens de vidro e de plástico/metal, que representam cerca de 91% do total dos fluxos de recicláveis;
- Os restantes resíduos representam apenas 9% do total de resíduos.

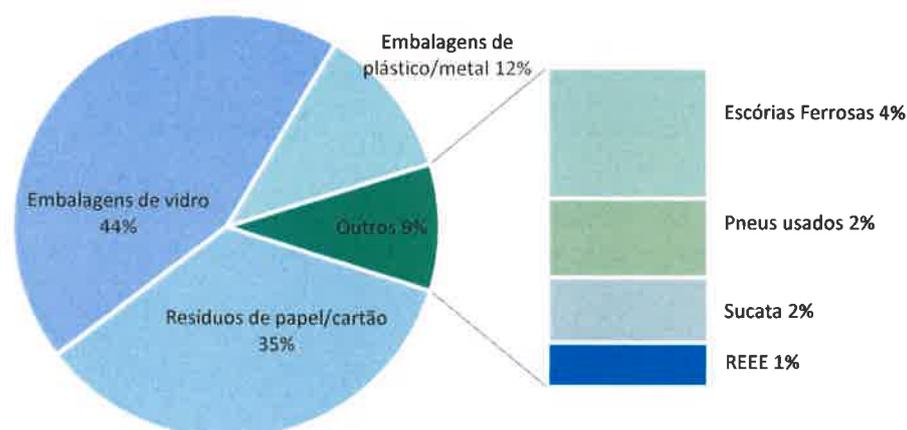
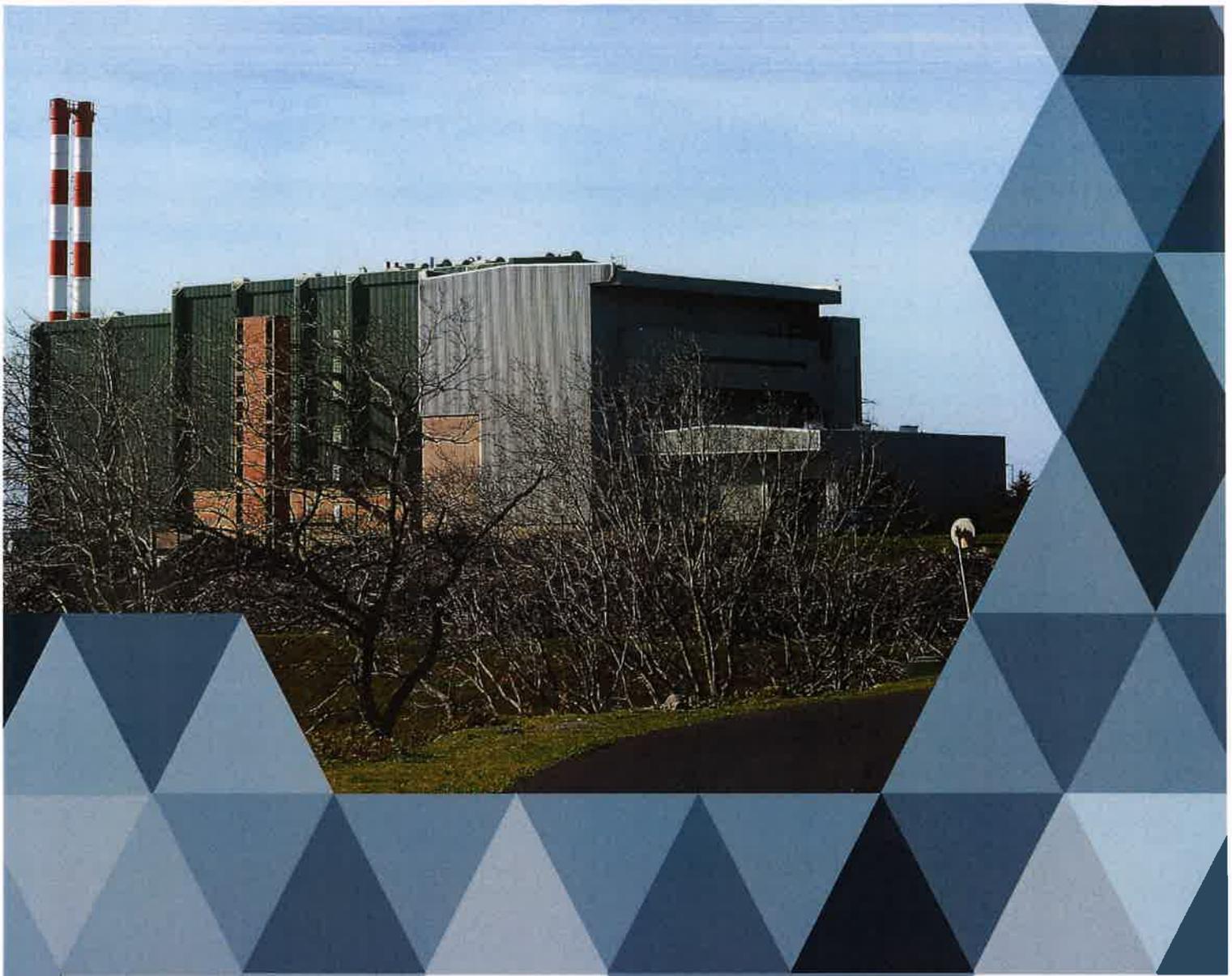


Gráfico 5.4.3.1 – Envio de materiais para reciclagem/valorização

PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Valorização e Tratamento de Resíduos



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

5.5 Valorização e Tratamento de Resíduos

5.5.1 Tratamento de Resíduos por Incineração

A ARM, S.A., rececionou durante o ano 2019 cerca de 116.111 toneladas de resíduos urbanos para tratamento por incineração, valor que representa um decréscimo de cerca de 2,6% face à quantidade rececionada durante o ano 2018.

É de salientar que, da quantidade total rececionada, cerca de:

- 62% provêm da recolha indiferenciada efetuada pelos municípios não aderentes;
- 24% foram entregues pela própria ARM, S.A.;
- 14% de entregas efetuadas por Outros Clientes e resíduos da limpeza urbana entregues diretamente pelos municípios aderentes.

Em regra, as oscilações nas quantidades entregues para tratamento por incineração não tiveram aumentos significativos. A exceção ocorreu na quantidade entregue pelos Outros Clientes que registou um aumento de 3,8% face ao ano anterior.

A quantidade global de resíduos recolhidos nos municípios geridos pela ARM, S.A., registou um ligeiro decréscimo face ao ano 2018.

Quadro 5.5.1.1 – Receção de resíduos para tratamento por incineração (toneladas) na ETRS da Meia Serra

Entidade	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018	
Município da Calheta	4 009	4 032	0,6%	
Município do Funchal	51 377	48 155	-6,3%	
Município da Ponta do Sol	3 148	3 140	-0,3%	
Município do Porto Moniz	893	895	0,3%	
Município de Santa Cruz	14 435	14 279	-1,1%	
Município de São Vicente	1 564	1 567	0,2%	
Municípios Aderentes à ARM, S.A., (resíduos da limpeza urbana)	644	575	-10,7%	
Outros Clientes	15 536	16 126	3,8%	
ARM, S.A.	Câmara de Lobos	10 691	10 407	-2,7%
	Machico	7 844	7 879	0,4%
	Porto Santo	2 840	2 694	-5,2%
	Ribeira Brava	3 959	4 117	4,0%
	Santana	2 238	2 246	0,4%
TOTAL GERAL	119 178	116 111	-2,6%	
TOTAL ARM, S.A.	27 571	27 343	-0,8%	

Não obstante o decréscimo registado pelo Município do Funchal na quantidade de resíduos entregues na ETRS da Meia Serra, a verdade é que este município continua a representar, no contexto geral, o maior sistema de recolha de resíduos indiferenciados da RAM. Por ordem de grandeza segue-se a ARM, S.A., com 24% do total rececionado e o Município de Santa Cruz com 12%.

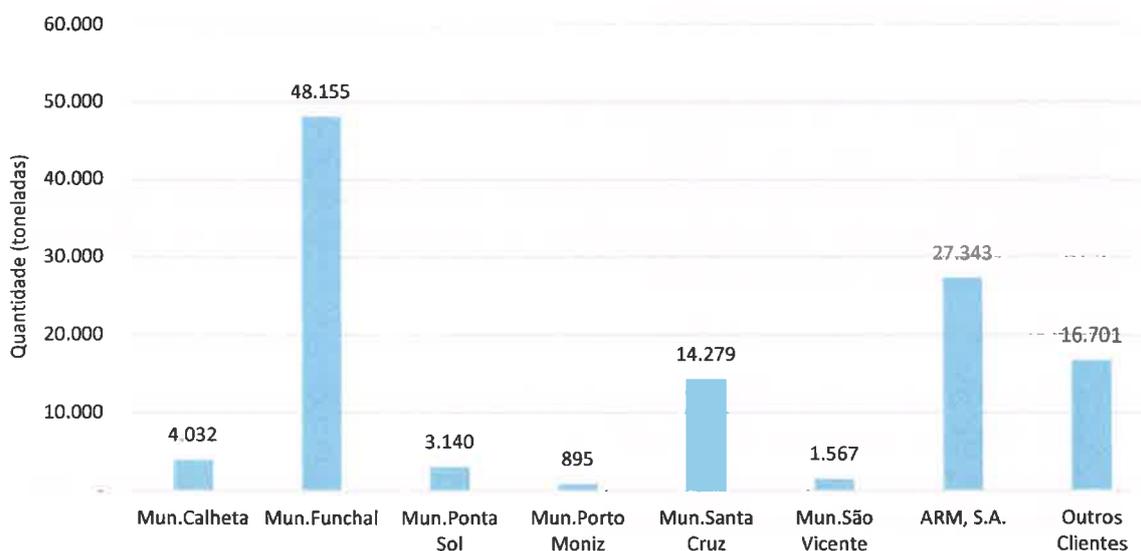


Gráfico 5.5.1.1 – Repartição dos resíduos indiferenciados

Foram ainda rececionadas na ETRS da Meia Serra 514 toneladas de resíduos hospitalares, o que representa um incremento de 6% face à quantidade rececionada em 2018.

Quadro 5.5.1.2 – Receção de resíduos hospitalares (toneladas)

Produtor	Ano 2018	Ano 2019			Variação total 2019/2018
		Grupo III	Grupo IV	Total	
SESARAM, E.P.E.	381	357	46	403	6%
Outros Clientes	105	102	9	112	7%
TOTAL	485	459	55	514	6%

Em janeiro de 2019 entrou em funcionamento, na ETRS da Meia Serra, a Instalação de Desinfeção e Armazenamento de Resíduos Hospitalares (IDARH), solução implementada pela ARM, S.A., para a desinfeção dos resíduos hospitalares do grupo III, que permite o tratamento daquela tipologia de resíduos na RAM em detrimento do seu envio para o Continente como até aquela data ocorria. Por outro, a solução implementada ao possibilitar a utilização de contentores reutilizáveis em detrimento dos contentores de uso único permite poupanças significativas para o principal cliente (SESARAM).

Durante o ano 2019 foram tratadas naquela instalação cerca de 358 toneladas de resíduos hospitalares do grupo III, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 5.5.1.3 – Resíduos tratados na IDARH

Entidade		Ano 2019
SESARAM, E.P.E.	Calheta	2,66
	Câmara de Lobos	3,88
	Funchal	238,24
	Machico	6,50
	Ponta do Sol	1,30
	Porto Moniz	1,08
	Ribeira Brava	2,80
	Santa Cruz	2,82
	Santana	1,96
	São Vicente	3,96
	Outros Clientes	93,23
TOTAL		358,44

No que se refere aos resíduos hospitalares do grupo IV, os mesmos continuam a ser armazenados em contentores marítimos refrigerados e encaminhados para o Continente para tratamento por incineração, por ser a solução técnica e economicamente mais vantajosa.

5.5.2 Deposição de resíduos em Aterro Sanitário

Durante o ano 2019 foram rececionadas pela ARM, S.A., cerca de 3.659 toneladas de resíduos indiferenciados que foram encaminhados diretamente para aterro sanitário, o que representa um acréscimo de 6% relativamente à quantidade rececionada durante o ano 2018.

Os resíduos que são encaminhados diretamente para aterro são os inertes não combustíveis e não biodegradáveis (nomeadamente loiças sanitárias, caliças, restos de cimentos e outros) bem como alguns subprodutos de origem animal, que, devido à carga húmida ou à sua dimensão não são passíveis de ser incinerados.

Foram, ainda, rececionadas cerca de 2.353 toneladas de resíduos para deposição no aterro de inertes existente no CPRS do Porto Santo, valor inferior em 29% ao registado no ano 2018.

Quadro 5.5.2.1 – Resíduos urbanos rececionados e encaminhados diretamente para aterro (toneladas)

Entidade	Aterro Sanitário de RSU			Aterro de Inertes (Porto Santo)			
	Ano 2018	Ano 2019	Variação 2019/2018	Ano 2018	Ano 2019	Variação 2019/2018	
Município da Calheta	47	41	-12%			-	
Município do Funchal	1 293	1 237	-4%			-	
Município da Ponta do Sol	8	7	-12%			-	
Município do Porto Moniz	96	84	-13%			-	
Município de Santa Cruz	107	130	21%			-	
Município de São Vicente	47	48	1%			-	
Municípios Aderentes à ARM, S.A., (resíduos da limpeza urbana)	3	13	346%	88	52	-41%	
Outros Clientes	1 368	1 724	26%	3 201	2 299	-28%	
ARM, S.A.	Câmara de Lobos	113	136	20%			-
	Machico	44	77	77%			-
	Porto Santo	279	126	-55%	3,42	3	-23%
	Ribeira Brava	26	25	-3%			-
	Santana	9	12	33%			-
TOTAL GERAL	3 441	3 659	6%	3 292	2 353	-29%	
TOTAL ARM, S.A.	471	376	-20%	3	3	-23%	

Entre os resíduos rececionados em aterro sanitário, 53% foram provenientes dos Municípios (incluindo os entregues pela ARM, S.A.), tendo os restantes 47% sido encaminhados por outros clientes diretamente para a ETRS da Meia Serra, e para o CPRS, no Porto Santo.

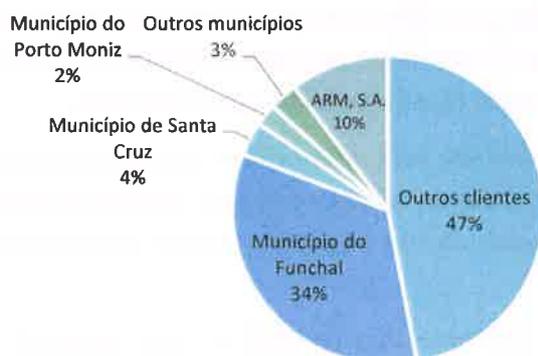


Gráfico 5.5.2.1 - Proveniência dos resíduos depositados em aterro sanitário

Entre os resíduos rececionados no Aterro de Inertes do Porto Santo, cerca de 98% foram provenientes de clientes particulares.



Gráfico 5.5.2.2 - Proveniência dos resíduos depositados em aterro de inertes no Porto Santo

Para além dos resíduos indiferenciados, nos aterros sanitários da ETRS da Meia Serra são ainda depositadas as cinzas e escórias resultantes do processo de incineração. No quadro seguinte apresenta-se a evolução da quantidade de cinzas e escórias depositadas no aterro em operação.

Quadro 5.5.2.2 - Quantidade de resíduos efetivamente depositados em aterro (em toneladas)

3.ª Fase do Aterro Sanitário	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018
Célula de escórias e RSU e equiparados	23 221	24 420	5%
Célula de cinzas inertizadas	9 734	9 896	2%
Total	32 955	34 316	4%

Até a data de 31.12.2019, a célula de escórias e RSU e equiparados e a célula de cinzas inertizadas já tinham atingido 33% e 18% da sua capacidade máxima, respetivamente.

Quadro 5.5.2.3 - Volume de encaixe e volume utilizado do aterro sanitário em operação na ETRS da Meia Serra

3.ª Fase do Aterro Sanitário	Data de entrada em funcionamento	Volume de encaixe (m³)	Volume utilizado até 31.12.2018 (m³)	Percentagem de volume utilizado até 31.12.2018	Volume utilizado até 31.12.2019 (m³)	Percentagem de volume utilizado até 31.12.2019
Célula de escórias e RSU e equiparados	02/06/2015	234 269	57 571	25%	78 224	33%
Célula de cinzas inertizadas	27/04/2015	218 182	32 337	15%	38 562	18%

Nota: Valores relativos ao ano 2018 reexpressos.

5.5.3 Receção de Resíduos Verdes

A receção de resíduos verdes e madeiras continuou a ser efetuada de forma gratuita, com o objetivo de incentivar a entrega destes resíduos, por parte dos produtores, na ETRS da Meia Serra, evitando assim o abandono destes resíduos e a realização de queimadas ilegais pela Região.

Durante o ano 2019 foram rececionadas cerca de 8.530 toneladas de resíduos verdes, os quais foram encaminhados para incineração e para compostagem na ETRS da Meia Serra e, na ilha do Porto Santo, para produção de estilha, o que representou um decréscimo de 9% face ao ano anterior.

Quadro 5.5.3.1 – Receção de resíduos verdes

Entidade	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018	
Município da Calheta	1	1	45%	
Município do Funchal	5 463	4 806	-12%	
Município da Ponta do Sol	13	2	-82%	
Município do Porto Moniz	0	0	-	
Município de Santa Cruz	337	321	-5%	
Município de São Vicente	0	4	-	
Municípios Aderentes à ARM, S.A., (resíduos da limpeza urbana)	500	656	31%	
Outros Clientes	2 339	2 079	-11%	
ARM, S.A.	Câmara de Lobos	167	129	-23%
	Machico	104	127	22%
	Porto Santo	433	371	-14%
	Ribeira Brava	19	30	53%
	Santana	8	5	-34%
TOTAL GERAL	9 384	8 530	-9%	
TOTAL ARM	731	661	-10%	

É na ETRS da Meia Serra que é entregue a maior quantidade de resíduos verdes, conforme é possível verificar no gráfico seguinte.



Gráfico 5.5.3.1 – Repartição da receção de resíduos verdes nas instalações da ARM, S.A.

No quadro e gráfico seguintes é apresentado o destino dos resíduos verdes rececionados pela ARM, S.A., no qual é possível verificar que os resíduos verdes rececionados foram na sua maioria encaminhados para incineração.

Quadro 5.5.3.2 – Receção de resíduos verdes, por destino (em toneladas)

Entidade	Receção na instalação de incineração	Receção na instalação de compostagem	Receção no CPRS para trituração para produção de estilha	TOTAL	
Município da Calheta	1	0	0	1	
Município do Funchal	1 929	2 877	0	4 806	
Município da Ponta do Sol	2	0	0	2	
Município de Santa Cruz	188	133	0	321	
Município de São Vicente	4	0	0	4	
Municípios Aderentes à ARM, S.A., (resíduos da limpeza urbana)	311	183	162	656	
Outros Clientes	1 605	0	474	2 079	
ARM, S.A.	Câmara de Lobos	99	30	0	129
	Machico	91	36	0	127
	Porto Santo	0	0	371	371
	Ribeira Brava	22	8	0	30
	Santana	2	3	0	5
TOTAL GERAL	4 255	3 269	1 006	8 530	
TOTAL ARM	214	76	371	661	

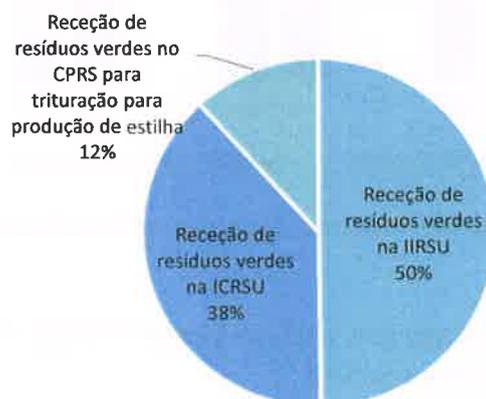


Gráfico 5.5.3.2 – Receção de resíduos verdes (por destino)

5.5.4 Receção e Incineração de Resíduos Silvícolas

A instalação de incineração da ETRS da Meia Serra tem como objetivo efetuar o tratamento dos resíduos sólidos urbanos rececionados.

Com vista a contribuir para a melhoria do ordenamento da floresta da Região, a ARM, S.A., iniciou em 2014 um projeto de receção para valorização energética dos resíduos silvícolas, aproveitando assim a capacidade disponível na instalação de incineração da ETRS da Meia Serra, originada pela diminuição significativa da produção de resíduos urbanos verificada na RAM em 2013.

A valorização energética de resíduos silvícolas conjuntamente com os Resíduos Urbanos tem como principais vantagens:

- A produção de eletricidade a partir de recursos energéticos regionais e renováveis;
- A diminuição da dependência externa dos combustíveis fósseis na produção de energia;
- A criação de emprego associada às atividades de gestão florestal;
- A contribuição para uma gestão ordenada da floresta.

Nesta sequência, a partir de maio de 2014 foram sendo integrados na IIRSU resíduos silvícolas em adição aos resíduos rececionados, sendo que, durante o ano 2019, a integração de resíduos silvícolas no processo de incineração totalizou as 5.400 toneladas.

No Gráfico 4.5.4.1 apresenta-se a evolução dos resíduos silvícolas rececionados e resíduos silvícolas incinerados na ETRS da Meia Serra. O decréscimo a que se tem vindo a assistir está diretamente relacionado com o crescimento da produção de resíduos, cujo tratamento é a incineração, que se vem verificando desde 2014 e consequentemente à diminuição da capacidade disponível na IIRSU.

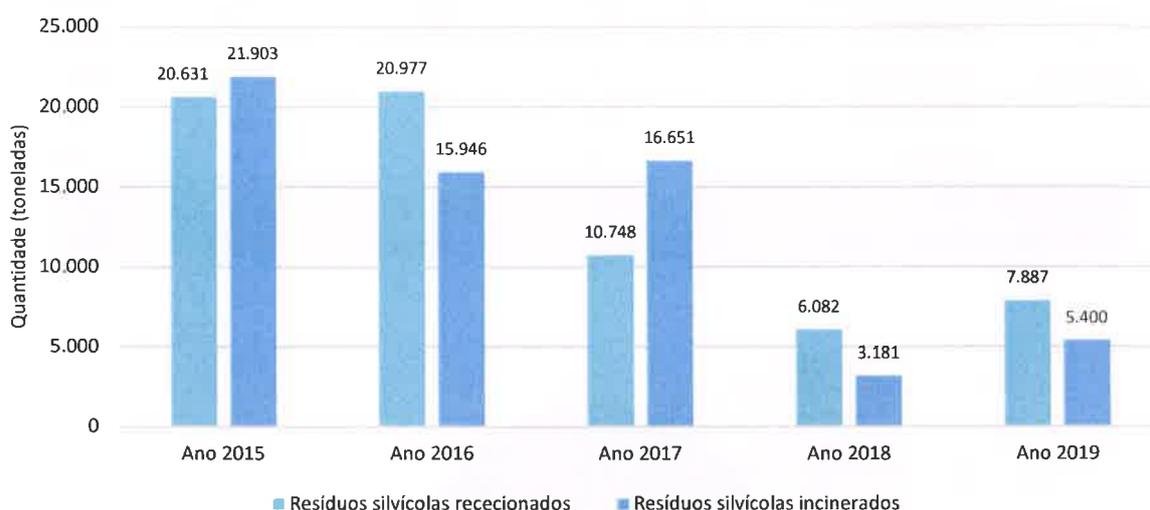


Gráfico 5.5.4.1 – Resíduos silvícolas rececionados e incinerados na ETRS da Meia Serra

Conforme é possível verificar no gráfico seguinte, a introdução de resíduos silvícolas no processo de incineração tem vindo a ocorrer desde o ano 2014.



Gráfico 5.5.4.2 – Evolução da quantidade de resíduos incinerados e energia produzida

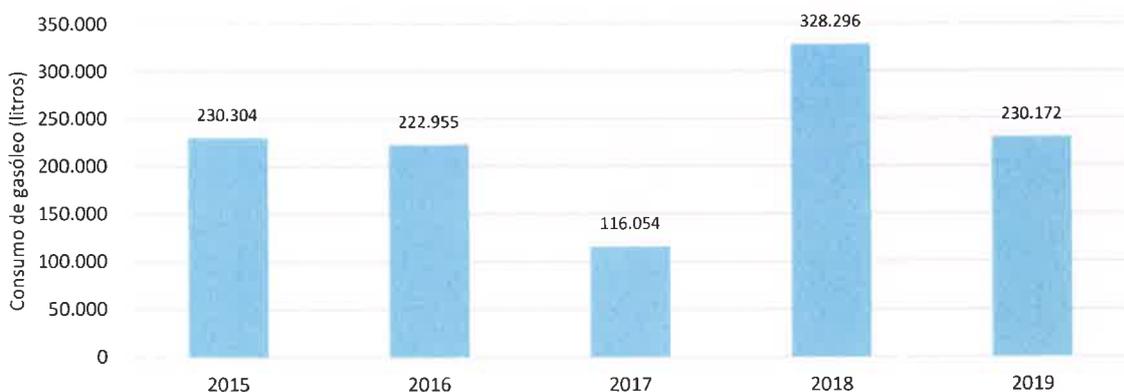


Gráfico 5.5.4.3 - Consumo de Gasóleo na instalação de incineração

5.5.5 Energia Elétrica Produzida pela Incineração de Resíduos

A unidade de incineração de resíduos sólidos urbanos com valorização energética da ETRS da Meia Serra produziu 53,2 GWh durante o ano 2019, o que significou um acréscimo de 14% face ao ano anterior. O acréscimo verificado na produção de energia face ao ano anterior resultou do aumento da quantidade resíduos efetivamente incinerados, da maior disponibilidade da instalação e da melhoria da eficiência do processo.

Da quantidade total de energia produzida durante o ano 2019, cerca de 41 GWh, ou seja, cerca de 77%, foram injetados na rede de distribuição pública, mediante venda à Empresa de Electricidade da Madeira.

Quadro 5.5.5.1 – Produção e venda de energia elétrica produzida pela incineração de resíduos

Ano	Energia produzida (MWh)	Energia vendida (MWh)	Vendas de energia (€/ano)	Varição da produção face ao ano anterior	Varição das vendas face ao ano anterior	Energia vendida (% da produção)
2015	52 205	38 851	3 312 764 €	16%	17%	74%
2016	47 472	35 566	3 044 529 €	-9%	-8%	75%
2017	60 860	47 613	4 236 686 €	28%	34%	78%
2018	46 600	34 946	3 065 332 €	-23%	-27%	75%
2019	53 206	40 929	3 635 193 €	14%	17%	77%

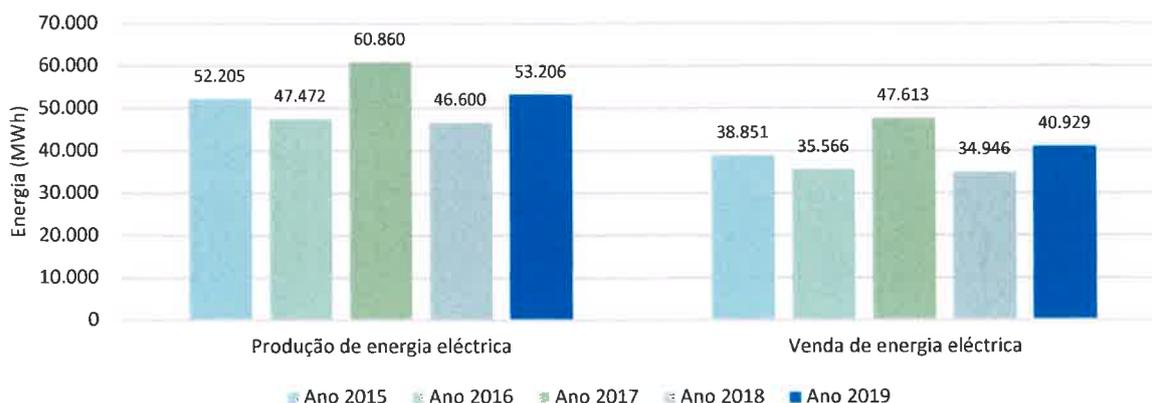


Gráfico 5.5.5.1 – Variação da produção e venda de energia elétrica

PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



66





ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Regadio



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

5.6 Regadio

5.6.1 Fornecimento de Água para Regadio – Madeira

A ARM, S.A., é responsável pela gestão e manutenção do sistema de regadio agrícola em alta (captações e grandes aduções) e em baixa (armazenagem e distribuição).

O sistema concessionado integra cerca de 31.111 pontos de consumo de água distribuídos pelos seguintes Sistemas de Regadio na ilha da Madeira: H01 - Funchal, H02 - Câmara de Lobos - Ribeira Brava, H03 - Ribeira Brava – Calheta, H04 - Calheta - Ponta do Pargo, H05 - São Vicente - São Jorge, H06 - Santana - Porto da Cruz, H07 - Machico – Caniçal e H08 - Santa Cruz – Caniço.

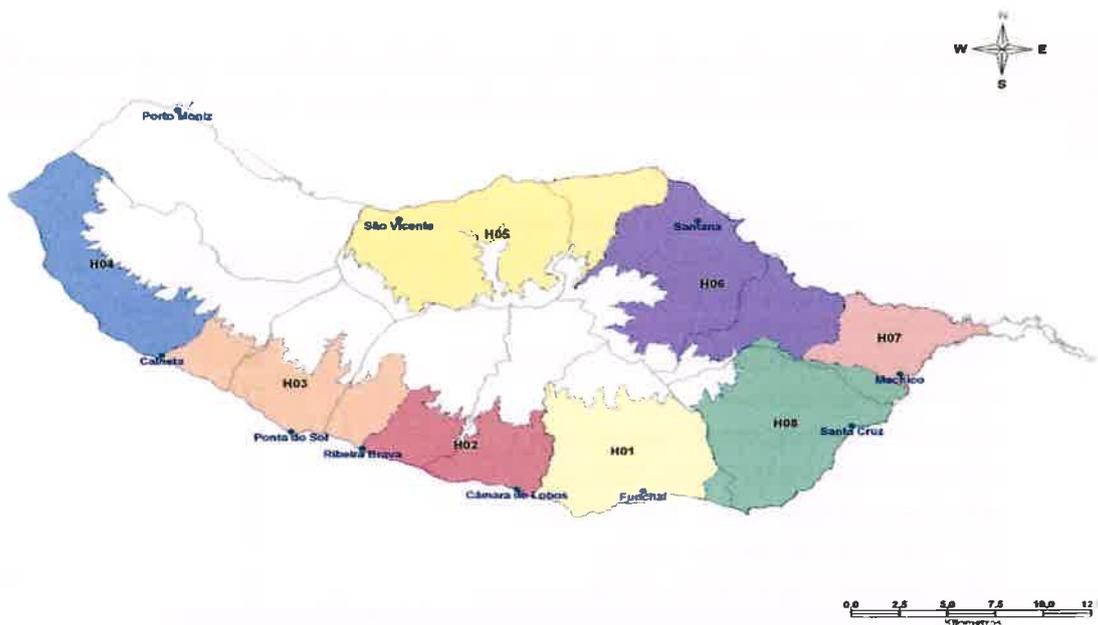


Imagem 5.6.1.1 – Perímetros de regadio na ilha da Madeira

No quadro seguinte encontram-se apresentados os principais indicadores relativamente ao sistema de regadio.

Quadro 5.6.1.1 – Indicadores de exploração

Indicador	H01	H02	H03	H04	H05	H06	H07	H08	Total/Média
Pessoal afeto à distribuição	16	31	42	27	20	26	11	32	205
N.º de Regantes	1 871	6 989	7 919	4 903	1 419	5 652	2 268	7 034	38 055
Regantes /Trabalhador	117	225	189	182	71	217	206	220	186
Área (ha)	375	812	899	541	242	981	362	1 229	5 440
Área/Trabalhador	23,42	26,18	21,40	20,03	12,12	37,74	32,94	38,39	26,54
N.º de Parcelas Agrícolas	1 702	8 875	9 239	7 274	1 598	6 477	2 413	5 818	43 396
Parcelas por Trabalhador	106,4	286,3	220,0	269,4	79,9	249,1	219,4	181,8	211,7

Relativamente aos canais de regadio, apresenta-se no quadro seguinte a sua extensão por sistema.

Quadro 5.6.1.2 – Extensão de canais por sistema

Sistemas	Canais (m)
H01 - Sistema de Rega do Funchal	209 318
H02 - Sistema de Rega Câmara de Lobos - Ribeira Brava	371 355
H03 - Sistema de Rega Ribeira Brava - Calheta	474 036
H04 - Sistema de Rega Calheta - Ponta do Pargo	430 652
H05 - Sistema de Rega São Vicente - São Jorge	275 367
H06 - Sistema de Rega Santana - Porto da Cruz	445 827
H07 - Sistema de Rega Machico - Caniçal	144 907
H08 - Sistema de Rega Santa Cruz - Caniço	534 049
TOTAL	2 885 511

No que se refere ao armazenamento de água de rega para distribuição diurna, este é assegurado pelos 147 tanques de rede públicos, distribuídos pelos sistemas de rega de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 5.6.1.3 - Distribuição dos tanques de rede por sistema

Sistema	Tanques de rede públicos
H01 - Sistema de Rega do Funchal	12
H02 - Sistema de Rega Câmara de Lobos - Ribeira Brava	16
H03 - Sistema de Rega Ribeira Brava - Calheta	27
H04 - Sistema de Rega Calheta - Ponta do Pargo	14
H05 - Sistema de Rega São Vicente - São Jorge	27
H06 - Sistema de Rega Santana - Porto da Cruz	32
H07 - Sistema de Rega Machico - Caniçal	5
H08 - Sistema de Rega Santa Cruz - Caniço	14
TOTAL	147

A distribuição de água de rega na ilha da Madeira é efetuada 7 dias por semana e, em média, 12 horas por dia, existindo ainda 5 regadeiras em que a distribuição de água de rega é efetuada durante 24 horas. Dependendo da zona, a distribuição de água de rega ocorre, normalmente, das 7:00 às 19:00 ou das 8:00 às 20:00.

A distribuição da água de rega, vulgarmente chamada de “giro”, ocorre, geralmente, entre os meses de maio e outubro. Contudo, quando os anos hidrológicos assim o justifiquem, a época de regadio pode iniciar-se mais cedo e, ou terminar mais tarde.

Assim, no período de verão, as equipas afetas à distribuição de água (levadeiros) são normalmente reforçadas com contratações temporárias, para fazer face ao volume acrescido de trabalho.

Ainda assim, fruto do regime de distribuição de água, da enorme dispersão do sistema de regadio e do horário de funcionamento alargado da distribuição de água aos clientes (de outra forma não seria possível assegurar o fornecimento de água a todos), o número de trabalhadores neste setor de atividade da empresa poderá ter que ser reforçado, de forma a assegurar os serviços mínimos que nos são exigidos.

Aos contratos de fornecimento de água de rega ativos correspondem 43.817 horas de fornecimento de água de rega, distribuídas pelos 42.578 tornadoiros existentes.

Quadro 5.6.1.4 - Número de tornadoiros e tempo de fornecimento de água de rega por sistema

Sistemas	Ano 2019	
	Nº de tornadoiros	Tempo (horas)
H01 - Sistema de Rega do Funchal	2 012	3 125
H02 - Sistema de Rega Câmara de Lobos - Ribeira Brava	7 615	5 858
H03 - Sistema de Rega Ribeira Brava - Calheta	9 042	9 145
H04 - Sistema de Rega Calheta - Ponta do Pargo	6 075	4 966
H05 - Sistema de Rega São Vicente - São Jorge	1 633	1 648
H06 - Sistema de Rega Santana - Porto da Cruz	6 229	7 052
H07 - Sistema de Rega Machico - Caniçal	2 599	1 945
H08 - Sistema de Rega Santa Cruz - Caniço	7 373	10 078
TOTAL	42 578	43 817

Em 2019 o número de horas de água de rega de uso agrícola distribuídas foi inferior ao valor relativo ao ano 2018, em virtude da contínua atualização do cadastro dos clientes de água de rega.

Quadro 5.6.1.5 - Número de horas de rega fornecidas para uso agrícola, não agrícola e industrial – Madeira

Tipologia de utilização	Unidade	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018
Águas de regadio em baixa – uso agrícola	Horas/ano	43 597	43 154	43 066	-0,2%
Águas de regadio em baixa – uso não agrícola	Horas/ano	678	605	751	24,1%
Águas de regadio em baixa – uso industrial	m³	27 145	26 965	26 365	-2,2%

Durante o ano de 2019, no atendimento geral a clientes foram registados 2.642 atendimentos ao público, de natureza diversa, número muito superior aos atendimentos registados durante o ano 2018. Este facto advém do grande aumento das respostas dadas aos clientes por escrito, em detrimento das respostas verbais não registadas.

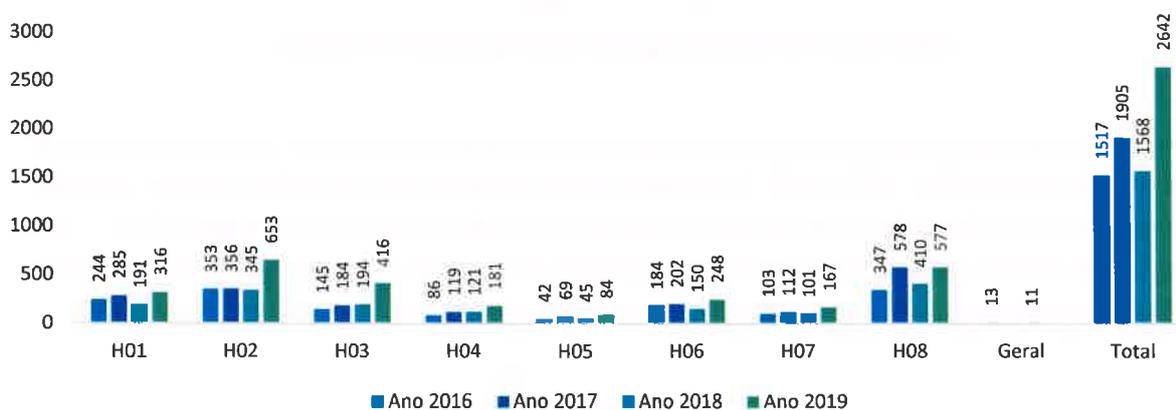


Gráfico 5.6.1.1 - Variação do número de serviços de atendimento ao público

Do total de 2.642 situações registadas no atendimento em 2019, a maioria dos assuntos foram relativos à gestão de pedidos e/ou contratos, correspondendo a 41% do total, quando em 2018 representavam apenas 16%. Seguem-se as reclamações de natureza diversa e as regularizações de pagamentos, representando 22% e 19% do total, respetivamente. Seguiram-se as questões concernentes a horários de rega – pedidos de 2ª via ou de alteração dos horários de rega e assuntos gerais, ambos apresentando um peso de 7% conforme o quadro seguinte.

Quadro 5.6.1.6 – Tipologia dos assuntos apresentados ao serviço de atendimento, por sistema de regadio

Assunto	H01	H02	H03	H04	H05	H06	H07	H08	Total
Atendimento geral	29	47	20	8	10	22	11	34	181
Atendimento Interno	0	1	0	0	0	0	0	3	4
Gestão de pedidos/contratos	97	260	193	86	37	114	60	234	1 081
Horários de rega	25	44	22	9	3	22	12	51	188
Pagamento regularizado	45	141	94	45	12	40	17	105	499
Informações sobre pagamentos	10	10	3	4	3	10	5	9	54
Pedidos de parecer	5	6	9	6	4	5	8	20	63
Reclamações	105	144	75	23	15	35	54	121	572
Total	316	653	416	181	84	248	167	577	2 642

A maioria dos assuntos apresentados dizem respeito aos sistemas de regadio H01, H02, H03 e H08, sistemas estes que abrangem as zonas mais urbanizadas da vertente Sul da Ilha da Madeira, mais especificamente no espaço compreendido entre o centro do concelho da Calheta e Santa Cruz, onde se concentra grande parte da população residente e das atividades socioeconómicas de maior expressão no contexto da economia regional.

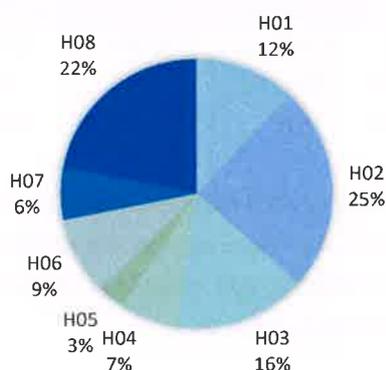


Gráfico 5.6.1.2 - Atendimentos registados durante o ano 2019, por sistema

Quanto às reclamações apresentadas nos serviços de atendimento, estas têm maior incidência nos sistemas de regadio H01, H02 e H08. É também nestes sistemas que se verifica a maior variação sazonal e a menor disponibilidade de água durante os períodos mais críticos da agricultura – que ao longo dos últimos anos se tem estendido à totalidade do ano, por via de alterações e de melhores condições climáticas para prática agrícola especialmente entre outubro e março de cada ano.

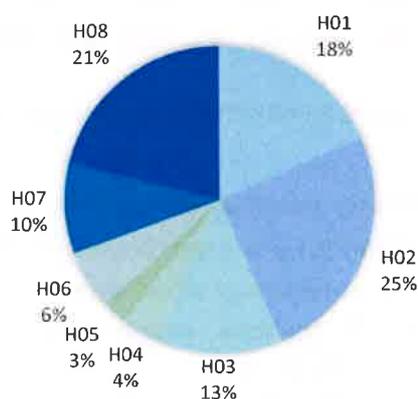


Gráfico 5.6.1.3 - Reclamações registadas durante o ano 2019, por sistema

Quanto aos motivos que originaram as reclamações, estes dividem-se conforme o quadro seguinte.

Quadro 5.6.1.7 – Tipologia das reclamações apresentadas

Tipo de Reclamação	H01	H02	H03	H04	H05	H06	H07	H08	Total Ano 2019	Total Ano 2018	Variação 2019 vs 2018
Caudal Reduzido	13	4	0	1	1	1	0	3	23	14	64%
Conflitos entre regantes	0	1	1	0	0	2	4	1	9	17	-47%
Contaminação de água de rega	6	8	0	1	0	9	1	13	38	29	31%
Falta de entrega de água	26	53	21	2	3	5	3	15	128	23	457%
Infiltrações	20	22	20	6	2	2	16	29	117	122	-4%
Infraestruturas danificadas	20	36	16	8	2	11	15	29	137	100	37%
Infraestruturas obstruídas	11	12	7	3	3	2	8	11	57	51	12%
Ocupação cultural da parcela	1	2	0	0	0	0	0	11	14	27	-48%
Limpeza de canais de regadio	7	4	5	2	4	2	5	7	36	42	-14%
Serviço de distribuição	1	2	5	0	0	1	2	2	13	39	-67%
Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-100%
Total	105	144	75	23	15	35	54	121	572	465	23%

A generalidade das reclamações prende-se com questões, direta ou indiretamente, relacionadas com o mau estado de conservação ou manutenção das infraestruturas, seguidas da falta de entrega de água de rega, que registaram um forte aumento relativamente a 2018, e do mau funcionamento das infraestruturas obstruídas.

Com a premissa inerente da prestação de serviço público, e o objetivo que nos move em relação à satisfação dos clientes, em 2019 foram realizadas um total de 307 intervenções em infraestruturas/canais de regadio realizadas pelas equipas de manutenção afetas ao regadio na tentativa de resolução dos problemas evidenciados.

Quadro 5.6.1.8 – Número de intervenções realizadas nos sistemas de rega pelas equipas de manutenção

Serviços de Manutenção - Conservação	Ano 2019				
	Nº Intervenções	% Nº Intervenções	Duração média (n.º dias)	Tempo total de Intervenções (dias)	Tempo total de Intervenções (horas)
H01 - Sistema de Rega do Funchal	41	13%	2,0	85	680
H02 - Sistema de Rega Câmara de Lobos - Ribeira Brava	64	21%	3,4	219	1 752
H03 - Sistema de Rega Ribeira Brava - Calheta	66	21%	3,5	228	1 824
H04 - Sistema de Rega Calheta - Ponta do Pargo	15	5%	1,9	29	232
H05 - Sistema de Rega São Vicente - São Jorge	9	3%	2,8	26	208
H06 - Sistema de Rega Santana - Porto da Cruz	5	2%	2,2	11	88
H07 - Sistema de Rega Machico - Caniçal	41	13%	3,2	135	1 080
H08 - Sistema de Rega Santa Cruz - Caniço	66	21%	3,6	239	1 912
Total	307	100%	2,8	972	7 776

Verifica-se ainda que o tempo médio por intervenção foi de 2,8 dias, sendo que os sistemas com as intervenções mais longas são os sistemas compreendidos entre o concelho da Ribeira Brava e o concelho de Machico, todos localizados na zona sul da Ilha da Madeira, altamente urbanizados.

5.6.2 Fornecimento de Água para Regadio – Porto Santo

Na ilha do Porto Santo, a água utilizada para rega pode ter as seguintes origens: águas extraídas de um furo e três noras, águas pluviais armazenadas na Barragem do Tanque, águas residuais tratadas na ETAR da Ponta e água dessalinizada.

A ampliação do sistema de rega do Parque Agrícola do Porto Santo permitiu aumentar a cobertura com sistema de rega de áreas com potencial agrícola na envolvente do aeroporto, designadamente nas zonas das Cancelas, Campo de Cima e Lombas. O abastecimento de água de rega deste parque tem como origem o Reservatório de Rega do Tanque, atualmente com uma capacidade de armazenamento de 400 m³, aduzido pelas águas das chuvas captadas e armazenadas no Açude do Tanque.

Durante o ano 2019 foram fornecidas aos regantes 6.905 horas de rega, ou seja cerca de 92.902 m³, o que representou um acréscimo significativo face ao ano anterior, conforme é possível verificar no quadro seguinte.

Quadro 5.6.2.1 – Número de regantes e horas de rega do Parque Agrícola do Porto Santo

	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018
Número de regantes	112	94	92	99	99	0%
Horas de rega	5 162	5 478	5 340	4 753	6 905	45%
Volume Água de Rega Fornecida (m ³)	70 062	85 769	82 778	74 361	92 902	25%

Relativamente à adução de água para regadio do Campo de Golfe da ilha do Porto Santo, esta sofreu um ligeiro decréscimo durante o ano 2019 face ao ano 2018 (inferior a 1%).

De referir que durante o ano 2019 houve necessidade de recorrer ao fornecimento de água dessalinizada para regadio daquele campo, fruto de solicitações da entidade que gere aquele campo.

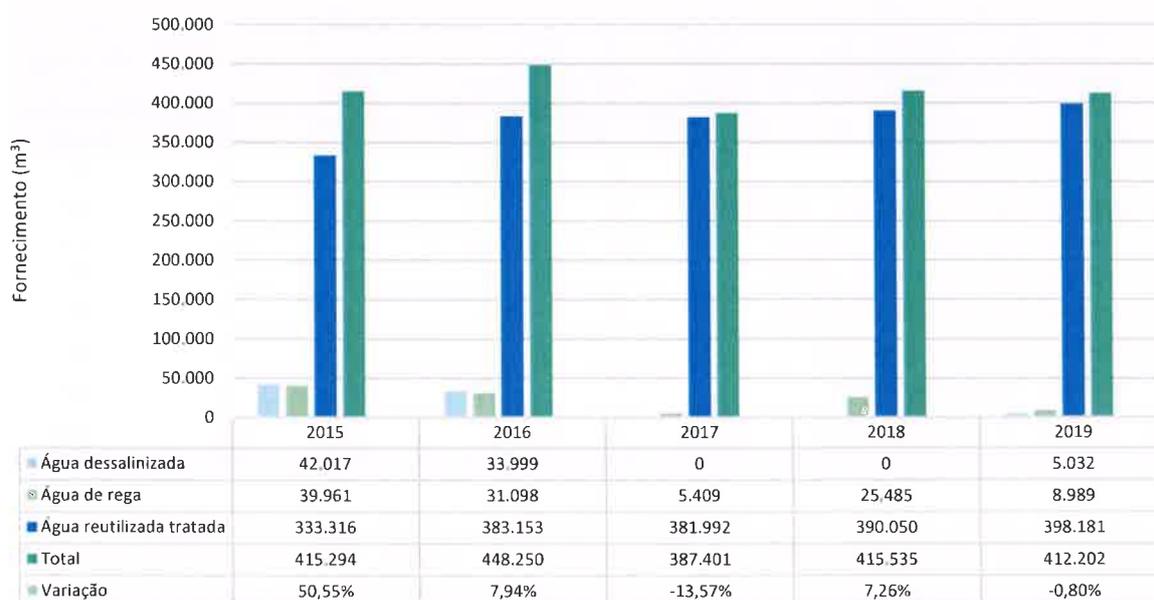
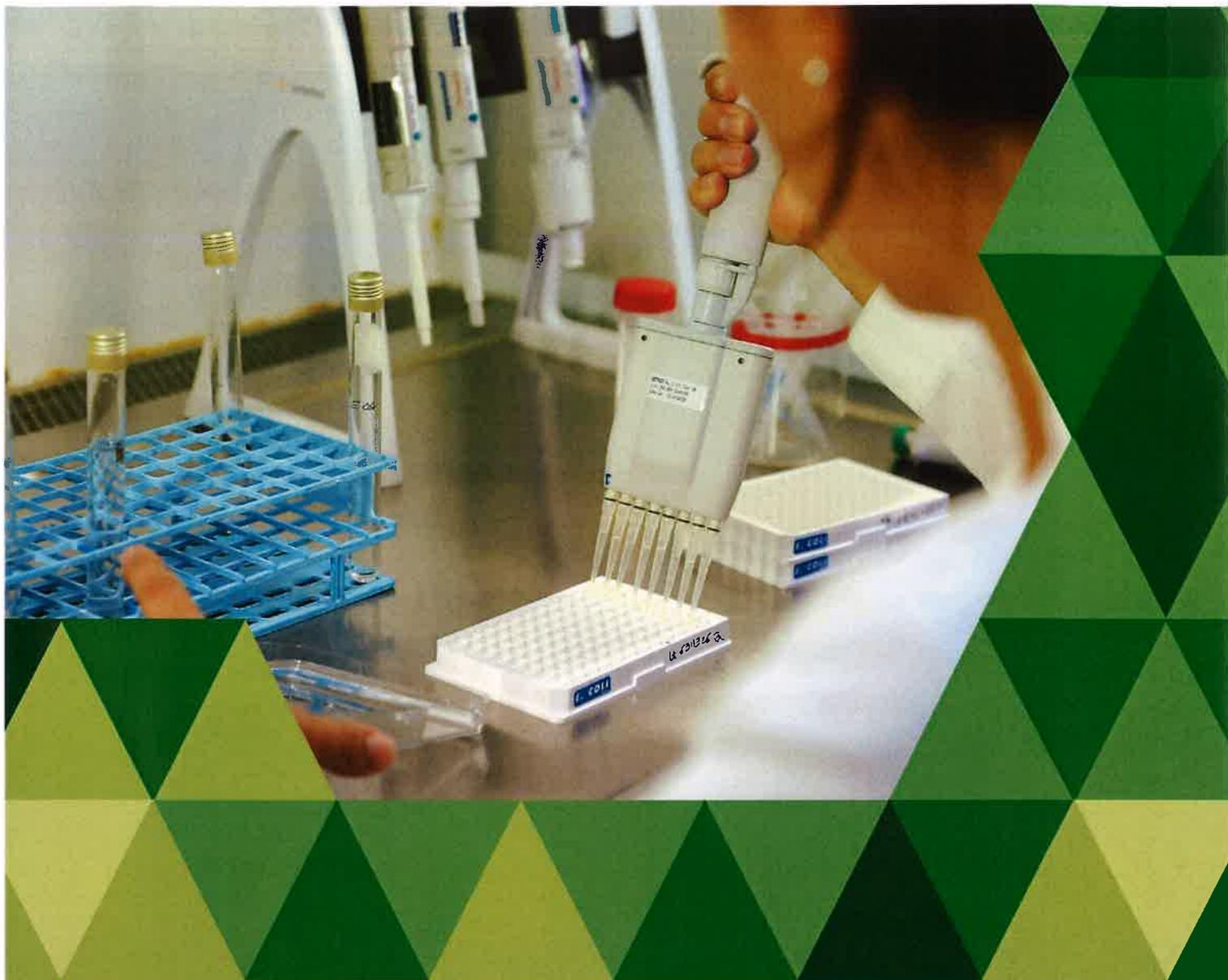


Gráfico 5.6.2.1 – Fornecimentos ao Campo de Golfe – Porto Santo

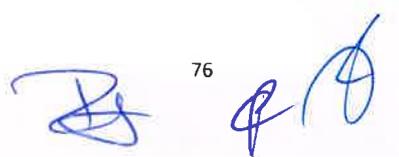


ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Motorização e Controlo da Qualidade da Água



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



5.7 Monitorização e Controlo da Qualidade da Água

O Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água (LQA), situado na Estação de Tratamento de Água Eng.º Manuel Rafael Amaro da Costa (mais conhecida por ETA da Alegria) assegura o controlo de qualidade da água da rede de abastecimento público da Madeira e do Porto Santo, procedendo à colheita de amostras de água e à caracterização físico-química e microbiológica em conformidade com as técnicas e métodos que integram os programas de controlo da qualidade da água, subdividindo-se nos Setores de Qualidade, Físico-Química, Microbiologia e Amostragem e Apoio.

É da responsabilidade dos Setores de Físico-Química e de Microbiologia implementar métodos analíticos, procedimentos de funcionamento e promover a sua atualização, elaborar e manter atualizados os registos dos procedimentos e das análises efetuadas. Para além do referido, estes setores efetuam ensaios de caracterização da água e procedem ao lançamento dos dados resultantes daquelas caracterizações, tendo em vista a emissão dos relatórios de análises da qualidade da água.

O LQA presta serviços de análises de águas para clientes externos em várias vertentes, nomeadamente:

- Amostragem de águas de consumo humano, naturais doces (superficiais e subterrâneas), residuais e naturais salinas (balneares);
- Análises de água para consumo humano, particularmente a entidades gestoras com a responsabilidade de gerir o abastecimento de água em alta e/ou baixa, bem como a clientes públicos e privados;
- Análises para caracterização de origens de água doce superficial, subterrânea e salina;
- Análises para caracterização de água de Unidades industriais com necessidades específicas de qualidade de água para o seu processo industrial;
- Análises para caracterização de água residual de Estações de Tratamentos de Águas Residuais e unidades industriais.
- Análises para caracterização de águas balneares.

A atividade do laboratório, desenvolvida no âmbito da acreditação, encontra-se de acordo com o anexo técnico de acreditação L0385 - 1 e Lista de Acreditação Flexível em vigor:

- Colheita de amostras de águas de consumo e águas naturais doces (superficiais e subterrâneas);
- Determinações físico – químicas em águas de consumo, águas naturais doces (superficiais e subterrâneas), águas naturais salinas, águas residuais e águas residuais (exceto lixiviados);
- Determinações microbiológicas em águas de consumo, águas naturais doces (superficiais e subterrâneas) e águas naturais salinas.

Desde 2006, o LQA encontra-se acreditado pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025, o que constitui o reconhecimento formal por parte do organismo de acreditação da sua competência para a execução de determinados ensaios.

Atualmente o LQA tem 211 ensaios acreditados para diferentes produtos: água de consumo, água natural doce (superficial e subterrânea), água natural salina e água residual, tendo, em 2019, sido solicitada a extensão da sua acreditação a doze novos ensaios.

No decorrer do ano 2019, o LQA efetuou 44.809 determinações físico-químicas e microbiológicas à

generalidade das águas da RAM. Este valor representa um aumento do seu volume de trabalho face ao ano anterior de cerca de 25,7%, o qual se deveu, essencialmente, ao acréscimo do número de análises realizadas para a própria ARM, S.A., e para os Municípios.



Gráfico 5.7.1 – Evolução do número de análises laboratoriais para controlo da qualidade da água



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Qualidade, Ambiente e Segurança



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

5.8 Qualidade, Ambiente e Segurança

A ARM, S.A., está licenciada para um conjunto de atividades às quais estão associadas obrigações de monitorização e de reportes periódicos às entidades competentes, das quais se destaca:

- Licenças de Captação de Água;
- Licenças de Rejeição de Águas Residuais Urbanas;
- Licenças de Rejeição de Águas Residuais Industriais;
- Licença Ambiental da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra;
- Licenças de Operações de Gestão de Resíduos.

No ano 2019 foram apresentados os reportes obrigatórios no âmbito das licenças.

Para além dos reportes obrigatórios, os responsáveis da ARM, S.A., produzem relatórios internos periódicos de acompanhamento das principais atividades com impacto na operação, nos clientes ou no ambiente, de forma a identificar a evolução dos principais indicadores e permitir intervir no sentido de melhorar o respetivo desempenho.

A especificidade das atividades exercidas, nas suas diversas vertentes de negócio, implica a existência de uma diversidade de riscos profissionais associados que justificam a prioridade a dar à **Segurança e à Saúde no Trabalho**.

A estrutura organizacional da ARM, S.A., integra um Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho responsável pela avaliação de riscos, por assegurar o aprovisionamento e a disponibilização de equipamentos de proteção individual adequados aos riscos existentes, pela elaboração de propostas de implementação de medidas de prevenção e de minimização dos riscos, pela promoção de formação nas áreas de segurança e saúde no trabalho, pela gestão administrativa dos processos de acidentes de trabalho e pelo controlo das avaliações de saúde dos colaboradores a realizar pela Saúde no Trabalho, entre outras atividades.

No respeitante à Saúde no Trabalho, esta é assegurada através de uma entidade externa devidamente autorizada pela autoridade regional para a prestação de serviços nesta área.

Neste contexto, foram efetuadas 990 avaliações de saúde aos colaboradores em 2019, tanto no âmbito de novas admissões como, também, a nível da avaliação periódica e ocasional do pessoal do quadro. O gráfico seguinte apresenta a distribuição das avaliações efetuadas.



Gráfico 5.8.1 – Distribuição das consultas de saúde

Periodicamente são realizadas reuniões entre os órgãos de gestão da empresa e os representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, em número de 5, eleitos pelos trabalhadores, para discussão e análise dos assuntos relacionados com essas matérias. No decorrer do ano 2019 foram realizadas 4 reuniões.

No âmbito das reuniões havidas com os representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, são avaliadas todas as situações colocadas pelos representantes e que podem envolver riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, bem como, implementadas as necessárias medidas de proteção ou corretivas, quando aplicáveis.

Para garantir a segurança dos trabalhadores quando os riscos existentes não podem ser evitados ou suficientemente limitados pela utilização de meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, métodos ou processos de organização do trabalho, são fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários e com a frequência ajustada ao desgaste dos mesmos. Neste âmbito, foram adquiridos em 2019 cerca de 36 mil euros em EPI.

Sendo a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais o principal objetivo da política de Segurança e Saúde no Trabalho, a ARM, S.A., tem promovido a formação e sensibilização dos trabalhadores para estas temáticas, tendo as ações abrangido, no ano 2019, 324 trabalhadores, num total de 1491 horas.

Quadro 5.8.1 – Formação/sensibilização no âmbito de Segurança e Saúde

Formação em 2019	Entidade	N.º Trabalhadores	Horas de Formação por trabalhador	Total de horas de Formação
Segurança e Saúde no Trabalho	Interna - Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho	117	3	351
Riscos Biológicos	Interna - Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho	21	3	63
Postos de Cloragem	Externa - EPAL	33	28	924
Regulamento Interno da Prevenção e Controlo do Consumo do Álcool e Substâncias Psicotrópicas	Externa - ERGORAM	153	1	153

Tendo em consideração a importância de promover a sensibilização, prevenção, dissuasão e controlo do consumo de álcool e substâncias psicotrópicas em todos os meios laborais sob a responsabilidade da ARM, S.A., tendo como finalidade a proteção e segurança de todas as pessoas, sejam trabalhadores da sociedade ou terceiros, e bens, e após sujeição a parecer dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde e das associações e delegados sindicais, foi aprovado o Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool e Substâncias Psicotrópicas. Com vista à sua implementação foram contratados os serviços externos necessários e desenvolvidas 6 sessões de sensibilização/formação.

Tendo em consideração a especificidade e complexidade das atividades desenvolvidas no âmbito das paragens para manutenção da IIRSU da ETRS da Meia Serra, foi efetuado o respetivo acompanhamento pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.

Neste âmbito, os técnicos de segurança acompanharam o desenvolvimento dos trabalhos, efetuaram recomendações de caráter preventivo e corretivo, concederam autorizações de trabalho, participaram em reuniões diárias, entre outras atividades. Após a elaboração dos relatórios de acompanhamento das paragens programadas, os mesmos foram encaminhados para os respetivos responsáveis para implementação das medidas preventivas ou corretivas propostas.



ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Atividades de Comunicação e Sensibilização



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



5.9 Atividades de Comunicação e Sensibilização

5.9.1 Ações de Sensibilização e Visitas às Estações de Tratamento de Água e Resíduos

Em 2019, a ARM, S.A., realizou 186 atividades de sensibilização em escolas, empresas e outras entidades de interesse público regional, das quais 71 visitas às estações de tratamento de resíduos e de águas sob sua gestão e 115 ações de sensibilização sobre as temáticas “Valorizar os Resíduos”, “O Valor da Água” e “Compostagem Doméstica”.

Nestas atividades participaram cerca de 4.500 pessoas, que foram alvo de sensibilização para a adoção de boas práticas ambientais, designadamente para:

- O uso mais eficiente dos recursos hídricos, evitando o desperdício deste bem essencial e escasso,
- A necessidade de reduzir a produção, maximizar a reutilização e efetuar a correta separação e deposição dos resíduos.

A ARM, S.A., considera estas medidas essenciais para promover a transição para uma economia circular, que assegure a regeneração dos recursos materiais, reduzindo a necessidade de extração do seu meio natural e os impactes ambientais associados a esta atividade, em detrimento de uma economia linear, onde se extrai, produz, usa e deita fora, bem como contribuir para a mitigação das alterações climáticas.

Os participantes das visitas às instalações de tratamento de resíduos e de tratamento de águas foram na sua maioria alunos a frequentar os 2º e 3º ciclos do ensino básico e o secundário, com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos. Relativamente às ações de sensibilização, a maioria dos participantes frequentava o 1º ciclo do ensino básico.



Imagem 5.9.1.1 - Visita à ETAR de Câmara de Lobos – Escola Básica e Secundário do Carmo – Câmara de Lobos



Imagem 5.9.1.2 - Ação de Sensibilização “O Valor da Água” – Universidade Sénior de Machico

5.9.2 Campanha “Reciclar faz bem ao Planeta”

A ARM, S.A., dinamizou entre os meses de janeiro e abril de 2019 a campanha com o mote: “Reciclar faz bem ao Planeta”, dirigida à população da Região Autónoma da Madeira, com o objetivo de sensibilizar todas as pessoas para a separação dos resíduos e a sua correta colocação nos ecopontos garantindo assim o seu encaminhamento para reciclagem.



Imagem 5.9.2.1 – Exposição da campanha de sensibilização “Reciclar faz bem ao Planeta”, no município de Santana



Imagem 5.9.2.2 - Exposição da campanha de sensibilização “Reciclar faz bem ao Planeta”, no município de São Vicente

A campanha foi divulgada em vários meios de comunicação (televisão, jornais, redes sociais, entre outros) e promovida nas ações de sensibilização realizadas, em diversos espaços públicos, em colaboração com os municípios.

5.9.3 Realização da 1ª Edição do PURA 2019

A ARM, S.A., integra a Comissão Especializada de Comunicação e Educação Ambiental (CECEA) da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas a qual é formada por uma equipa de profissionais de Comunicação com vertente educacional, oriundos de todo o país, apresentando-se como um grupo muito heterogéneo pelas diferentes áreas em que cada um atua, e consequentemente com formação e experiências diferenciadas, que permite uma atuação coesa e conhecedora das diferentes realidades do nosso país, e focado nas exigências que o sector impõe, para que a comunicação passe a ser “límpida como a água”.

A 14 de maio, em Coimbra, realizou-se o principal evento da CECEA - o PURA 2019, cuja sessão de abertura foi presidida por João Ataíde, Secretário de Estado do Ambiente. Esta iniciativa pretendeu ser um espaço disruptivo, de partilha, de pensamentos e atividades devem ser replicadas por todos os setores da comunicação ambiental. Dirigiu-se a estudantes de comunicação, jornalistas, técnicos de comunicação e outros *players* do setor da água em Portugal.

Tratou-se do 1º Evento da CECEA no âmbito de comunicação ambiental e que se prevê que venha a ter uma periodicidade anual, pretende também promover a permuta de conhecimentos e de boas práticas, principalmente, porque envolve o recurso fundamental à vida: a Água!



Imagem 5.9.3.1 – 1.ª Edição do PURA 2019

5.9.4 Campanha “Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água.”

A ARM, S.A., tal como em anos anteriores, promoveu uma campanha de sensibilização para a poupança de água, com o mote: “Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água.”

Neste âmbito, a ARM, S.A., entre os meses de junho e outubro, disponibilizou uma exposição itinerante, alusiva à temática, que percorreu as praias dos 9 municípios onde é responsável pelo fornecimento de água em alta (todos os municípios com exceção de São Vicente e Porto Moniz) com o objetivo de consciencializar a população para um uso mais eficiente da água, através da adoção de hábitos diários que visem a poupança deste bem essencial.



Imagem 5.9.4.1 - Exposição da campanha de sensibilização “Não deite o Futuro por água abaixo. Poupe Água.”, na praia do Faial – Santana



Imagem 5.9.4.2 -Exposição da campanha de sensibilização “Não deite o Futuro por água abaixo. Poupe Água.”, na praia da Ribeira Brava

A campanha foi igualmente divulgada em vários meios de comunicação, nomeadamente, através de anúncios nos matutinos impressos regionais, colocação de outdoors nos concelhos aderentes e promoção de ações de sensibilização em escolas e outras entidades.

5.9.5 Projeto ADAPTARES - Encontro da equipa de trabalho

A equipa do projeto ADAPTARES - Adaptação às Alterações Climáticas na Macaronésia através do Uso Eficiente e da Reutilização da Água, constituída por diversas entidades dos arquipélagos da Madeira, Cabo Verde e Canárias, entre as quais a ARM, S.A., realizou uma reunião no dia 14 de novembro de 2019, com o objetivo de discutir as problemáticas das diversas regiões, debater o plano de atividades de sensibilização para 2020, bem como analisar os materiais de comunicação e sensibilização a serem utilizados nas mesmas: bandas desenhadas, vídeos, jogos, aplicação móvel, entre outros.

O projeto ADAPTARES estabelece uma parceria estratégica entre a Macaronésia Europeia e Cabo Verde para promover a adaptação às alterações climáticas, através da sensibilização e formação para a participação ativa da sociedade no uso eficiente da água e assim, garantir o recurso em quantidade e qualidade às populações, presentemente e no futuro, como medida de resiliência às alterações climáticas, nomeadamente em situações de seca.

Este projeto é financiado pelo Programa INTERREG MAC 2014-2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).



Imagem 5.9.5.1 - Jogos Interativos para ser utilizado nas ações de sensibilização do projeto ADAPTaRES

5.9.6 Projeto de compostagem doméstica - “O Meu Composto”

No âmbito da estratégia de prevenção da produção de resíduos, a ARM, S.A., lançou em 2018 um projeto de compostagem doméstica, denominado “O Meu Composto”, com o objetivo de sensibilizar e promover a compostagem doméstica dos restos orgânicos ao nível das habitações, estabelecimentos de ensino e outras instituições, reduzindo assim a fração de orgânicos nos resíduos indiferenciados.

A 31 de dezembro, o projeto contava com 1.210 utilizadores, dos quais 1.175 são clientes domésticos da ARM, S.A., e 35 instituições (como por exemplo escolas, centros comunitários, lares, entre outros).



Imagem 5.9.6.1 - Entrega de compostores e formação a utilizadores do projeto “O Meu Composto”

O que se pretende é que as pessoas, nas suas casas, aproveitem os restos provenientes da preparação dos alimentos (por exemplo cascas dos legumes e das frutas) e da limpeza de jardins e hortas (folhas, ramagens e aparas da relva), para produzir uma espécie de adubo, chamado composto e reintroduzam matéria orgânica nos solos.

Com esta iniciativa, a ARM, S.A., pretende também alertar para a transição para uma economia circular: que promove a regeneração dos recursos materiais, reduzindo a necessidade de extração do

seu meio natural e os impactes ambientais associados a esta atividade, em detrimento de uma economia linear, onde se extrai, produz, usa e deita fora.

O projeto “O Meu Composto” tem por objetivo a cedência de 2.500 compostores aos utilizadores que reúnam as condições necessárias, isto é que detenham um jardim, horta ou terreno na área de atuação da ARM, S.A., (isto é, nos referidos 5 municípios) ou sejam uma Instituição de utilidade pública da Região.



Imagem 5.9.6.2 - Ações de formação sobre compostagem doméstica, no âmbito do projeto “O Meu Composto”

O projeto contempla ainda a realização de ações de sensibilização sobre compostagem doméstica a grupos que tenham interesse, pela equipa de Educação Ambiental da ARM, S.A.. Desde o início do projeto foram realizadas 63 ações, sobretudo em escolas, nas quais participaram cerca de 2.500 pessoas.

5.9.7 Comemoração do Dia do Ambiente (5 de junho de 2019)

Para celebrar o Dia Mundial do Ambiente, a ARM, S.A., dinamizou no seu Centro de Educação Ambiental situado na Meia Serra, três dias de atividades de 5 a 7 de junho com alunos de vários estabelecimentos de ensino da Região, entre os quais a EB1/PE da Ribeira Brava e a EB1/PE da Ponta do Sol.

Os participantes das atividades tiveram oportunidade de criar jogos na oficina de reutilização de materiais, visitaram a exposição “Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água” e assistiram a uma curta explicação sobre como realizar compostagem doméstica.



Imagem 5.9.7.1 - Atividades no Centro de Educação Ambiental da ARM, no Dia do Ambiente

5.9.8 Protocolo entre a ARM, S.A., e o Grupo Sousa

A empresa ARM, S.A., e o Grupo Sousa assinaram, no dia 28 de junho de 2019, um protocolo de cooperação para a divulgação das campanhas de sensibilização da ARM, S.A..

Esta iniciativa insere-se no âmbito da política de responsabilidade social de ambas as entidades, e veio reforçar o trabalho de educação ambiental da ARM, S.A., tendo em vista a consciencialização da população, para o não abandono dos resíduos e a sua correta separação e encaminhamento, bem como para a importância e necessidade da poupança de água.

Os materiais cedidos pela ARM, S.A., foram divulgados durante as viagens do navio “Lobo Marinho”, nomeadamente através da emissão de spots (vídeos de sensibilização) no circuito interno de televisão do navio e foram colocados materiais de divulgação no terminal de passageiros do Funchal.



Imagem 5.9.8.1 - Assinatura do Protocolo, entre a ARM e o Grupo Sousa, para a promoção de boas práticas ambientais



Imagem 5.9.8.2 - Materiais de sensibilização das campanhas de sensibilização da ARM expostos no Cais da Porto Santo Line – Funchal

5.9.9 Jogo móvel Eco-Descobrimentos

A ARM, S.A., em parceria com a Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM), com o apoio da EJM e a ACIN, lançou um passatempo, em formato de jogo (móvel), denominado ECO-Descobrimentos. A iniciativa decorreu do projeto “Os três da Vida Saudável” – um suplemento da ARM, S.A., e da EEM, publicado no JM Madeira, com o objetivo de consciencializar o público infanto-juvenil para as boas práticas ambientais.



Imagem 5.9.9.1 - Layout do Jogo móvel Eco-Descobrimentos



Imagem 5.9.9.2 - Apresentação do Jogo móvel Eco-Descobrimentos na Escola Básica com Pré-escolar da Lourencinha – Câmara de Lobos

A apresentação do jogo realizou-se no dia 16 de janeiro de 2019, na Escola Básica com Pré-escolar da Lourencinha, em Câmara de Lobos e contou com a presença da Sr.ª Secretária do Ambiente e dos Recursos Naturais, dos representantes das entidades parceiras, alunos e professores daquela escola.

O passatempo consistiu num jogo com a finalidade de sensibilizar os utilizadores e respetivas famílias para as boas práticas ambientais, dando a conhecer as principais infraestruturas e equipamentos associados à gestão das águas, resíduos e energia da Região Autónoma da Madeira, premiando os melhores utilizadores pela sua destreza e conhecimento.

5.9.10 Dia Mundial da Água (22 de março)

No Dia Mundial da Água, comemorado a 22 de março de 2019, a ARM, S.A., organizou uma visita, com um grupo de alunos da Escola Secundária de Machico, à obra de remodelação das redes de distribuição de água que a ARM, S.A., tinha em curso na zona da Ribeira Seca, Machico.

Estiveram presentes o Presidente do Governo Regional e a Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, que aproveitaram a ocasião para sensibilizar os presentes para a importância da poupança do recurso hídrico e a necessidade da manutenção contínua das redes de distribuição de água.



Imagem 5.9.10.1 - Visita de um grupo de alunos da Escola Secundária de Machico às obras de remodelação das redes de distribuição de água - Ribeira Seca - Machico

No mesmo dia, um grupo de alunos da Escola Horácio Bento e Gouveia visitou a Estação de Tratamento de Água de Santa Quitéria, com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre a gestão e tratamento da água na Região.



Imagem 5.9.10.2 - Visita de um grupo de alunos da Escola Horácio Bento e Gouveia à Estação de Tratamento de Santa Quitéria

5.9.11 Participação no Evento “A Política de Coesão na Região Autónoma da Madeira”

No dia 21 de março de 2019, a ARM, S.A., marcou presença no evento do PO SEUR com o objetivo de divulgar a “Política de Coesão na Região Autónoma da Madeira”, que se realizou no MUDAS - Museu de Arte Contemporânea da Madeira, na Calheta.

A ARM, S.A., participou neste evento com exposições alusivas a alguns dos seus projetos de educação ambiental, realizou ações de sensibilização sobre as temáticas da separação dos resíduos, reciclagem e compostagem doméstica e apresentou o “Projeto da Central Dessalinizadora do Porto Santo e redes de distribuição de água”.



Imagem 5.9.11.1 - Apresentação sobre a “Central Dessalinizadora do Porto Santo e redes de distribuição de água”



Imagem 5.9.11.2 - Exposições das campanhas de sensibilização ambiental da ARM no MUDAS”

5.9.12 Comemoração do Dia Mundial da Terra

No Dia Mundial da Terra, assinalado no dia 22 de abril de 2019, a ARM colaborou na iniciativa da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais denominada “O que fazes pelo teu Planeta?”, dando a conhecer uma das importantes obras que tinha em curso na altura (os trabalhos foram concluídos em novembro de 2019) - a recuperação da Levada do Monte Medonho.

Esta obra insere-se num conjunto de medidas que a ARM, S.A., contempla no seu plano de investimentos, tendo em vista a recuperação de canais de rega e redes de distribuição de água potável, que são determinantes no combate ao desperdício de água e na melhoria da eficiência hídrica dos seus sistemas de fornecimento de água para regadio agrícola e abastecimento de água potável.



Imagem 5.9.12.1 - Atividades do evento “O que fazes pelo teu Planeta?”, no âmbito do Dia Mundial da Terra

5.9.13 Participação da ARM, S.A., na iniciativa #EUinmyregion

No dia 7 de maio de 2019, a ARM, S.A., apresentou o projeto "Otimização e Reforço da Rede de Recolha Seletiva de Resíduos da ARM", apoiado pelo Fundo de Coesão, no âmbito do PO SEUR e desenvolveu várias ações de sensibilização dirigidas à comunidade escolar, da EB 2/3 Dr. Horácio Bento e Gouveia.

Estas atividades fizeram parte da iniciativa #EUinmyregion, da Comissão Europeia, promovida pela Comissão Diretiva do PO SEUR e pelo Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR). O objetivo principal foi consciencializar os participantes para a importância da separação dos resíduos, de forma a garantir o seu adequado encaminhamento para reciclagem ou outras formas de valorização.



Imagem 5.9.13.1 - Atividades do evento "O que fazes pelo teu Planeta?", no âmbito do Dia Mundial da Terra

5.9.14 Colaboração no projeto "A Segurança começa aqui" da PSP

A ARM, S.A., colaborou com o projeto "A Segurança começa aqui", iniciativa da Esquadra de Santa Cruz da Polícia de Segurança Pública (PSP), que contou com a participação de várias escolas do município de Santa Cruz, que elaboraram trabalhos sobre as boas práticas da segurança rodoviária utilizando materiais reutilizáveis.

No dia 16 de maio, realizou-se, no Caniço Shopping, uma Exposição com os trabalhos desenvolvidos por todos os participantes e procedeu-se à entrega de prémios aos vencedores. A ARM, S.A., colaborou nesta iniciativa com a atribuição de um compostor a uma das escolas vencedoras.



Imagem 5.9.14.1 - Exposição e entrega de prémios – Projeto da Esquadra de Santa Cruz da PSP "A Segurança começa aqui!"

5.9.15 *Workshop* “Levadas da Madeira – 600 anos a vivificar a Terra Madeirense”

A ARM, S.A., colaborou no *Workshop* “Levadas da Madeira – 600 anos a vivificar a Terra Madeirense” promovido pela Instituto de Florestas e Conservação da Natureza, RAM (IFCN) que se realizou nos dias 21 e 22 de maio.

No dia 21 de maio, esta empresa participou na conferência do evento com uma intervenção sob o tema “Gestão dos Recursos Hídricos na RAM” e no dia 22 de maio colaborou na Visita de Campo do *Workshop*, onde o Dr. João Pedro Castro abordou a importância do trabalho desenvolvido pelos Levadeiros desta empresa na gestão do recurso hídrico para regadio agrícola.



Imagem 5.9.15.1 - Intervenção: “Gestão dos Recursos Hídricos na RAM” – *Workshop* “Levadas da Madeira – 600 anos a vivificar a Terra Madeirense”



Imagem 5.9.15.2 - Visita de Campo – *Workshop* “Levadas da Madeira – 600 anos a vivificar a Terra Madeirense”

5.9.16 Participação da ARM, S.A., no “Porto Santo Fest 2019 – Da terra com sabor”

No dia 4 de maio, a ARM, S.A., participou no evento “Porto Santo Fest – Da Terra com sabor”, iniciativa da Direção Regional de Administração Pública do Porto Santo (DRAPS), onde promoveu o projeto de compostagem doméstica da empresa, denominado “O Meu Composto”.

Foi realizada uma ação de demonstração sobre “Compostagem: dar valor à terra”, que teve como objetivo sensibilizar os participantes para a separação e aproveitamento dos resíduos orgânicos, pondo em prática a compostagem doméstica, fazendo com que os solos tenham matéria orgânica para obter boas produções. A ARM, S.A., ofereceu compostores a todos os participantes desta ação.



Imagem 5.9.16.1 - Ação de demonstração sobre “Compostagem: dar valor à terra”, no evento “Porto Santo Fest – Da Terra com sabor”, da DRAPS

5.9.17 Mural “Lobo Marinho”, da autoria de Bordalo II

O Mural “Lobo Marinho”, idealizado e criado a partir de lixo marinho recolhido nos mares da Região, pelo artista português Bordalo II, foi instalado na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Câmara de Lobos sob gestão da ARM, S.A.. Além de ceder o espaço para a instalação desta obra de arte, a ARM, S.A., colaborou também com a recolha e armazenamento do lixo marinho recolhido, em diversos pontos da ilha, por escolas de mergulho regionais.

A inauguração do mural realizou-se no dia 8 de junho – Dia dos Oceanos e contou com a presença do Presidente do Governo Regional, da Secretária Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais e do Concelho de Administração da ARM, S.A.. Na ocasião o Presidente do Governo Regional relembrou a importância dos mares para a Região e apelou a uma maior consciencialização para a não poluição dos oceanos.



Imagem 5.9.17.1 - Inauguração do Mural “Lobo Marinho” da autoria de Bordalo II

5.9.18 Dia Nacional da Água (1 de outubro)

No dia 1 de outubro, a ARM, S.A., convidou jornalistas dos vários meios de Comunicação Social da Região para uma visita à Estação de Tratamento de Águas (ETA) Eng. Rafael Amaro da Costa (da Alegria), localizada em São Roque, no Funchal. Na ocasião a Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais deu a conhecer o trabalho desenvolvido pela ARM, S.A., no que diz respeito à gestão do sistema de abastecimento de água em alta na Região Autónoma da Madeira e a importância do Centro de Telegestão, bem como o trabalho realizado pelo Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água.



Imagem 5.9.18.1 - Visita de jornalistas de vários meios de Comunicação Social da Região

5.9.19 Responsabilidade social: Apadrinhamento do Projeto Abraço - Ser Criança

Alguns colaboradores da ARM, S.A., desde há 7 anos, na época de Natal, colaboram no projeto Abraço - Ser Criança, da Delegação da Abraço – Madeira, através de donativos que são revertidos em prendas para 18 crianças e jovens ao cuidado da referida instituição. Com esta iniciativa pretende-se contribuir para a felicidade e conforto dos nossos afilhados.



Imagem 5.9.19.1 - Entrega de Prendas de Natal na Delegação Abraço – Madeira

5.9.20 Responsabilidade social e ambiental: Projeto “Vamos ajudar a Cristina”

A ARM, S.A., no âmbito da sua responsabilidade social e ambiental, contribuiu financeiramente para a aquisição de uma plataforma elevatória a instalar na residência de uma menina, Cristina, com necessidades especiais, que detém uma incapacidade permanente de 95% decorrente de uma paralisia cerebral e, portanto, não pode andar nem falar.

Para melhorar a mobilidade e qualidade de vida Cristina, o pai precisava realizar obras e instalar uma plataforma elevatória no interior da sua residência. Não tendo meios financeiros para o efeito, o pai da menina recolheu 4.320 quilos de tampinhas de plástico e a ARM, S.A., enviou-as para empresas de reciclagem, de forma a obter a respetiva contrapartida monetária (baseada no peso do material enviado), que foi cedida por esta empresa àquela família para ajudar à aquisição da plataforma.



Imagem 5.9.20.1 - Recolha das Tampinhas – Colaboração no projeto “Vamos ajudar a Cristina”



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Investimentos



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

6. INVESTIMENTOS

O investimento realizado no decurso do ano de 2019 pela ARM, S.A., totalizou o valor de 20.452.976€ (preços correntes), correspondendo em cada setor de negócio os valores apresentados no Quadro 5.1 infra.

Quadro 6.1 – Resumo do investimento realizado em 2019 (preços correntes)

Setor de Negócios	Previsão 2019	INVESTIMENTO TOTAL		
		Valores Executados em 2019	%	% Execução 2019
Abastecimento em Alta	6 156 763 €	1 886 059 €	9%	31%
Saneamento em Alta	1 024 539 €	1 158 598 €	6%	113%
Distribuição e Drenagem	16 934 896 €	9 979 902 €	49%	59%
Rega e Fins Múltiplos	15 456 887 €	5 424 903 €	27%	35%
Recolha de resíduos	2 637 651 €	165 165 €	1%	6%
Transferência e Triagem	937 942 €	540 598 €	3%	58%
Valorização e Tratamento	2 007 773 €	1 102 419 €	5%	55%
Estrutura	602 650 €	195 332 €	1%	32%
Total Geral	45 759 100 €	20 452 976 €	100%	45%

No **Abastecimento em alta**, destaca-se a execução das obras de “*Remodelação dos Sistemas de Abastecimento e Drenagem do Porto Santo*” e da “*Reposição das condutas definitiva Sistema Adutor da Meia Léguas*”.

Nesta área, os principais desvios, em relação ao planeado para o ano de 2019, resultaram principalmente dos atrasos de execução da empreitada de “*Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento e de Drenagem do Porto Santo – Fase 1*” decorrente da falta de mão de obra qualificada disponível na ilha do Porto Santo, assim como o atraso do arranque da obra de “*Recuperação do Reservatório da Ameixeira*” decorrente de atrasos administrativos na contratação da obra. De igual forma, e por impedimentos regulamentares do POSEUR, não foi possível assegurar financiamento comunitário, o que impediu o início da execução da empreitada de “*Reformulação Da Adução ao Reservatório dos Barreiros – Zimbreiros*”.

Na área de **Saneamento em Alta**, destaca-se a conclusão da obra de “*Reformulação do Destino Final das Águas Residuais Da Ribeira Brava - Fase 1*” e seu início de funcionamento pleno que promove a melhoria das condições de descarga das águas residuais urbanas da Ribeira Brava com a concretização, nesta primeira fase, de um exutor submarino a partir do atual ponto de descarga.

Na área de **Distribuição e Drenagem**, em 2019, destaca-se a execução dos principais investimentos nas redes sob gestão da ARM, S.A., que atendem à minimização das elevadas perdas das redes, supressão da ausência de equipamentos de medida na rede, eliminação das descargas de águas residuais não tratadas e aumento da cobertura de redes de drenagem de águas residuais das redes sob gestão da ARM, designadamente “*Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento e de Drenagem da Zona Leste – Fase 1*”, “*Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento e de Drenagem da Zona Oeste – Fase 1*” e “*Execução de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais da freguesia do Curral das Freiras - Fase 2*”.

Nesta área, os principais desvios em relação ao planeado para o ano de 2019 resultaram principalmente de alguns atrasos na execução das principais empreitadas, assim como de delongas nos diversos procedimentos administrativos e de contratação relacionados com a aquisição de equipamento de deteção de fugas e de uma viatura combinada.

Na área do **Regadio Agrícola**, destaca-se a execução das empreitadas de “*Remodelação do sistema de regadio e de fins múltiplos da ARM na ilha da Madeira – Fase 1*”, da “*Recuperação da Levada do Monte Medonho*” e da “*Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Pk9+500 ao Pk34+500*”. Releva-se ainda o início da empreitada de “*Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Túnel do Pedregal*”.

Os principais desvios nesta área resultaram de diversos fatores, destacando-se a fraca execução da empreitada “*Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Pk9+500 ao Pk34+500*” devido a constrangimentos que impediram a execução dos trabalhos relacionados com as necessidades operacionais em fornecer água aos regantes, devido aos sucessivos fracos anos hidrológicos e o arranque tardio da empreitada de “*Recuperação da Levada do Norte - Lanço sul - Túnel do Pedregal*” condicionada à obtenção/atribuição de financiamento para a sua concretização.

No setor de **Recolha de Resíduos** destaca-se a “*Execução do Parque de Viaturas de Recolha no PEZO*” de modo a assegurar a melhoria das condições operacionais.

Os principais desvios referem-se à não aquisição de “*Contentores destinados à recolha indiferenciada e seletiva*” e equipamentos associados, à não concretização da “*Rede de Pontos para Reforço da Recolha*”, da “*Rede de recolha porta a porta para Clientes Comerciais*” e da “*Rede de Ecocentros – Construção do Ecocentro da Ribeira Brava*” que resultaram essencialmente de delongas administrativas e de obtenção de financiamento e de contratação.

No setor de **Transferência e Triagem**, destacam-se as aquisições de contentores metálicos de grande dimensão para otimização do transporte de recicláveis entre ecocentros da ARM, S.A., e a aquisição de máquinas retroescavadoras para o sector de resíduos. Os principais desvios referem-se à não concretização de diversas intervenções previstas realizar nas Estações de Transferência (ETZL, ETZO e CPRS) e na “*Aquisição de equipamentos móveis*”, essencialmente devido a atrasos administrativos, falta de enquadramento comunitário de alguns investimentos assim como delongas nos diversos procedimentos administrativos e de contratação.

Na área de **Valorização e Tratamento** destacam-se, na ETRS da Meia Serra, a execução, durante o ano de 2019, de investimentos de Atualização do Sistema de Controlo Distribuído (DCS) e a conclusão da empreitada “*Execução da contenção de taludes da ETRS da Meia Serra*”, que promove melhorias das condições de segurança das instalações e dos seus colaboradores.

Os principais desvios, nesta área, resultaram do facto de a ARM, S.A., não ter executado um conjunto de investimentos de substituição previstos na instalação, no atraso da implementação da solução para a ETAR da ETRS, quer por delongas administrativas, quer por motivos operacionais, quer por indefinição e falta de enquadramento dos respetivos e esperados financiamentos comunitários.

Na área **Estrutura** os principais desvios em relação ao plano resultaram essencialmente do reescalamento de despesas, assim como delongas nos diversos procedimentos administrativos e de contratação.

Face ao exposto, resulta que a ARM, S.A., apresentou uma execução do seu Plano de Investimentos inferior à prevista para o ano 2019, tendo o Plano de Investimentos sido devidamente reescalonado para acomodar os investimentos não realizados.

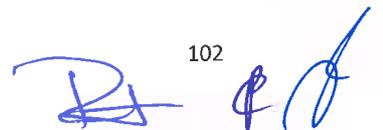


ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Análise dos Indicadores Económico-Financeiros



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



7. ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

7.1 Desempenho Económico

A análise dos resultados económicos do ano 2019, evidencia que os Resultados Operacionais e os Resultados Líquidos são positivos e apresentam uma melhoria face ao ano anterior, conforme Demonstração de Resultados apresentada no quadro seguinte.

Quadro 7.1 – Síntese da Demonstração de Resultados

Designação da Conta	2017	2018	2019	Δ 2019/2018	Δ % 2019/2018
Ganhos Operacionais s/Outros Rendimentos e Ganhos e Reversões	38.403.522 €	37.979.983 €	41.231.460 €	3.251.477 €	8,6%
Gastos Operacionais s/ Amortizações e Imparidades e s/ Outros Gastos e Perdas	26.202.815 €	27.857.460 €	28.835.856 €	978.396 €	3,5%
Resultado	12.200.707 €	10.122.523 €	12.395.605 €	2.273.082 €	22,5%
Outros rendimentos e ganhos e provisões líquidas	5.321.748 €	6.439.280 €	6.494.301 €	55.021 €	0,9%
Depreciações e Amortizações	10.795.673 €	10.814.752 €	10.818.223 €	3.471 €	0,0%
Perdas por Imparidades de dívidas a receber	1.626.401 €	1.289.773 €	2.389.149 €	1.099.375 €	85,2%
Outros Gastos e Perdas	2.220.642 €	1.540.364 €	972.107 €	-568.257 €	-36,9%
Resultado Operacional	2.879.740 €	2.916.914 €	4.710.426 €	1.793.513 €	61,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	11.628 €	8.883 €	9.051 €	168 €	1,9%
Juros e gastos similares suportados	213.364 €	59.886 €	17.071 €	-42.816 €	-71,5%
Resultado Financeiro	-201.736 €	-51.003 €	-8.019 €	42.984 €	-84,3%
Resultado antes de Impostos	2.678.004 €	2.865.911 €	4.702.406 €	1.836.497 €	64,1%
Estimativa de Imposto	1.466.653 €	1.223.487 €	1.317.286 €	93.798 €	7,7%
Resultado Líquido	1.211.351 €	1.642.423 €	3.385.121 €	1.742.698 €	106,1%

No que respeita à evolução dos Gastos Operacionais é de salientar que, em 2019, verifica-se, face ao período homólogo, um acréscimo dos mesmos em 1,5 M€ (3,6%).

Quadro 7.2 - Evolução dos Gastos Operacionais

Designação da Conta	2017	2018	2019	Δ 2019/2018	Δ % 2019/2018
Consumos	2.285.000 €	2.638.981 €	2.599.145 €	-39.836 €	-1,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	9.741.938 €	10.099.310 €	10.821.650 €	722.339 €	7,2%
Gastos com o Pessoal	14.175.877 €	15.119.169 €	15.415.061 €	295.892 €	2,0%
Gastos Operac.s/ Amort.e Imparidades	26.202.815 €	27.857.460 €	28.835.856 €	978.396 €	3,5%
Gastos c/Depreciações e Amortizações	10.795.673 €	10.814.752 €	10.818.223 €	3.471 €	0,03%
Perdas por Imparidades	1.626.401 €	1.289.773 €	2.389.149 €	1.099.376 €	85,24%
Outros Gastos Operacionais	2.220.642 €	1.540.364 €	972.107 €	-568.257 €	-36,89%
Gastos Operacionais	40.845.531 €	41.502.349 €	43.015.335 €	1.512.986 €	3,6%

O crescimento dos Gastos Operacionais decorre do aumento dos Gastos com o Pessoal, dos Fornecimentos e Serviços Externos e das perdas por imparidade das dívidas a receber.

Os Gastos com o Pessoal sofreram um acréscimo de 2,0% (295,9 m€) relativamente a 2018 e de 8,7% (1,2 M€) comparativamente ao ano 2017, essencialmente decorrente dos aumentos verificados nas Remunerações Base do Pessoal, dos Suplementos de Remunerações e Encargos sobre Remunerações, conforme evidenciado pelo Gráfico seguinte.

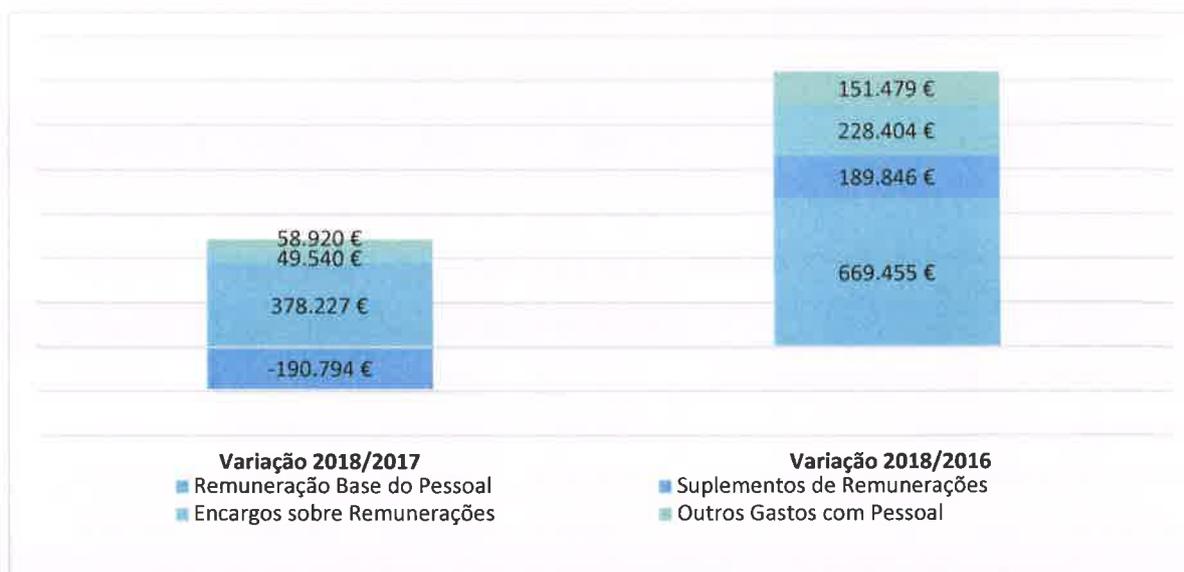


Gráfico 7.1 – Variação das Rubricas de Gastos com o Pessoal

De salientar que as Remunerações ao Pessoal, Órgãos Sociais e dos Encargos sobre Remunerações conjuntamente, representam 98% do total de Gastos com Pessoal conforme pelo Gráfico seguinte.

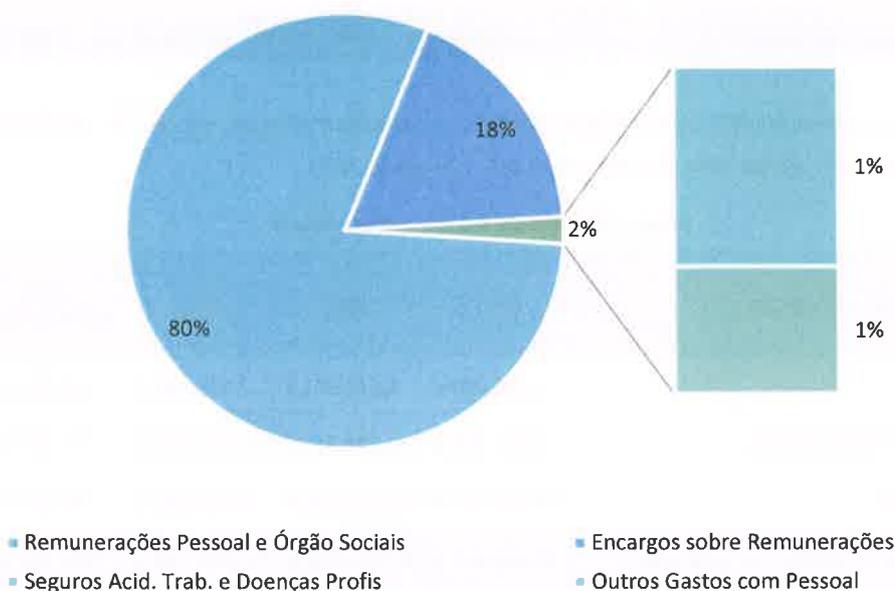


Gráfico 7.2 – Peso das Rubricas de Gastos com o Pessoal

A evolução dos Gastos com o Pessoal decorrem dos seguintes fatores:

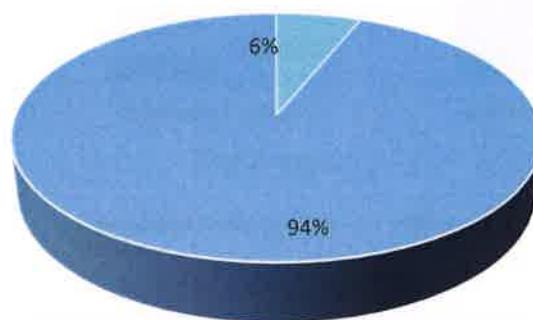
- Do aumento do salário mínimo regional o qual, em 2019 apresentou, face ao ano anterior, um crescimento de 43x€/mês (sendo que, em 2018, já havia registado um aumento de 22,00€/mês).

Existindo um elevado número de colaboradores da ARM, S.A., que auferem remunerações ao nível do salário mínimo regional, qualquer variação deste implica, de imediato, um aumento dos gastos com o pessoal, dos encargos sobre remunerações e dos suplementos que se encontram indexados ao salário. Por outro, atendendo à decisão do governo de aumentar o salário mínimo regional para os trabalhadores em funções públicas para os 635€ a ARM, S.A., passou a praticar aquele valor como salário mínimo aplicável à totalidade dos trabalhadores (i.e., com vínculo público e vínculo privado);

- Do aumento do número de colaboradores da ARM, S.A., em 2019 que, face a 2018, aumentou em 19 colaboradores (tendo aumentado em 11 em 2017);
- Das progressões nas carreiras para os funcionários com vínculo público;
- Do aumento de 1,5% das remunerações base, efetuado em 2018, quando no ano 2017 esta atualização salarial tinha sido de 2,0%;
- Das atualizações dos suplementos de remunerações nos termos do Acordo de Empresa que vigorou no ano 2019.

Saliente-se que o Subsídio de Insularidade, até ao ano de 2016, apenas era pago aos funcionários com vínculo público que exerciam funções na Ilha do Porto Santo. Em 2017, aquele subsídio foi reposto para os funcionários com vínculo público a exercer funções na Ilha da Madeira. Para não criar desigualdades entre trabalhadores públicos e privados, o Conselho de Administração decidiu aplicar o subsídio de insularidade aos trabalhadores com vínculo privado da ARM, S.A., e, em 2019, iniciou um processo de convergência para os trabalhadores da ilha do Porto Santo no sentido de o regime aplicável aos trabalhadores públicos ser estendido aos trabalhadores com vínculo privado, quando nos anos anteriores estes trabalhadores privados localizados no Porto Santo auferiam apenas o subsídio de insularidade previsto para a ilha da Madeira.

Relativamente aos **Fornecimentos e Serviços Externos**, estes encontram-se segmentados em duas tipologias: os Subcontratos e os Fornecimentos e Serviços. O peso relativo de cada uma delas no total dos Fornecimentos e Serviços Externos é ilustrado pelo gráfico seguinte, o qual evidencia a preponderância dos Fornecimentos e Serviços.



■ Subcontratos ■ Fornecimentos e Serviços

Gráfico 7.3 – Peso das Rubricas dos Fornecimentos e Serviços Externos

No que respeita à evolução dos gastos com os Fornecimentos e Serviços Externos (722,3 m€) em 2019, a mesma é apresentada no gráfico seguinte:

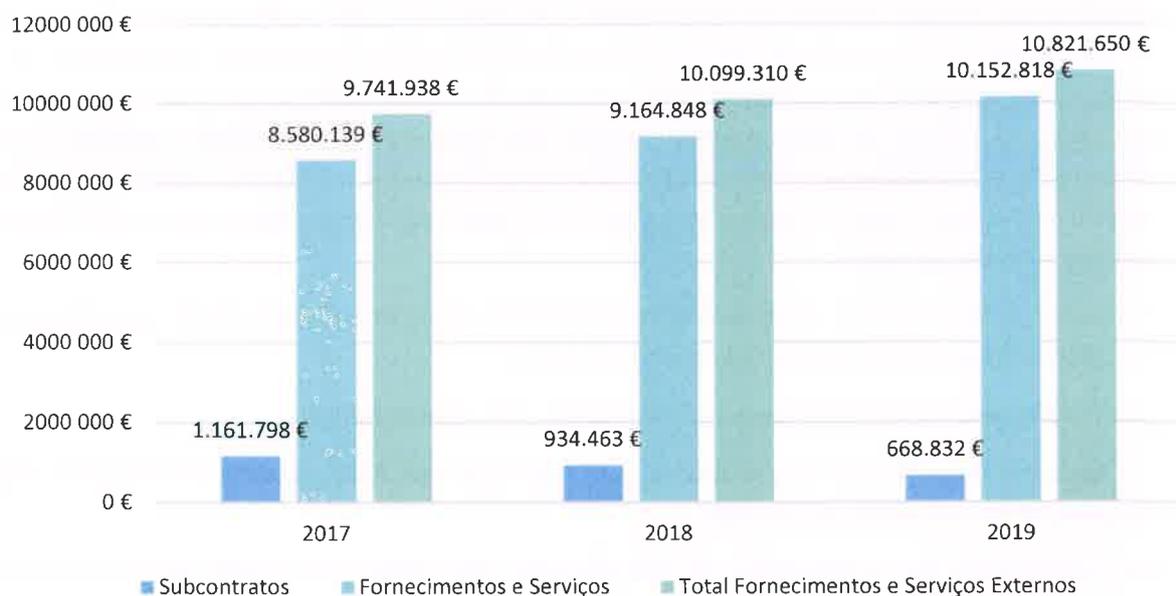


Gráfico 7.4 – Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos

Verifica-se uma sustentada redução dos gastos com os Subcontratos e um aumento progressivo e sustentado dos gastos com os Fornecimentos e Serviços.

Relativamente aos subcontratos é de salientar que redução verificada em 2019 (-265,6 mil euros) decorre da redução dos gastos com o Transporte e Tratamento de Resíduos Hospitalares.



Gráfico 7.5 – Evolução dos Subcontratos

No que respeita ao peso relativo das rubricas dos Fornecimentos e Serviços saliente-se a preponderância dos gastos com Energia e Flúidos e com os Serviços Especializados, os quais, conjuntamente, representam cerca de 90% dos gastos com os Fornecimentos e Serviços, conforme gráfico seguinte.

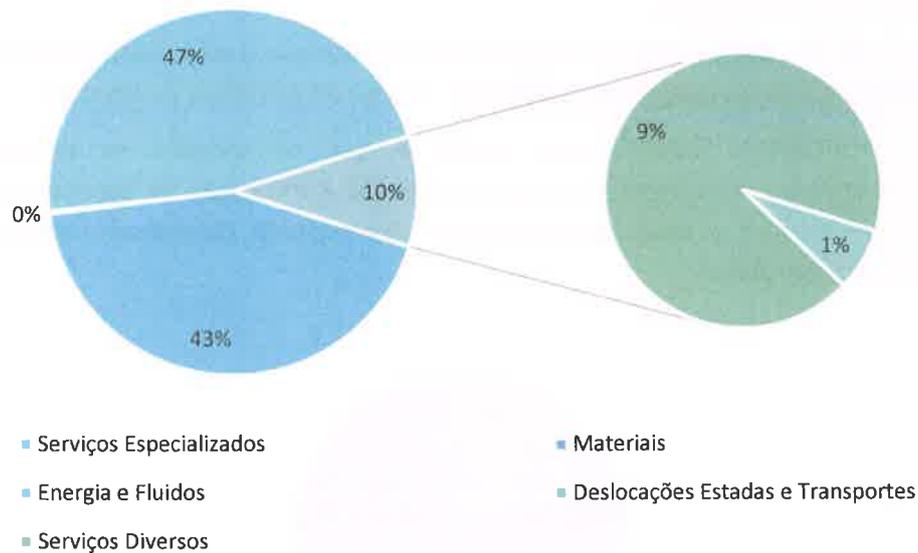


Gráfico 7.6 – Detalhe dos Fornecimentos e Serviços

Em termos evolutivos é de salientar que o aumento dos gastos com os Fornecimentos e Serviços face ao período homólogo (987,9 m€) decorre, quase integralmente, do aumento dos gastos com a Energia e Fluidos (894,6 m€) e com os Serviços Especializados (436 m€) parcialmente atenuados com a redução dos gastos com os Serviços Diversos (-362,9 m€).

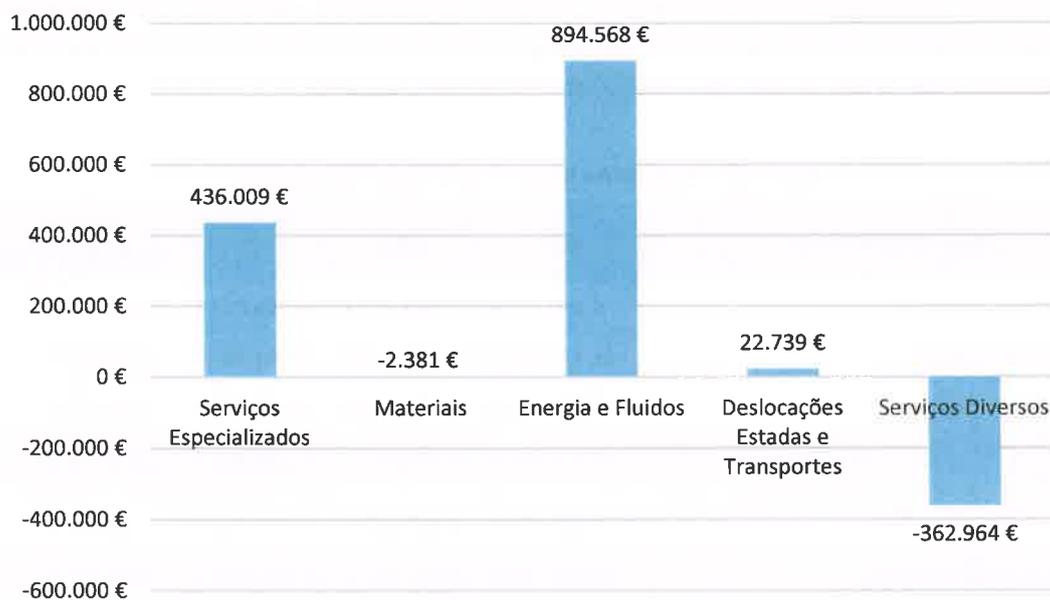


Gráfico 7.7 – Variação dos Fornecimentos e Serviços (2018)

De salientar que:

- O aumento dos gastos com a Energia e Fluidos deve-se, sobretudo, ao maior grau de utilização dos sistemas de bombagem em consequência do ano hidrológico de 2019 ter sido bastante desfavorável;

- O aumento dos Gastos com os Trabalhos Especializados decorre do aumento de gastos com a Conservação e Reparação;
- A redução dos gastos com os Serviços Diversos deve-se à não contratação, em 2019, do Seguros Multirisco, assumindo a ARM, S.A., o risco da existência de sinistros.

Quanto aos Rendimentos Operacionais, verifica-se que os mesmos se encontram quase essencialmente assentes no Volume de Negócios (Vendas e Prestação de Serviços) e nos Outros Rendimentos Operacionais, os quais, conjuntamente, representam aproximadamente 93% do total dos Rendimentos Operacionais.

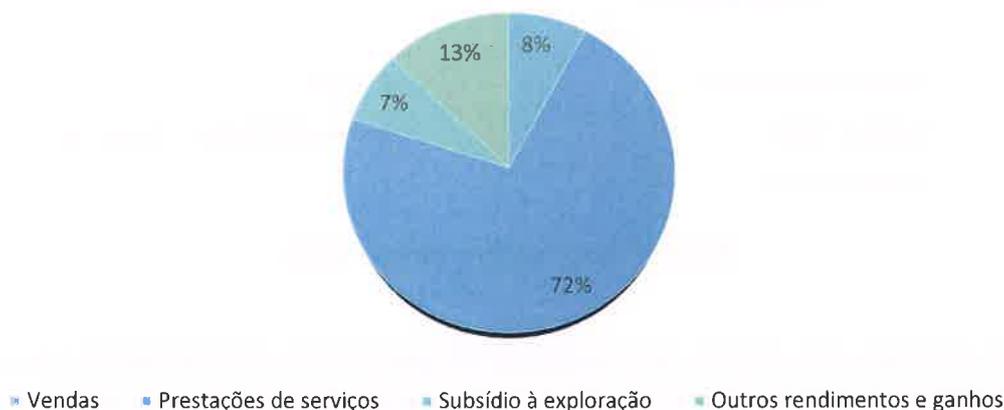


Gráfico 7.8 – Distribuição dos Rendimentos Operacionais

No que respeita à evolução dos Rendimentos e Ganhos Operacionais, destaca-se um crescimento dos mesmos em 2,8 M€ (6,3%) face ao período homólogo, sobretudo assente nos aumentos das Prestações de Serviços (2,3 M€) e nas Vendas (0,6 M€) conforme quadro seguinte.

Quadro 7.3 – Evolução dos Rendimentos e Ganhos Operacionais

Designação da Conta	2017	2018	2019	Δ 2019/2018	Δ % 2019/2018
Vendas	4.370.753 €	3.189.917 €	3.755.463 €	565.546 €	17,7%
Prestações de serviços	31.171.256 €	31.677.155 €	34.009.807 €	2.332.652 €	7,4%
Subsídio à exploração	2.861.513 €	3.112.911 €	3.466.190 €	353.279 €	11,3%
Rend. Operacionais s/ Outros Rend. e Ganhos e Reversões	38.403.522 €	37.979.983 €	41.231.460 €	3.251.477 €	8,6%
Outros rendimentos e ganhos e provisões líquidas	5.321.748 €	6.439.280 €	6.494.301 €	55.021 €	0,9%
Rendimentos Operacionais	43.725.270 €	44.419.263 €	47.725.761 €	3.306.498 €	9,5%

Relativamente às vendas, salienta-se que a variação registada deve-se à energia termoelétrica produzida, como subproduto, no decorrer do processo de incineração de resíduos na ETRS da Meia Serra, e vendida à EEM – Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.. O substancial aumento verificado em 2019 face a período homólogo deriva essencialmente da recuperação da grande quebra verificada em 2018.

No que concerne às Prestações de Serviços é de salientar que, em 2019, as tarifas praticadas foram atualizadas em conformidade com o previsto na evolução das tarifas médias previstas no Contrato de

Concessão. Contudo, para não onerar os clientes, a RAM subsidiou parte do aumento previsto.

A evolução das prestações de serviços é ainda fortemente influenciada pelos quantitativos fornecidos/tratados que, anualmente, tem sido sistematicamente superior ao previsto.

De registar que os rendimentos obtidos com as prestações de serviços encontram-se essencialmente concentrados em duas áreas: a água (59%) e os resíduos (36%), os quais, em conjunto, representam cerca de 95% do total das prestações de Serviços conforme gráfico seguinte:

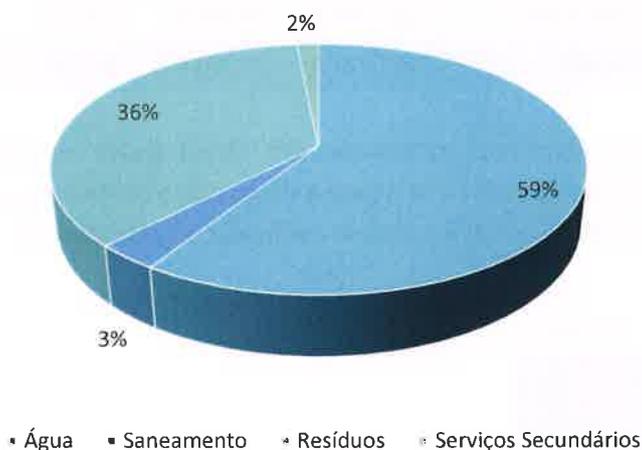


Gráfico 7.9 – Distribuição das Prestações de Serviços

Em termos evolutivos é de salientar que as prestações de serviços apresentam um crescimento em todos os segmentos de negócio, com exceção dos serviços secundários, sendo o respetivo crescimento decorrente do segmento da água (1,1 M€) e dos resíduos (1,3 M€) conforme ilustrado pelo quadro seguinte:

Quadro 7.4 – Evolução das Prestações de Serviços por Segmentos

Designação da Conta	2017	2018	2019	Δ 2019/2018	Δ % 2019/2018
Água	18.843.071 €	19.010.852 €	20.077.195 €	1.066.343 €	5,6%
Saneamento	1.059.600 €	1.050.869 €	1.126.186 €	75.317 €	7,2%
Resíduos	10.714.819 €	11.002.449 €	12.278.025 €	1.275.576 €	11,6%
Serviços Secundários	555.914 €	612.985 €	528.402 €	-84.583 €	-13,8%
Outras	-2.148 €	0 €	0 €	0 €	n
Prestações de serviços	31.171.256 €	31.677.155 €	34.009.807 €	2.332.652 €	7,4%

Relativamente às variações face ao período homólogo das restantes rúbricas de Rendimentos e Ganhos Operacionais é de salientar que:

- Os Subsídios à Exploração (353,3 m€) decorrem de Contratos-Programa celebrado com a Região com vista à subsidiação do preço de venda de água de regadio, mantendo inalterados os preços pagos pelos agricultores. Contudo, em 2019, foram ainda celebrados Protocolos de Subsidiação tendo em vista não repercutir na totalidade o aumento tarifário nos clientes dos serviços em alta e dos serviços em baixa;
- A variação dos Outros Rendimentos e Ganhos (-448,2 m€) é devido, essencialmente, à diminuição dos rendimentos suplementares e dos outros rendimentos.

Relativamente aos resultados financeiros, estes são sintetizados no quadro abaixo e evidenciam uma melhoria substancial relativamente ao período homólogo.

Quadro 7.5 – Resultado Financeiro

Designação da Conta	2017	2018	2019	Δ 2019/2018	Δ % 2019/2018
Juros, Div. e Outros Rendimentos Similares	11.627 €	8.883 €	9.051 €	168 €	1,9%
Gastos e Perdas de Financiamentos	213.364 €	59.886 €	17.071 €	-42.816 €	-71,5%
Resultado Financeiro	-201.736 €	-51.003 €	-8.019 €	42.984 €	84,3%

No que respeita aos juros suportados, os mesmos são, na sua quase totalidade, derivados dos juros relativos às operações de financiamento de médio e longo prazo contratualizadas em anos anteriores, cuja evolução tem sido de decréscimo acentuado conforme evidenciado pelo gráfico seguinte:



Gráfico 7.10 – Evolução dos Juros Suportados

Salienta-se que não existem instrumentos derivados contratualizados para cobertura de riscos de taxa de juro.

Para a melhoria dos juros suportados contribuem os menores volumes de dívida bem como a descida da Euribor nos mercados internacionais, conforme ilustrado pelo gráfico seguinte relativo à evolução da Euribor a 6 meses.

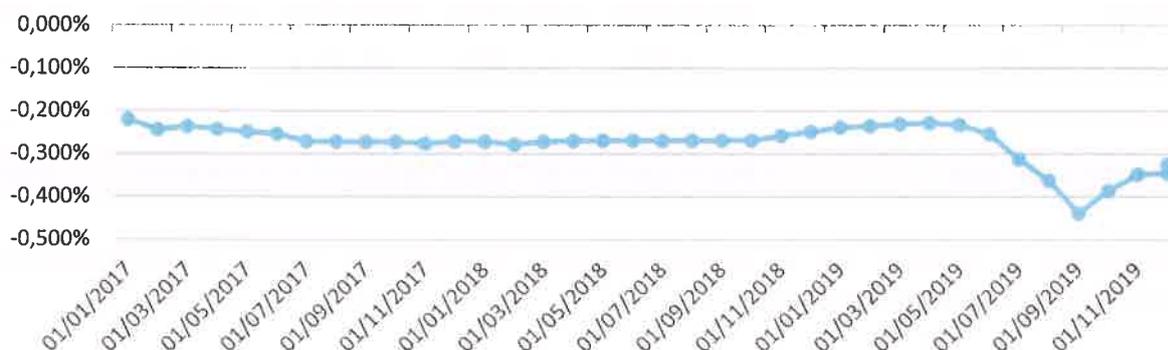


Gráfico 7.11 – Evolução da Euribor a 6 Meses em 2015 e 2016 (Fonte: <http://www.euribor-rates.eu>)

Em consequência dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas anteriormente descritos o Resultado Líquido do exercício económico de 2019 apresenta-se positivo, no montante de 3,4 M€.

7.2 Desempenho Financeiro

Relativamente às rubricas do Balanço salientam-se os indicadores globais constantes do quadro seguinte:

Quadro 7.6 – Indicadores do Balanço

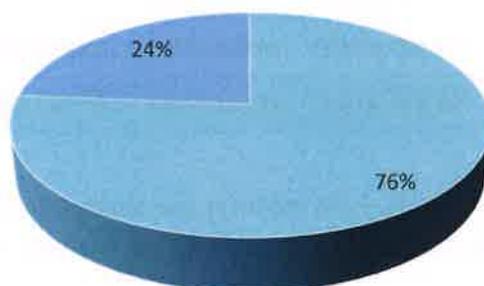
Item	2017	2018	2019	Δ 2019 /2018	Δ % 2019 /2018
Ativo	364.604.781 €	386.183.749 €	376.007.112 €	-10.176.637 €	-2,6%
Capital Próprio	120.763.811 €	147.809.175 €	154.255.167 €	6.445.992 €	4,4%
Passivo	243.840.971 €	238.374.574 €	221.751.945 €	-16.622.629 €	-7,0%

No que respeita ao Ativo, a evolução global é apresentada pelo quadro seguinte, que evidencia que a variação face ao ano anterior é essencialmente decorrente da redução dos ativos fixos tangíveis e intangíveis resultante da contabilização do reescalonamento do Plano de Investimentos e das amortizações bem como da redução dos valores de caixa e seus equivalentes, sendo parcialmente compensada pelo aumento dos valores relativos a impostos diferidos e clientes.

Quadro 7.7 – Evolução do Ativo

Item	2017	2018	2019	Δ 2019 /2018	Δ % 2019 /2018
Ativos (Tangíveis e Intangíveis)	290.115.548 €	279.790.706 €	270.794.198 €	-8.996.508 €	-3,2%
Inventário	2.798.011 €	3.084.609 €	3.334.413 €	249.804 €	8,1%
Clientes	26.675.557 €	25.018.188 €	25.829.249 €	811.061 €	3,2%
Estado e outros ent. Públicos	53.378 €	217.743 €	0 €	-217.743 €	-100,0%
Créditos a receber	26.550.066 €	45.695.608 €	45.568.735 €	-126.873 €	-0,3%
Ativos por Impostos Diferidos	5.690.105 €	7.430.427 €	9.284.257 €	1.853.830 €	24,9%
Diferimentos	494.783 €	250.497 €	296.772 €	46.275 €	18,5%
Caixa e seus equivalentes	12.227.334 €	24.695.971 €	20.899.488 €	-3.796.483 €	-15,4%
Ativo	364.604.781 €	386.183.749 €	376.007.112 €	-10.176.637 €	-2,6%

A estrutura do Ativo é sintetizada pelo gráfico seguinte onde se constata que o mesmo assenta sobretudo em Ativo Não Corrente, o qual representa 76% do total do Ativo:



■ Ativo Não Corrente ■ Ativo Corrente

Gráfico 7.12 – Estrutura do Ativo

O Ativo Não Corrente apresenta um decréscimo de 15,7 M€ (-5,8%) face ao ano anterior decorrente, sobretudo, das variações dos Ativos Intangíveis (em virtude dos impactos decorrentes do reescalonamento do Plano de Investimentos e das amortizações) e das Outras Contas a Receber.

Quadro 7.8 – Evolução do Ativo Não Corrente

Item	2017	2018	2019	Δ 2019 /2018	Δ % 2019 /2018
Ativos Fixos Tangíveis	1.229.325 €	1.184.464 €	1.140.154 €	-44.310 €	-3,7%
Ativos Intangíveis	288.886.222 €	278.606.242 €	269.654.044 €	-8.952.198 €	-3,2%
Clientes	5.165.676 €	2.596.609 €	1.241.299 €	-1.355.310 €	-52,2%
Outras Contas a Receber	7.034.033 €	12.744.569 €	5.570.271 €	-7.174.298 €	-56,3%
Ativos por Impostos Diferidos	5.690.105 €	7.430.427 €	9.284.257 €	1.853.830 €	24,9%
Total Ativo Não Corrente	308.005.362 €	302.562.311 €	286.890.026 €	-15.672.285 €	-5,2%

No que respeita ao Ativo Corrente verifica-se um acréscimo, face ao ano de 2018, de 5,5 M€ (6,6%), cuja origem decorre essencialmente do aumento do saldo dos Créditos a Receber (7,1 M€) e de Clientes (2,2 M€) parcialmente compensado pela diminuição do saldo de Caixa e seus Equivalentes (-3,8 M€).

No que concerne aos Outros Créditos a Receber, a variação verificada corresponde quase essencialmente à contabilização dos apoios ao investimento no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Utilização Racional de Recursos (POSEUR) e do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM) e de Contratos-Programa celebrados com a RAM.

Quadro 7.9 – Evolução do Ativo Corrente

Item	2017	2018	2019	Δ 2019 /2018	Δ % 2019 /2018
Inventário	2.798.011 €	3.084.609 €	3.334.413 €	249.804 €	8,1%
Clientes	21.509.881 €	22.421.579 €	24.587.950 €	2.166.371 €	9,7%
Estado e outros ent. Públicos	53.378 €	217.743 €	0 €	-217.743 €	-100,0%
Créditos a receber	19.516.033 €	32.951.039 €	39.998.464 €	7.047.425 €	21,4%
Diferimentos	494.783 €	250.497 €	296.772 €	46.275 €	18,5%
Caixa e seus equivalentes	12.227.334 €	24.695.971 €	20.899.488 €	-3.796.483 €	-15,4%
Total Ativo Corrente	56.599.419 €	83.621.438 €	89.117.086 €	5.495.648 €	6,6%

No que respeita à rubrica de Clientes, é de salientar que o valor das dívidas do Município do Funchal representa cerca de 78% da totalidade das dívidas de clientes, em virtude daquela Instituição contestar:

- Através de processo judicial, a componente fixa das faturas relativas à receção e tratamento de resíduos que vigorou até final de março de 2017. Com o tarifário aprovado em abril de 2017, procedeu-se à extinção da componente fixa da fatura dos resíduos transformando-a numa tarifa

única, variável consoante a quantidade de resíduos entregues. Não obstante esta alteração, o Município do Funchal intentou processo judicial visando a anulação da deliberação do Conselho de Administração que aprovou os tarifários de 2017;

- Através de processo judicial, a atualização tarifária efetuada em 2014 e de 2017, não reconhecendo o valor dessas atualizações, e consequentemente, não pagando essa componente.

Não obstante as atualizações tarifárias de 2018 e de 2019 não terem sido objeto de qualquer processo judicial o Município do Funchal continua a pagar o fornecimento de água em alta aos mesmos valores de 2014 (i.e., sem ter em conta nenhuma das atualizações tarifárias entretanto ocorridas) e, no que respeita à receção e tratamento de resíduos em alta, continua apenas a reconhecer e a pagar a tarifa variável de 2014 (i.e., não reconhece nem paga o valor inerente à componente fixa da tarifa que existiu até 2017 e que a partir dessa data foi transformada em tarifa variável).

A generalidade dos Acordos de Pagamento celebrados com clientes encontra-se a ser cumprida.

De salientar que o Município de Santa Cruz, que também havia contestado a componente fixa da tarifa dos resíduos e que, em consequência, não pagava essa componente das faturas, passou, com a implementação do tarifário de 2017, a proceder ao pagamento integral da fatura relativa aos resíduos tendo antecipado no final de 2019 a totalidade das prestações vincendas do Acordo de Pagamento.

De salientar que as dívidas de clientes apresentam um aumento de 0,8 milhões de euros (3%) face ao período homólogo e encontram-se identificadas no quadro seguinte.

Quadro 7.10 – Dívidas de clientes (Valores descontados das imparidades)

Cientes	2017	2018	2019	Peso 2019	Δ 2019/2018	Δ % 2018/2017
Município do Funchal	17.788.763 €	17.245.121 €	20.044.815 €	78%	2.799.694 €	16%
Município de Câmara de Lobos	457.099 €	382.849 €	305.163 €	1%	-77.686 €	-20%
Município da Ribeira Brava	218.262 €	182.701 €	145.667 €	1%	-37.034 €	-20%
Município da Calheta	458.719 €	355.162 €	238.911 €	1%	-116.251 €	-33%
Município do Porto Moniz	76.571 €	46.359 €	23.448 €	0%	-22.911 €	-49%
Município de São Vicente	212.216 €	173.517 €	207.448 €	1%	33.931 €	20%
Município de Machico	625.514 €	531.171 €	420.523 €	2%	-110.648 €	-21%
Município de Santa Cruz	4.480.610 €	3.660.877 €	1.604.628 €	6%	-2.056.249 €	-56%
CARAM	517.344 €	460.060 €	393.091 €	2%	-66.969 €	-15%
Cientes de serviços em baixa	1.313.794 €	1.501.976 €	1.583.866 €	6%	81.890 €	5%
Outros	250.237 €	478.395 €	861.688 €	3%	383.293 €	80%
TOTAL	26.399.129 €	25.018.188 €	25.829.248 €	100%	811.060 €	3%

A composição do Capital Próprio e a respetiva evolução é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 7.11 – Evolução do Capital Próprio

Item	2017	2018	2019	Δ 2019 /2018	Δ % 2019 /2018
Capital realizado	19.705.500 €	19.705.500 €	19.705.500 €	0 €	0,0%
Reservas Legais	2.707.830 €	3.319.181 €	3.941.100 €	621.919 €	18,7%
Outras Reservas	2.697.150 €	3.297.150 €	4.317.654 €	1.020.504 €	31,0%
Resultados transitados	12.698.018 €	12.698.018 €	12.698.018 €	0 €	0,0%
Outras variações no capital próprio	81.743.962 €	107.146.903 €	110.207.775 €	3.060.871 €	2,9%
Resultado líquido do período	1.211.351 €	1.642.423 €	3.385.121 €	1.742.698 €	106,1%
Total Capital Próprio	120.763.811 €	147.809.175 €	154.255.167 €	6.445.992 €	4,4%

Relativamente à evolução verificada no Capital Próprio face ao período homólogo, há que referir que o mesmo aumentou em 6,4 M€ (4,4%) em virtude de novos subsídios ao investimento atribuídos em 2019 e do resultado líquido (do próprio ano e do ano anterior inscrito como Reservas Legais e Outras Reservas).

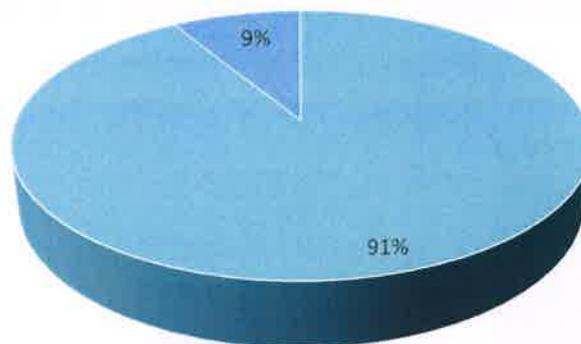
Relativamente ao Capital Social, regista-se que este se encontra inteiramente subscrito e realizado.

Em termos globais, a evolução do Passivo, apresentada pelo quadro seguinte, evidencia um decréscimo global de -16,8 M€ (-7,0%) decorrente essencialmente da redução das Provisões (-18,8 M€) fundamentalmente por via do investimento realizado em 2019 e da redução dos valores da dívida financeira (-2,9 M€) parcialmente atenuado com o aumento das Outras Contas a Pagar (3,3 M€).

Quadro 7.12 – Evolução do Passivo

Item	2017	2018	2019	Δ 2019 /2018	Δ % 2019 /2018
Provisões	190.670.735 €	181.346.514 €	162.529.588 €	-18.816.926 €	-10,4%
Fornecedores	3.151.035 €	2.810.479 €	3.214.835 €	404.356 €	14,4%
Adiantamentos de clientes	10.764 €	20.082 €	13.638 €	-6.444 €	-32,1%
Estado e outras entes públicos	1.255.419 €	718.220 €	2.013.416 €	1.295.197 €	180,3%
Financiamento obtido	19.462.500 €	17.896.667 €	14.917.500 €	-2.979.167 €	-16,6%
Outras dívidas a pagar	29.184.076 €	35.471.376 €	38.910.998 €	3.439.622 €	9,7%
Diferimentos	106.440 €	111.237 €	151.969 €	40.732 €	36,6%
Passivo	243.840.971 €	238.374.574 €	221.751.945 €	-16.622.629 €	-7,0%

A estrutura do Passivo é apresentada pelo Gráfico seguinte onde se constata que o Passivo Não Corrente representa 91% do total do Passivo:



■ Passivo Não Corrente ■ Passivo Corrente

Gráfico 7.13 – Estrutura do Passivo

No que respeita ao Passivo Não Corrente, a evolução verificada evidencia uma redução de -19,5 M€ (-8,8%) assente, sobretudo, na redução das Provisões (18,8 M€) atendendo ao investimento realizado em 2019 e dos Financiamentos Obtidos (-1,6 M€) compensado pelo aumento das Outras Contas a Pagar (0,9 M€).

Quadro 7.13 – Evolução do Passivo Não Corrente

Item	2017	2018	2019	Δ 2019 /2018	Δ % 2019 /2018
Provisões	190.670.735 €	181.346.514 €	162.529.588 €	-18.816.926 €	-10,4%
Financiamentos Obtidos	10.791.667 €	10.642.500 €	9.080.000 €	-1.562.500 €	-14,7%
Outras dívidas a pagar	24.183.163 €	30.115.335 €	30.975.642 €	860.306 €	2,9%
Total do Passivo Não Corrente	225.645.565 €	222.104.349 €	202.585.230 €	-19.519.120 €	-8,8%

Relativamente ao Passivo Corrente, a evolução verificada face ao período homólogo evidencia um aumento global de 2,7 M€ assente, sobretudo, no aumento das Outras Contas a Pagar (2,4 M€) e das Dívidas a Fornecedores (0,4 M€) das dívidas a pagar aos fornecedores e dos financiamentos obtidos.

Quadro 7.14 – Evolução do Passivo Corrente

Item	2017	2018	2019	Δ 2019 /2018	Δ % 2019 /2018
Fornecedores	3.151.035 €	2.810.479 €	3.214.835 €	404.356 €	14,4%
Adiantamentos de clientes	10.764 €	20.082 €	13.638 €	-6.444 €	-32,1%
Estado e outras ent. públ.	1.255.419 €	718.220 €	2.013.416 €	1.295.197 €	180,3%
Financiamento obtido	8.670.833 €	7.254.167 €	5.837.500 €	-1.416.667 €	-19,5%
Outras dívidas a pagar	5.000.914 €	5.356.041 €	7.935.356 €	2.579.315 €	48,2%
Diferimentos	106.440 €	111.237 €	151.969 €	40.732 €	36,6%
Total do Passivo Corrente	18.195.406 €	16.270.224 €	19.166.715 €	2.896.490 €	17,8%

De salientar que a Dívida da ARM, S.A., a Sociedades Financeiras tem apresentado uma redução permanente e sustentada e a mesma assenta essencialmente em dívida não corrente, conforme evidenciado pelo gráfico:



Gráfico 7.14 – Dívida a Sociedades Financeiras

Face ao período homólogo, verifica-se uma redução da dívida contratualizada a Sociedades Financeiras em cerca de 3,0 M€ em virtude das amortizações de capital efetuadas.

Há ainda que referir que para além da dívida a Sociedades Financeiras, a empresa detém suprimentos efetuados pelo acionista – Região Autónoma da Madeira, no montante global de 7,1 M€. De salientar que em 2019 não se verificou a contratação de quaisquer novos suprimentos.

No que respeita aos fluxos financeiros ocorridos no ano 2019 é de salientar que os recebimentos tiveram uma diminuição global de 12,1 M€ (sobretudo decorrentes da diminuição dos recebimentos de subsídios ao investimento) e os pagamentos sofreram um acréscimo de 4,2 M€ essencialmente devido ao aumento dos pagamentos de atividades de investimento conforme ilustrado pelo quadro seguinte.

Quadro 7.15 – Fluxos Financeiros

Designação da Conta	2017	2018	2019	Δ 2019/2018	Δ % 2019/2018
Recebimentos Ativ. Operacionais	30.243.811 €	36.160.784 €	33.608.642 €	-2.552.142 €	-7,06%
Recebimentos Ativ. Investimento	6.920.545 €	16.697.886 €	9.970.504 €	-6.727.382 €	-40,3%
Recebimentos Activ. Financiamento	761.655 €	2.830.000 €	0 €	-2.830.000 €	-100,0%
Total de Recebimentos	37.926.011 €	55.688.670 €	43.579.146 €	-12.109.524 €	-21,7%
Pagamentos Ativ. Operacionais	27.293.897 €	26.919.110 €	27.162.566 €	243.456 €	0,9%
Pagamentos Ativ. Investimento	4.929.404 €	11.824.317 €	17.206.820 €	5.382.503 €	45,5%
Pagamentos Ativ. Financiamento	4.611.703 €	4.476.606 €	3.006.243 €	-1.470.363 €	-32,8%
Total Pagamentos	36.835.004 €	43.220.032 €	47.375.629 €	4.155.597 €	9,6%

Consequentemente, o saldo de disponibilidades apresenta uma variação de -3,8 M€ no período conforme evidenciado pelo quadro seguinte.

Quadro 7.16 – Fluxos Financeiros

Designação da Conta	2017	2018	2019	Δ 2019/2018	Δ % 2019/2018
Disponibilidades no Início do Período	11.136.327 €	12.227.334 €	24.695.971 €	12.468.637 €	102,0%
Varição das Disponibilidades	1.091.007 €	12.468.637 €	-3.796.483 €	-16.265.120 €	-130,4%
Disponibilidades no Fim do Período	12.227.334 €	24.695.971 €	20.899.488 €	-3.796.483 €	-15,4%

De salientar que o elevado valor de disponibilidades é fortemente influenciado pelos adiantamentos de subsídios ao investimento, nomeadamente dos projetos financiados pelo PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira.

De registar que, em 2019, e nos termos do artigo 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa:

- Não constituiu qualquer filial ou sucursal;
- Não adquiriu nem alienou participações sociais nem é detentora de ações próprias;
- Não tem dívidas à Segurança Social nem tem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

7.3 Objetivos e Políticas da Sociedade em matéria de gestão dos Riscos Financeiros

Os riscos financeiros a que a ARM, S.A., se encontra exposta no decurso da sua atividade são monitorizados pela Administração com uma política ativa de gestão dos mesmos. Os principais riscos financeiros são:

- Risco de financiamento e taxas de Juro - relacionado com a variabilidade dos juros associados a financiamentos e da tipologia do financiamento. No estudo económico da concessão encontra-se prevista uma componente significativa de financiamento do plano de investimentos por via de subsídios. A possibilidade de não obtenção dos referidos subsídios consistiria um risco para a capacidade de execução do plano de investimentos por exigir o recurso a outras fontes de financiamento.
- Risco de crédito - relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras. Assim, o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional, na medida em que existir atraso ou incumprimento por parte dos seus clientes.

7.4 Factos Relevantes após o Termo do Exercício

De referir que, não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício que possam afetar as demonstrações financeiras.

No entanto, nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global. Os efeitos da disseminação do vírus estão ainda a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que venham a ser implementadas novas iniciativas com impacto na situação atual.

Apesar de, até à data de aprovação das demonstrações financeiras, não terem sido detetados casos positivos de contaminação por Covid-19 na RAM, o Governo Regional decidiu um conjunto de medidas adicionais às existentes a nível nacional incluindo, entre outras:

- O encerramento de todos os estabelecimentos escolares;
- A quarentena obrigatória para passageiros oriundos de locais com contaminação ativa por Covid-19;
- A recomendação para a população implementar comportamentos de isolamento social;
- A redução do nível de atividade em presença física dos trabalhadores nas empresas e o recurso a teletrabalho, sempre que possível;
- A redução temporária da lotação de transportes públicos e restaurantes e outros estabelecimentos como forma de evitar aglomeração de pessoas;
- O encerramento de discotecas e outros estabelecimentos de diversão noturna;
- A proibição do desembarque de passageiros de cruzeiros.

A ARM elaborou um Plano de Contingência no sentido de planear a sua atuação de acordo com os diversos cenários de evolução da infeção por Covid-19. Tal Plano, aprovado em 16.03.2020, tem como principais elementos a:

- Identificação dos responsáveis pela gestão e acompanhamento do Plano de Contingência e a respetiva cadeia de comando;
- A definição dos serviços mínimos a adotar em cada uma das áreas de negócio e nos serviços partilhados para assegurar o funcionamento da Instituição e a prestação do serviço aos clientes;
- Informação sobre as medidas de proteção a adotar para evitar a propagação do vírus;
- A estratégia de graduação do nível de atividade em face aos diferentes estádios de evolução da pandemia.

A ARM, sendo prestadora de serviços públicos essenciais, com uma laboração ininterrupta em diversas áreas de negócio (p.e., abastecimento de água, tratamento e valorização de resíduos) tem a obrigação de assegurar a manutenção das condições de saúde dos seus trabalhadores e a manutenção da regularidade do seu funcionamento, embora com alguns constrangimentos.

Face à atividade desenvolvida, ao estágio de pandemia e às medidas implementadas ou a implementar, são esperados os seguintes efeitos nas atividades principais da empresa:

- Abastecimento de água potável (em alta e em baixa) e recolha de águas residuais: manutenção dos níveis de abastecimento, com probabilidade de se vir a verificar uma redução do volume fornecido uma vez que o nível de atividade económica será substancialmente reduzido, verificando-se, em contrapartida, um aumento do consumo doméstico;
- Fornecimento de água para regadio: manutenção dos volumes fornecidos uma vez que não se espera reduções significativas do nível de atividade nesta área de negócio, sendo necessário assegurar a manutenção da irrigação das áreas que asseguram a produção das hortaliças e frutos que asseguram a alimentação da população;
- Recolha de Resíduos: manutenção dos níveis de atividade ao nível dos resíduos indiferenciados, assegurando a saúde pública das populações.

Ao nível dos resíduos passíveis de valorização e reciclagem é antecipado que as recolhas terão uma menor frequência para ser dada maior prioridade na recolha dos resíduos indiferenciados.

- Transferência e Triagem: antecipa-se uma redução da atividade de triagem uma vez que poderá vir a ser necessário o encerramento da triagem com o encaminhamento destes resíduos para os mesmos circuitos dos indiferenciados, sendo assim os mesmos sujeitos a valorização energética.
- Tratamento e Valorização de Resíduos em alta: manutenção dos níveis de atividade uma vez que parte dos resíduos passíveis de valorização e reciclagem poderá vir a ser tratada como resíduo indiferenciado.

Nestes termos, não são esperados grandes efeitos sobre o nível de atividade e sobre a procura dos serviços prestados pela empresa.

Por outro, não são esperados impactos significativos ao nível dos fornecimentos de bens por fornecedores e dos prestadores de serviços necessários ao funcionamento dos serviços essenciais a pela ARM, perspetivando-se que os mesmos continuem a ser assegurados, embora com alguns constrangimentos em serviços não essenciais.

Efetivamente, a RAM tem vindo a tomar medidas para assegurar o regular abastecimento de bens e serviços no território da RAM, quer a nível marítimo quer a nível aéreo (avião cargueiro), o que dá garantias da manutenção da cadeia de fornecimentos essencial ao funcionamento da economia regional.

No que respeita aos fornecedores críticos, e não obstante a nível do espaço continental o estágio de evolução da infeção por Covid-19 se encontrar muito mais avançado do que na RAM, os fornecedores sedeados em Portugal Continental têm vindo, até à data, a assegurar o fornecimento regular das encomendas pelo que embora possam, de futuro, vir a sofrer alguns constrangimentos, não se antecipam grandes problemas na cadeia de fornecimento.

Já no que se refere à execução de empreitadas, as mesmas poderão vir a sofrer alguns atrasos. No entanto, não se antecipam, de momento, grandes impactos na execução física e financeira das mesmas.

Não são esperadas grandes limitações ao nível de recursos humanos da ARM na medida em que os níveis de informação e sensibilização para as medidas preventivas foram e têm sido amplamente divulgadas.

Foram também reforçados os equipamentos de proteção individual e relevada a importância das medidas com vista à desinfeção do pessoal e dos equipamentos.

Note-se, também, que o Plano de Contingência aprovado identifica os recursos humanos mínimos para assegurar os serviços essenciais prestados pela empresa

Em caso de necessidade implementar-se-á a alteração dos circuitos de recolha de resíduos e a reafectação de trabalhadores entre áreas geográficas, perspetivando-se que os trabalhadores existentes são em número suficiente para assegurar o funcionamento da empresa e das principais áreas de negócio.

Atendendo ao elevado risco de contágio do COVID 19 e por forma a assegurar a saúde dos trabalhadores, clientes e população em geral, foram tomadas uma série de iniciativas contempladas no Plano de Contingência, entre as quais se salientam as seguintes:

- Ações de informação e sensibilização pelo médico de medicina do trabalho sobre o COVID 19 e das medidas de autoproteção a implementar pelos trabalhadores
- Cancelamento de todas as formações, eventos públicos e reuniões não essenciais;
- Redução do número de colaboradores em atendimento público, com redução de horário de atendimento e encerramento de balções de atendimento;

- Sensibilização dos clientes no sentido de serem utilizados os serviços digitais e a linha verde da ARM para tratamento de quaisquer situações mais urgentes;
- Alargamento do prazo de pagamento das faturas já emitidas e a emitir durante o período de maior contágio da doença;
- Implementação do teletrabalho em todas as áreas em que tal é possível reduzindo-se a presença física dos trabalhadores nas instalações da empresa ao mínimo.
- Não faturação aos clientes dos serviços prestados entre 16.03.2020 e 31.03.2020, sendo esses montantes suportados pela RAM;
- Identificação dos trabalhadores inseridos em grupos de risco e sujeição dos mesmos ao teletrabalho e, não sendo possível, dispensando-os de se apresentarem ao serviço;
- Suspensão do registo biométrico;
- Encerramento de serviços não prioritários;
- Suspensão dos procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal.

As medidas implementadas para proteção da operação e níveis de serviço da ARM foram determinadas tendo por base a melhor informação disponível a esta data, salientando-se, no entanto, a existência de um contexto de incerteza associado à evolução futura da disseminação do Covid-19.

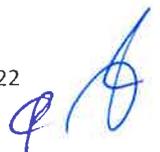


ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Proposta de Aplicação de Resultados



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no Artigo 26.º dos Estatutos da ARM, S.A., o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2019, no montante de 3.385.120,90 € (três milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte euros e noventa cêntimos), seja aplicado integralmente o reforço das reservas livres.

PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO

 124 

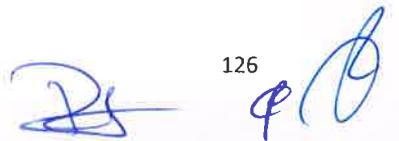


ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Perspetivas Futuras



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



9. PERSPETIVAS FUTURAS

Ao longo dos últimos anos foram realizados investimentos significativos no domínio das águas e dos resíduos. Foram criados sistemas multimunicipais de abastecimento que servem 8 dos 10 municípios da ilha da Madeira e foram criadas infraestruturas capacitadas para a valorização, tratamento e encaminhamento para destino final adequado dos resíduos produzidos na RAM.

Foram criadas reservas de água em altitude para maximizar o aproveitamento dos recursos hídricos e foi recuperada uma grande extensão de canais de rega e de fins múltiplos.

Nos principais aglomerados populacionais da ilha da Madeira (costa sudeste, eixo Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico) os sistemas de água para abastecimento público e para regadio partilham as mesmas origens de água. Em caso de conflitos de utilização a legislação confere prioridade ao abastecimento público em detrimento do regadio.

O volume de água fornecido “em alta” aos municípios da Ilha da Madeira ocorrido em 2019 confirma a tendência de crescimento sistemático que se verifica desde 2008. As perdas de água nas redes de distribuição são significativas e têm vindo a apresentar taxas de crescimento elevadas.

Os volumes de água subtraídos ao sistema público de regadio agrícola para satisfazer as “necessidades” de abastecimento de água potável do tecido urbano causam prejuízos significativos aos agricultores.

A ARM, S.A., e a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais têm tentado sensibilizar as entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água, as entidades com responsabilidade direta e indireta na gestão e os utilizadores em geral para a importância do uso eficiente do recurso água e para a gestão eficiente dos sistemas, bem como para a importância da adoção de políticas tarifárias que promovam a racionalidade na sua utilização.

No que respeita à ARM, S.A., um elevado volume de investimentos encontra-se em curso, desde finais de 2018, nos municípios em que esta empresa fornece água em baixa no sentido de inverter as perdas substancialmente elevadas e, conseqüentemente, diminuir o desperdício deste recurso. De igual modos em diversos sistemas de regadio encontram-se em curso investimentos no sentido de reduzir as perdas e aumentar os sistemas de armazenamento.

O impacto das alterações climáticas implicam que o volume disponível para a recarga, designadamente através da pluviosidade, irá decrescer, aumentando a pressão sobre os sistemas de abastecimento e sobre os utilizadores em geral. É imprescindível proteger os recursos hídricos da Madeira, preparando-a e dotando-a de mecanismos de adaptação que permitam obviar os efeitos da redução progressiva dos recursos hídricos disponíveis.

Os principais objetivos no domínio das águas são:

- Aumentar a eficiência dos sistemas de distribuição de água (potável e regadio) através da redução progressiva das perdas para níveis aceitáveis;
- Aumentar a cobertura por redes de drenagem de águas residuais;
- Contribuir para a proteção dos recursos hídricos, com destaque para as origens destinadas à produção de água para consumo humano;
- Promover e reforçar a capacidade de captação, armazenamento, tratamento e adução, para assegurar o fornecimento de água, em qualidade e quantidade, às populações e às atividades económicas, mesmo nos períodos de menor disponibilidade;

- Promover a sustentabilidade ambiental através da produção de energia através de fontes não poluentes, designadamente da produção hidroelétrica e da eficiência energética das instalações.

No domínio dos **resíduos**, destaca-se que em 2018 foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia o pacote para a economia circular que inclui a revisão de 4 diretivas que pretendem motivar e melhorar a gestão de resíduos numa perspetiva de Economia Circular, a saber, da Diretiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens, da Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos, das Diretivas 2000/53/CE relativa aos veículos em fim de vida, 2006/66/CE relativa a pilhas e acumuladores e resíduos de pilhas e acumuladores, e 2012/19/UE em matéria de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e da Diretiva 1999/31/CE relativa à deposição de resíduos em aterros.

De entre estas revisões, destaca-se a Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva 2008/98/CE, relativa aos resíduos, em que as medidas e metas definidas visam essencialmente minimizar a produção de resíduos e apostar no aumento da reciclagem e na progressiva eliminação da deposição de resíduos em aterros, visando complementar a transição europeia para uma economia circular, tendo como propósito alcançar medidas de produção e consumo sustentáveis, centradas em todo o ciclo de vida dos produtos, de modo a recuperar e regenerar recursos.

Em cumprimento destes normativos e de outros instrumentos, em 2020 a Região também deverá definir a sua Estratégica Regional para os Resíduos, a qual influenciará e determinará em grande medida a atuação da empresa até 2030.

Os principais objetivos da empresa no domínio dos resíduos são:

- Garantir o tratamento adequado dos resíduos perigosos produzidos na Região - pelo investimento em formas mais económicas ou tecnicamente mais adequadas para a eliminação de determinados resíduos perigosos;
- Aumentar a eficiência dos sistemas de recolha seletiva e indiferenciada de resíduos;
- Promover a prevenção da produção de resíduos e fomentar a sua reciclagem – através do desenvolvimento de campanhas de sensibilização/informação da população, incentivando à adoção de boas práticas de gestão de resíduos;
- Promover a racionalidade e eficiência das atividades de gestão de resíduos reduzindo a sua deposição em aterro e aumentando a valorização energética dos mesmos.
- Promover a racionalidade económica de atuação promovendo o recurso em regime de *outsourcing* em atividades de baixo valor acrescentado e de simples execução técnica.

Assim, e em concreto, no ano de 2020, iremos:

- No domínio das águas:
 - Dar continuidade às obras de remodelação das redes de abastecimento e drenagem da Zona Leste, Zona Oeste e do Porto Santo;
 - Realizar estudos e projetos com vista à implementação de novas origens de água e dar execução aos inerentes investimentos;
 - Incrementar a Comunicação e a Sensibilização para a necessidade de poupança de água (que abrangerá igualmente a sensibilização para a adequada separação de resíduos);

- Alargar a cobertura da rede de drenagem de Águas Residuais;
- Dar continuidade às obras do Túnel do Pedregal, importante infraestrutura que permitirá o armazenamento de uma reserva de água e melhorar as disponibilidades hídricas para a agricultura;
- Dar continuidade à execução dos vários projetos, apoiados pelo PRODERAM, com vista à minimização das perdas de água destinada ao regadio e ao reforço do armazenamento e das disponibilidades;
- Implementar soluções com vista à produção de energia mediante o aproveitamento dos recursos e atividades desenvolvidas pela ARM, S.A.;
- Promover a racionalidade económica de atuação promovendo o recurso em regime de *outsourcing* em atividades de baixo valor acrescentado e de simples execução técnica.
- No domínio dos resíduos:
 - Dar continuidade ao projeto de compostagem doméstica, iniciado em 2018, nos vários municípios aderentes;
 - Incrementar os níveis de produção de compostagem na ETRS;
 - Incrementar a comunicação e a sensibilização centrada na adequada separação de Resíduos;
 - Promover a racionalidade económica de atuação promovendo o recurso em regime de *outsourcing* em atividades de baixo valor acrescentado e de simples execução técnica.
- Ao nível organizacional:
 - Incrementar a formação disponibilizada aos colaboradores nos domínios específicos da atividade desenvolvida pelos mesmos;
 - Implementar novos instrumentos de gestão da organização e de gestão de recursos humanos;
 - Concluir e implementar/atualizar os regulamentos de serviços de todas as áreas de negócio da empresa;
 - Implementar soluções conducentes à reorganização dos espaços de trabalho visando a melhoria das condições de trabalho;
 - Promover a racionalidade económica de atuação promovendo o recurso em regime de *outsourcing* em atividades de baixo valor acrescentado e de simples execução técnica.
 - Reforçar o quadro de pessoal em determinadas áreas de negócio da ARM, S.A., com vista à melhoria da qualidade de serviço.

PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



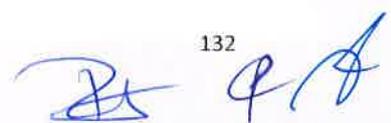


ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Demonstração Não Financeira



PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



10. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Para os efeitos do disposto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 2014/95/ UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2014, a ARM, S.A., explicita no presente documento as *“informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades da entidade, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno”* relativas à ARM, S.A., no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Trata-se do segundo reporte desta natureza elaborado por esta entidade pelo que se apresenta a informação existente, tendo em perspetiva uma melhoria progressiva da qualidade e da informação disponível no próximo ano.

Neste enquadramento, esta segunda demonstração não financeira da ARM, S.A., alicerça-se nas orientações da Global Reporting Initiative (GRI), não verificando todos os requisitos das opções “de acordo” com as Diretrizes da GRI, designadamente as opções “Essencial” ou “Abrangente”.

De salientar que, dado tratar-se de um reporte anual, integrado no Relatório e Contas da ARM, S.A., a informação que já conste de capítulos do Relatório de Contas não será reproduzida na demonstração não financeira.

10.1 Orientações Estratégicas

A missão, política e objetivos da empresa foram estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração com o envolvimento dos responsáveis da empresa, quer ao nível da gestão de topo quer ao nível da gestão intermédia.

O processo de planeamento estratégico da empresa encontra-se alicerçado na visão, missão e valores identificados no capítulo 2 do presente relatório e materializa-se no Plano de Atividades anual e para o quinquénio.

Com base nestes princípios, a ARM, S.A., desenvolve as suas atividades de gestão dos sistemas, com melhoria gradual dos níveis de serviço, cumprindo as obrigações estabelecidas pelo contrato de concessão e pela concedente, procurando assegurar, de forma geral, o cumprimento das metas para o ano 2020 para os principais indicadores nos setores das águas e dos resíduos e tendo em consideração o contexto regional.

Neste âmbito, as orientações estratégicas da ARM, S.A., para o período 2018-2022, podem ser resumidas da seguinte forma:

- Assegurar a qualidade do serviço e a proteção dos interesses dos utilizadores;
- Promover a transparência na prestação dos serviços;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, infraestrutural, ambiental e operacional na gestão dos sistemas da empresa;
- Promover a capacitação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores;

- Promover o desenvolvimento e a implementação de soluções tecnologicamente avançadas, com envolvimento em projetos de I&D;
- Incorporar boas práticas de gestão, garantindo a prossecução dos objetivos definidos pela concedente;
- Contribuir para a solidariedade económica e social, para o correto ordenamento do território e para o desenvolvimento regional;
- Promover a responsabilidade ambiental.

No setor das águas e dos resíduos, a nível nacional, o enquadramento estratégico está plasmado em dois planos estratégicos chave, sendo que ambos estão alinhados com o ciclo de financiamento comunitário a desenvolver entre 2014 e 2020, operacionalizados através do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos:

- PENSAAR 2020 – Uma estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – abril 2015;
- PERSU 2020 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos – setembro 2014 (e PERSU 2020+, de dezembro de 2018, versão Consulta Pública).

Existem outros documentos muito relevantes para o setor, quer a nível nacional, quer a nível regional, tais como:

- Definição das Metas de Gestão de Resíduos Urbanos para a Região Autónoma da Madeira – agosto 2018;
- PGRH10 2ª geração - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira para o ciclo de planeamento 2016-2021 (PGRH10) – dezembro 2016;
- Estratégia CLIMA-MADEIRA - Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas – dezembro 2015;
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) – março de 2015;
- PNEUA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – junho 2012;
- PRAM – Plano Regional de Água da Madeira – agosto 2008;
- PERRAM – Plano Estratégico de Resíduos da Região Autónoma da Madeira – junho 1999.

No que respeita ao regadio agrícola, assume relevância a estratégia definida no “Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira 2014-2020”.

De modo a promover a sua cooperação/colaboração com as diversas empresas e entidades do setor, através da partilha de ideias e experiências e da participação em fóruns e debates, a ARM, S.A., em 2019, era associada das seguintes instituições:

- APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água
- AVALER - Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos
- ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos
- RELACRE – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal
- APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade

10.2 Principais Impactos, Riscos e Oportunidades

A ARM, S.A., como qualquer organização, está sujeita a um conjunto de Riscos e Oportunidades.

Estes assumem particularidades pelo facto de a empresa lidar com a área do Ambiente, em setores de atividades essenciais ao bem-estar das populações e, por conseguinte, propensos a variados impactos e riscos associados ao exercício da sua atividade.

Dadas estas fragilidades, a ARM, S.A., tem tentado seguir continuamente as tendências dos setores onde opera, as evoluções tecnológicas e as problemáticas globais no sentido de minimizar riscos e aproveitar oportunidades.

Para além disso, a análise que é realizada pelo Conselho de Administração, conjuntamente com as várias Direções, sobre as principais questões em matéria de sustentabilidade permite uma maior perceção dos riscos e dos desafios a que a organização está sujeita, bem como das ferramentas necessárias para a mitigação dos riscos existentes.

Uma vez identificados os riscos, a abordagem adotada pela ARM, S.A., para a sua gestão é efetuada de forma cautelosa, e sempre em consonância com o “Princípio da Precaução”¹. A aplicação do Princípio da Precaução é realizada de forma sistemática, sempre que aplicável, por forma a evitar impactos negativos no ambiente e a melhorar o desempenho da organização, nomeadamente em matérias como a monitorização dos processos, controlo de qualidades dos produtos/serviços, monitorização ambiental, análise de reclamações, etc.

O comportamento dos cidadãos constitui ainda um importante fator de influência nas atividades desenvolvidas da ARM, S.A., na medida em que as suas atitudes na gestão doméstica diária da água e dos resíduos condicionam os objetivos e as estratégias da organização. Neste sentido, a aposta da educação e sensibilização ambiental junto dos cidadãos é permanente.

A análise de riscos realizada pela ARM, S.A., visa a identificação dos pontos críticos do trabalho desenvolvido. Trata-se, portanto de uma avaliação que permite não só a tomada atempada de medidas de mitigação do risco, como a identificação de oportunidades de melhoria.

Quadro 10.2.1 – Riscos e Oportunidades da ARM, S.A.,

Riscos	Oportunidades
Incumprimento de obrigações financeiras pelos Clientes	Estrutura tarifária sustentável
Reduzida participação e literacia ambiental da Comunidade	Dinamismo e Inovação
Condicionalismos afetos à ultraperiferia	Apoios de financiamento
Sustentabilidade da evolução tarifária	Potenciação dos ativos
Falhas ou indisponibilidades dos ativos	Comunicação Interna
Riscos de acidentes, desastres naturais, situações fortuitas	Formação contínua
Exposição e afetação decorrente das Alterações Climáticas	Disposição para a mudança
Condições de trabalho heterogéneas	Otimização da Estrutura Organizacional
Diferentes graus de motivação profissional	Eficiência Energética
Fraca cultura corporativa	Compras verdes

¹ Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) das Nações Unidas (ONU). “Princípio 15: Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”.

10.3 Valores, princípios e normas de comportamento

Os membros do Conselho de Administração da ARM, S.A., têm conhecimento e respeitam integralmente:

- O regime de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, na redação em vigor, e no estatuto de gestor público em vigor na Região Autónoma da Madeira (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31/2013/M, de 27 de dezembro, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/M, de 13 de Agosto);
- A Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, tendo elaborado um Código de Conduta que estabelece, entre outros, os deveres de registo de ofertas e hospitalidades, bem como o organismo competente para esse registo, e cumprem escrupulosamente as respetivas obrigações, nomeadamente declarativas.

Neste contexto, e no âmbito da Prevenção e Conflito de Interesses, a ARM, S.A., dispõe dos seguintes mecanismos preventivos dos principais riscos:

- O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- O Código de Conduta da ARM, S.A.;
- O Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho da ARM, S.A.;
- Compromisso de Ética e Valores da ARM, S.A.;
- A prevenção e controlo do consumo de álcool e substâncias psicotrópicas;
- O cumprimento do Código de Contratação Pública;
- A existência de processos de auditoria autónomos e independentes efetuados por diversas entidades com experiência e idoneidade comprovada;
- A existência de um Revisor Oficial de Contas, organismo independente e inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais com experiência e idoneidade;
- A existência de um Conselho Fiscal, composto por profissionais idóneos, independentes e com experiência comprovada;
- O cumprimento das disposições previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, na redação em vigor, que estabelece o Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira;
- A supervisão da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) decorrente da classificação da ARM, S.A., como Entidade de Interesse Público, e a aplicação de mecanismos de supervisão e controlo reforçados relativamente a estas entidades.

No âmbito dos Valores assumidos pelos colaboradores da empresa, enquadra-se a preocupação com a preservação do meio ambiente, os recursos naturais, a sustentabilidade económica e a manutenção do bem-estar social, em nome da qualidade de vida dos colaboradores, da comunidade e das gerações futuras. Os valores da ARM, S.A., encontram-se enunciados no capítulo 3 do presente relatório.

De salientar que a identificação dos Princípios e Valores praticados contou com a participação da gestão de topo e intermédia da ARM, S.A., tendo sido aprovados pelo Conselho de Administração e comunicados aos trabalhadores.

O compromisso de Ética assumido pelos colaboradores da ARM, S.A., segue os princípios da Carta de Ética da Administração Pública, visando garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral e da cultura dos valores da ARM, S.A., por parte de todos os seus colaboradores.

O Código de Conduta da ARM, S.A., dá cumprimento ao disposto na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, definindo, quer para os membros do Conselho de Administração quer para todos os trabalhadores da ARM, S.A., as obrigações e regras que devem pautar o seu comportamento e desempenho, como garantia pública de probidade, de independência, de rigor e isenção, de serviço exclusivo do interesse público.

Por sua vez, o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho da ARM, S.A., elaborado de harmoniza com os ditames da Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, que reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, impõe a adesão a padrões elevados de conduta e à lealdade para com a ARM, S.A., determinando a adoção de uma conduta honesta, independente, isenta, discreta, que não atenda a interesses privados ou pessoais, e a adesão a padrões elevados de ética profissional, que deverá assegurar o cumprimento com os normativos aplicáveis e evitar situações suscetíveis de originar conflitos de interesses.

10.4 Política de Remunerações

As remunerações dos membros do Conselho de Administração, são aprovadas pela Assembleia-Geral da ARM, S.A., nos termos do previsto no artigo 24.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira (aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, na sua atual redação), e da alínea g) do n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da ARM, S.A., com base nos critérios definidos na Resolução n.º 392/2015, de 27 de maio e pelo despacho conjunto n.º 61/2015, de 29 de junho, que classifica a ARM, S.A., como empresa pública integrada no Grupo B.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal da ARM, S.A., são igualmente aprovadas pela Assembleia Geral da ARM, S.A..

De salientar que as remunerações do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal são constituídas por remunerações exclusivamente fixas, não estando contemplada qualquer remuneração variável, prémios ou bónus, nem outras regalias com fundos de pensões ou complementos de reforma.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral da ARM, S.A., não são remunerados.

10.5 Partes Interessadas

A ARM, S.A., interage com um vasto número de entidades, numa multiplicidade de relações e influências fomentando parcerias que potenciam o desempenho da organização. Na figura seguinte, sistematiza-se o conjunto de Partes Interessadas (*stakeholders*) que influenciam, direta ou indiretamente, a gestão ou os resultados da empresa.

De salientar que as Partes Interessadas da ARM, S.A., constituem um elemento decisivo na definição da estratégia da organização e criação de valor bem como para a gestão quotidiana da empresa, de forma a assegurar o desenvolvimento do negócio e alcance dos objetivos estabelecidos.



Imagem 10.5.1 – Identificação das Partes Interessadas

A auscultação das Partes Interessadas é realizada através de vários meios de comunicação, específicos a cada grupo de *stakeholders*, de forma a adequar às respetivas necessidades e expectativas. O *site* da ARM, S.A., e, bem assim, a sua página de Facebook, são os meios de comunicação mais transversais a todas as partes interessadas.

Em 2019, as iniciativas de envolvimento e audição dos *stakeholders* da ARM, S.A., foram direcionadas, fundamentalmente para a comunidade, por via das campanhas dinamizadas pela ARM, S.A., no âmbito da Água e dos Resíduos, melhor identificadas no capítulo 4.9 do presente Relatório e Contas.

i. Clientes

Em 2019, à semelhança dos anos anteriores, procedeu-se à análise das reclamações de clientes, tendo-se produzido os relatórios anuais de “Análise das Reclamações” dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos (serviços em “baixa”) prestados pela ARM, S.A..

A satisfação dos clientes é da maior importância para a empresa, sendo as reclamações um dos instrumentos que permite determinar o seu grau de satisfação. Neste sentido, a análise e o tratamento das reclamações constituem oportunidades de conhecer as fontes de insatisfação dos seus clientes, possibilitando, deste modo, a adoção de medidas que visam a resolução dos problemas identificados, numa ótica da melhoria contínua dos serviços prestados ao cliente final.

Conforme anteriormente referido foi dada continuidade às campanhas dinamizadas pela ARM, S.A., nas áreas da Água e dos Resíduos as quais visam sensibilizar a população para a adoção de comportamentos ambientalmente mais sustentáveis e a proteção do meio ambiente.

Foi definida uma nova versão da fatura a ser remetida aos clientes finais dos serviços em baixa nos municípios aderentes bem como aos clientes da rega a partir do início do ano 2019, a qual inclui mais informação revelante para o cliente, quer ao nível dos consumos quer ao nível dos respetivos custos quer uma maior clareza e identificação dos serviços prestados e respetivo custo.

No início de 2020, foi remetida a todos os clientes, juntamente com a sua fatura, informação relativa à Política de Proteção de Dados e de Privacidade da ARM, S.A., salientando a preocupação da empresa com a temática da proteção de dados pessoais geridos por esta.

ii. Colaboradores

Deu-se continuidade a um conjunto de iniciativas junto dos colaboradores da empresa, com vista ao reforço da partilha de informação e facilitação de acesso a conteúdos e aplicações de interesse geral, designadamente:

- Reuniões periódicas nas diversas instalações da empresa com a presença de todos os colaboradores dessas instalações;
- Ações de formação;
- Alargamento da plataforma de registo e controlo de assiduidade, que permite a intervenção contínua dos colaboradores no processo de assiduidade.

Foram dinamizados convívios com os colaboradores das diversas instalações da empresa de forma a fortalecer o espírito de grupo e a cultura da empresa, tendo, num âmbito mais global e alargado, sido realizado o convívio de natal dos colaboradores da ARM, S.A., e uma festa de natal para os filhos dos colaboradores da empresa até aos 10 anos.

Deu-se continuidade ao estabelecimento de protocolos com diversas entidades e empresas em diferentes áreas de atividade que conferem benefícios para os trabalhadores e respetivos familiares.

Em 2019 entrou em vigor um Acordo de Empresa celebrado com a generalidade dos sindicatos representativos dos trabalhadores com vínculo privado permitindo que as relações laborais com todos os colaboradores privados sejam regidas por um único instrumento consensualizado com as diversas estruturas sindicais. Tal significa que, cerca de 71% do Quadro de Pessoal da ARM, S.A., com referência a 31.12.2019, passaram a estar abrangidos por convenções coletivas de trabalho.

Este Acordo incluiu o Regime das Carreiras e funções existentes na empresa, a Revisão da Tabela Salarial e o Regime das progressões nas Carreiras, tendo os trabalhadores rececionado uma comunicação com informação clara e transparente sobre a sua categoria, carreira e posição retributiva.

Encontra-se em atualização a Plataforma de Comunicação Interna na ARM, S.A., (intranet) que possibilitará uma maior acessibilidade por parte dos trabalhadores a informação sobre a empresa e a diversas matérias do seu interesse.

iii. Fornecedores

Na ARM, S.A., os processos de seleção e avaliação dos fornecedores apoiam-se, fundamentalmente, nas diretrizes estabelecidas nos seguintes documentos estruturantes:

- O Código de Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 18 de janeiro, e adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto;
- O Regulamento Interno de Aquisição de Bens e Serviços relativos aos sectores de atividades cuja contratação se encontra excluída do âmbito de aplicação do Código da Contratação Pública.

Neste sentido, para a contratação efetuada no âmbito do Código da Contratação Pública, os procedimentos cujo valor contratual exceda determinados limites, os respetivos contratos devem, nos termos legais, ser remetidos a visto prévio do Tribunal de Contas.

iv. Acionistas

Os principais meios de envolvimento e auscultação para com os acionistas incluem as Assembleias-Gerais que ocorrem, em regra, com uma periodicidade mínima anual, onde são analisados em regra, os seguintes elementos:

- O Relatório e Contas e Demonstrações Financeiras do ano anterior;
- O Plano de Atividades quinquenal;
- O Orçamento de Investimentos (anual e quinquenal);
- O Orçamento de Exploração (anual e quinquenal).

No âmbito de reuniões periódicas com os acionistas são abordadas diversas matérias relacionadas com a atividade da ARM, S.A..

Aos acionistas é ainda disponibilizado o relatório anual de “Análise das Reclamações” de clientes e outros documentos informativos da prestação dos serviços da responsabilidade da ARM, S.A..

v. Comunidade

Em matéria de sensibilização, divulgação e informação, promove-se a realização de visitas às instalações da empresa, bem como a realização de diversas ações de sensibilização destinada à população em geral e ao público infantojuvenil em particular.

Efetivamente a ARM, S.A., tem vindo, ano após ano, a reforçar a ligação com a comunidade, dado a conhecer as atividades desenvolvidas e as suas especificidades bem como educando e sensibilizando a população no sentido da adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis.

Os colaboradores da ARM, S.A., envolvem-se de diversas formas com a comunidade, colaborando ainda em diversas causas sociais, nomeadamente com Instituições de solidariedade social, mediante a entrega de roupas e bens alimentares.

Acresce referir que a ARM, S.A., está envolvida em diferentes projetos com diversas entidades, nomeadamente:

- Universidade da Madeira
- Instituto Tecnológico de Canárias
- Universidade de Las Palmas
- Governo de Cabo Verde

Além desta situação, importa notar a participação ativa da empresa nas associações que esta integra (vide ponto 9.1 acima).

vi. Entidades Oficiais

No contexto das suas atividades e competências são desenvolvidos os seguintes procedimentos junto das autoridades e/ou entidades competentes:

- Envio regular de relatórios e informações de natureza ambiental, fiscal, saúde, segurança no trabalho, entre outros, para as entidades competentes;
- Divulgação dos dados analíticos do controlo de qualidade da água para consumo humano junto dos clientes diretos, clientes municipais e Autoridade Regional da Água (DROTA – Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente);
- Publicitação do Relatório e Contas, Regulamentos e Tarifários no *site* da empresa.

Por outro, periodicamente são efetuadas reuniões de articulação com as entidades oficiais com vista ao acompanhamento da atividade da empresa e o cumprimento das orientações estratégicas emanadas pela tutela – Vice-Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

10.6 Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social

Uma abordagem integrada, que tenha em consideração os diversos fatores que influenciam o desempenho de qualquer organização, é fundamental para o seu desenvolvimento de forma equilibrada e sustentável.

As principais preocupações e riscos decorrentes da atividade da ARM, S.A., correspondem, fundamentalmente, ao uso eficiente dos recursos, à sustentabilidade do modelo de gestão, à acessibilidade e à qualidade dos serviços prestados às populações e atividades económicas.

Estas preocupações determinam as abordagens e a gestão das diversas atividades da empresa, constituindo um desafio para a melhoria contínua e para a prestação de um melhor serviço e proteção do ambiente.

Os principais aspetos materiais identificados pela ARM, S.A., podem ser sintetizados da seguinte forma:

Quadro 10.6.1 – Aspetos materiais identificados pela organização.

Aspetos Materiais ARM, S.A.,		Medidas
Vertente Ambiental	Disponibilidade dos Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> . Monitorização da pluviosidade e Elaboração de “Relatório Hidrológico Anual” e de relatórios trimestrais da Evolução da Precipitação na Ilha da Madeira e na Ilha do Porto Santo, com base nos registos obtidos em 30 postos udométricos da ARM, S.A., e do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), incluindo análise estatística dos dados disponíveis desde 1940. . Monitorização dos caudais medidos em estações hidrométricas instaladas nas principais origens de água (medição de caudais superficiais) e caudalímetros instalados nas condutas adutoras principais e furos de captação em profundidade, com integração em base de dados centralizada. . Gestão integrada e centralizada da informação referente às origens de água no Sistema de Telegestão da ARM, S.A.,. . Implementação do conjunto de medidas previstas no PGRH, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> (i) intervenções nos sistemas de abastecimento e de distribuição de água, incluindo a criação de infraestruturas de Armazenamento de água superficial (ii) Proteção da quantidade de água explorada em captações de água subterrânea (iii) Proteção de Zonas de Infiltração Máxima
	Impactos sobre as Origens de Água	<ul style="list-style-type: none"> . Elaboração de Planos de Segurança da Água (PSA), conforme recomendado pela OMS, tendo em vista um maior controlo e monitorização da água para abastecimento humano, o reforço da segurança e proteção da saúde pública. . Perímetros de proteção das origens de água dos Sistemas de Abastecimento
	Qualidade da água para consumo humano	<ul style="list-style-type: none"> . Plano de Controlo Operacional da Qualidade da Água (PCO) . Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) fornecida ao cliente final . Perímetros de proteção de origens de água dos Sistemas de Abastecimento
	Quantidades de resíduos rececionados com potencial de valorização	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento da eficácia das redes de recolha seletivas, através de aquisição e substituição de contentores de resíduos, otimização dos pontos e circuitos de recolha e aquisição de viaturas de recolha de resíduos . Campanha de sensibilização em matéria de resíduos para a população em geral, com o objetivo de educar para uma boa gestão dos resíduos, incluindo a separação adequada . Otimização do processo de separação das escórias ferrosas
	Qualidade dos materiais valorizados	<ul style="list-style-type: none"> . Otimização do sistema de triagem de resíduos de embalagens . Aquisição de compostores domésticos como meio de reduzir os RUBs do circuito de recolha e tratamento, promovendo a valorização orgânica
	Otimização da Eficiência Energética	<ul style="list-style-type: none"> . Otimização da Central Dessalinizadora do Porto Santo – introdução de equipamentos de recuperação de energia. . Desenvolvimento de um projeto de otimização de eficiência energética através da substituição de equipamentos dos sistemas elevatórios de água da zona oeste do Funchal . Instalação de Analisadores de Energia e de variadores de frequência nas instalações com maior consumo energético. . Aquisição de serviços de Auditoria Energética e Elaboração do Plano de Racionalização Energética da Instalação de Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos da Estação de Tratamento de Resíduos da Meia Serra.
	Qualidade dos serviços e produtos	<ul style="list-style-type: none"> . Plano de Controlo Operacional da Qualidade da Água (PCO). . Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA). . Relatório Anual das reclamações de Clientes. . Campanhas de caracterização de resíduos.

Quadro 10.6.1 (cont.) – Aspectos materiais identificados pela organização.

Vertente Económica	Custos dos serviços/produtos	<ul style="list-style-type: none"> . Gestão centralizada de compras e planeamento das contratações/aquisições. . Otimização de processos de tratamento.
	Equilíbrio económico-financeiro da empresa, nos seus diversos setores de atividade	<ul style="list-style-type: none"> . Manutenção Preventiva e planeamento das intervenções, otimizando recursos. . Estudo de viabilidade, análise tarifária e económica da sociedade.
Vertente Social	Educação e sensibilização ambiental	<ul style="list-style-type: none"> . Ações e campanhas de informação e sensibilização ambiental em matéria de água e resíduos. . Responsabilidade Social. . Visitas guiadas às instalações de águas e resíduos.
	Condições de trabalho e formação	<ul style="list-style-type: none"> . Reuniões periódicas com os Representantes da Segurança e Saúde no Trabalho . Plano anual de formação
	Competências e <i>know-how</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Desenvolvimento de formação profissional . Implementação de um sistema de avaliação

A identificação dos aspetos materiais considerados relevantes para a empresa teve por base processos de envolvimento informais de *stakeholders* (nomeadamente clientes e acionistas), bem como outros mecanismos de análise, nomeadamente a legislação, a experiência e os conhecimentos da equipa de gestão.

A abordagem dos aspetos económicos, ambientais e sociais da empresa é ainda efetuada no âmbito dos seguintes fóruns, que contam com a presença do Conselho de Administração da ARM, S.A.:

- Reuniões semanais do Conselho de Administração;
- Reuniões periódicas de acompanhamento do desempenho entre o Conselho de Administração e os Gestores de Topo e Gestores Intermédios.

São também identificados nos diversos documentos que reportam as principais atividades da empresa, nomeadamente:

- Relatórios de desempenho operacional elaborados pela gestão de topo e intermédia;
- Relatórios Ambientais e Relatórios de Monitorização, incluindo os elaborados no âmbito das licenças e que são periodicamente remetidos às entidades competentes;
- Relatório e Contas do exercício.

Mais recentemente, assume especial preocupação o surto do novo Coronavírus (COVID-19), declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia internacional, tendo sido efetuada nota sobre o mesmo no capítulo 6 relativo à Análise dos Indicadores Económico-Financeiros.

Componente Económica

A integração dos diversos sistemas de águas e de resíduos num único sistema de abrangência multimunicipal gerido pela ARM, S.A., com ambos os regimes de gestão de alta e de baixa, a partir de 2015, impôs uma reorganização dos serviços, visando a potenciação de economias de escala, gama e de processos, por via da redução dos custos e a afetação mais racional e eficiente dos recursos humanos e materiais.

O referido modelo consubstanciou não só a resposta a especificidades próprias da Região Autónoma da Madeira, mas também é uma solução regional que é coerente com a legislação nacional que preconiza a integração territorial e organizacional da gestão destas várias áreas ambientais.

Nestes termos, os custos dos serviços/produtos prestados pela ARM, S.A., assumem uma constante e fulcral preocupação da organização, já que este aspeto, entre outros, apresenta uma influência direta na sustentabilidade económico-financeira da empresa.

Os custos destes serviços públicos de carácter estrutural traduzem uma condição fundamental para o estabelecimento de um sistema tarifário equitativo que reflita os custos, de forma a proporcionar maior sustentabilidade e transparência, em consonância com os princípios definidos nos regimes legais aplicáveis, sendo, desta forma, uma questão transversal às diversas partes interessadas.

No caso dos clientes, o acesso económico aos serviços passa pelo estabelecimento de tarifários compatíveis com a sua capacidade económica, monitorizadas através de indicadores de acessibilidade macroeconómica, por exemplo com a existência de tarifa volumétrica com escalões progressivos ou a existência de um tarifário familiar para famílias numerosas.

Salienta-se, por último, que os setores de atividade desenvolvidos pela organização apresentam sérios riscos de envelhecimento infraestrutural, com elevados custos de manutenção, encontrando-se em curso um elevado volume de investimento para beneficiação de diversas infraestruturas.

Para garantir a viabilidade económica e financeira da ARM, S.A., é necessário prosseguir a trajetória de atualização tarifária média aprovada (e anexa ao contrato de concessão) por forma a assegurar a recuperação de custos e a prestação dos serviços com maior qualidade.

10.6.1.1 Políticas, práticas e proporções de Pagamento a fornecedores

Na ARM, S.A., as políticas e práticas com fornecedores encontram-se subordinadas ao previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor, adaptado à Região através do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação em vigor, que colocam especial enfoque nos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência.

Quadro 10.6.2 – Pagamentos a fornecedores em 2019 (valores com IVA)

Gastos com Fornecedores	2019
Madeira	29 547 508,40 €
Continente	7 233 070,93 €
Açores	161 138,93 €
União Europeia	149 130,50 €
TOTAL	37 090 848,76 €

Em 2019, a ARM, S.A., efetuou transações com um total de 658 fornecedores.

As políticas e procedimentos de seleção e de avaliação dos fornecedores da ARM, S.A., em matérias como âmbito geográfico, avaliação ambiental, práticas laborais, direitos humanos e, ou impactos na sociedade encontram-se em conformidade com a regulamentação vigente, designadamente a subjacente à contratação pública.

No período em análise não ocorreram alterações significativas ao nível da cadeia de fornecedores da ARM, S.A.,.

10.6.1.2 Combate à Corrupção

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCCIC) da ARM, S.A., encontra-se divulgado por todos as Direções e Serviços, tendo em vista a sua correta implementação e permite um conhecimento acrescido das temáticas relativas à prevenção da corrupção e as medidas a implementar para a sua prevenção e mitigação dos riscos associados.

De salientar que o PGRCCIC é alvo de monitorização, sendo revisto e complementado periodicamente de modo a incorporar novos riscos que sejam detetados e medidas preventivas que em face dos novos riscos ou em resultado da monitorização se justifiquem, procedendo-se à elaboração de um relatório anual sobre a execução do PGRCCIC.

Os elementos referidos nos parágrafos anteriores são também remetidos ao Tribunal de Contas, nos termos da legislação vigente

10.6.2 Componente Ambiental

As questões ambientais são para a ARM, S.A., um aspeto de primordial importância e de abordagem sistemática, dado que todas as atividades desenvolvidas pela ARM, S.A., visam a prestação de serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral das populações e tendo sempre presente a proteção do ambiente.

No **setor das águas** as questões materiais consideradas mais significativas para a organização dizem respeito a:

- Impactos sobre as Origens de Água
- Disponibilidade dos Recursos Hídricos
- Qualidade da água para consumo humano

A proteção dos sistemas de abastecimento de água, incluindo os impactos sobre as origens e a disponibilidade dos recursos hídricos, constituem um aspeto fulcral para a ARM, S.A., e para a própria sustentabilidade da Região Autónoma da Madeira. Estas preocupações para além de estarem refletidas nas variadas opções de gestão da empresa encontram-se presentes na definição de estratégias da ARM, S.A..

A disponibilidade hídrica para utilização na rega constitui também um aspeto específico e significativo para a empresa, dada a importância da atividade agrícola na Região, essencialmente nos contextos cultural e de subsistência de vários agregados familiares, embora assumindo uma preponderância cada vez mais relevante no contexto económico e produtivo regional.

A gestão da água para regadio no arquipélago que é assegurada pela ARM, S.A., apresenta, atualmente, algumas dificuldades de gestão, derivadas nomeadamente da menor disponibilidade de água para rega, devido à maior transferência de volumes para o abastecimento público e à maior frequência de períodos de seca, decorrentes das alterações climáticas.

De facto, a vulnerabilidade da RAM, pelas suas características climáticas e hidrogeomorfológicas, às alterações climáticas, é um fator limitante e determinante para a disponibilidade dos recursos hídricos na Ilha da Madeira. É quando a precipitação é mais escassa e quando há maior radiação solar e temperaturas mais elevadas, que os usos, consumos e maiores necessidades de água se fazem sentir com mais expressão (a necessidade de água para o regadio agrícola cresce exponencialmente durante os meses de verão, coincidindo com uma maior pressão por parte do abastecimento de água às populações, quer residentes, quer turistas).

Criar reservas estratégicas de água, usá-las de forma eficiente e conciliar as necessidades dos seus diferentes utilizadores são condições essenciais para a boa gestão dos recursos hídricos em ambiente de escassez.

Paralelamente ao incremento da disponibilidade, assume uma enorme importância a eficiência do uso da água, a recuperação de sistemas e a criação de alternativas.

A qualidade de água para consumo humano, é prioritária e da máxima relevância nas atividades de gestão da água desenvolvidas pela ARM, S.A., não fosse este um serviço público essencial nas sociedades modernas, essencial ao bem-estar dos cidadãos e à saúde pública.

A água para consumo humano distribuída pela ARM, S.A., é sistematicamente analisada pelo Laboratório Regional da Qualidade da Água, o qual se encontra acreditado, e se encontra no âmbito dos serviços tutelados pela ARM, S.A.. O controlo da qualidade da água para consumo humano é realizado de acordo com um Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), previamente aprovado pela Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente (DROTA), na qualidade de Autoridade Regional da Água, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro. O referido controlo incide vários parâmetros distintos para cada seção de amostragem, que atendem a valores limite especificados na legislação aplicável.

As análises realizadas e os resultados obtidos encontram-se melhor descritos nos capítulos 4.1.1 e 4.2.1 do presente Relatório e Contas.

Relativamente ao **setor dos resíduos** foram identificadas as “Quantidades de resíduos rececionados com potencial de valorização” e a “Qualidade dos materiais valorizados” como os principais e atuais aspetos materiais do setor.

A receção de resíduos na ARM, S.A., tem registado, nos últimos anos, uma tendência progressivamente crescente (especialmente após o período de crise generalizado que a Região e o País atravessaram) invertendo um ciclo de sucessivas reduções que se verificou nos anos de crise económico e financeira que ameaçava, a manter-se por vários anos, a comprometer as economias de escala na empresa e, conseqüentemente, a eficiência e a sustentabilidade do sistema de gestão de resíduos.

Foram dinamizadas campanhas de promoção, junto dos cidadãos, de boas práticas ambientais em matéria de gestão de resíduos, nomeadamente através da execução de vários projetos de informação e sensibilização ambiental com especial enfoque para a devida separação multimaterial. A prevenção e a devida separação de resíduos pelos cidadãos são, de facto, fatores determinantes para uma correta prevenção e gestão de resíduos, de acordo com o princípio da hierarquia dos resíduos, nomeadamente a prevenção, a reutilização, a reciclagem, a valorização energética e o aterro sanitário, influenciando, desta forma, as quantidades de resíduos encaminhados para tratamento ou destino final adequado e, conseqüentemente, os investimentos das infraestruturas.

A qualidade dos materiais valorizados pela ARM, S.A., constitui outro aspeto material considerado relevante para a empresa. Esta encontra-se estreitamente relacionada com as “Quantidades de resíduos rececionados com potencial de valorização”, bem como com a eficiência das unidades de gestão e de valorização de resíduos.

Neste sentido, têm vindo a ser adotadas medidas tendente à otimização do sistema de triagem de resíduos de embalagens através da instalação de vários equipamentos mecânicos, que tem por objetivo a melhoria de desempenho do atual sistema, reduzindo a percentagem de rejeitados e o conseqüente aumento da taxa de reciclagem.

Ainda na vertente ambiental, a energia revela-se uma questão fundamental. Efetivamente a dependência de combustíveis fósseis, não renováveis, para sistemas energéticos, acarreta custos adicionais devido ao transporte marítimo e à pequena dimensão do território insular, para além dos impactes ambientais associados.

Nesta matéria, a ARM, S.A., tem vindo a potenciar a produção de energia elétrica para autoconsumo ou venda à Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A., através do aproveitamento gerado nas suas infraestruturas de água, nomeadamente da mini-hídrica da Terça, e de resíduos, através do aproveitamento do vapor gerado na incineração de resíduos. A energia produzida através destas fontes não poluentes encontra-se identificada, respetivamente, nos capítulos 4.1.2 e 4.5.5 do presente relatório. Contudo, o recurso a furos de captação para assegurar o abastecimento de água à população e as consequentes necessidades de bombagem de água implicam um elevado consumo de energia elétrica.

10.6.2.1 Materiais

Nas atividades de gestão de águas e resíduos desenvolvidas pela ARM, S.A., são consumidos uma diversidade de materiais.

Os principais consumos associados à gestão da água para abastecimento público correspondem, essencialmente, no caso da gestão em alta, a reagentes e outros produtos químicos auxiliares do tratamento da água, e no caso da gestão em baixa, a tubagem diversa, desinfetantes de água e materiais inertes.

O consumo de materiais associados ao setor do regadio envolvem, fundamentalmente, materiais afetos à manutenção e, ou à beneficiação dos canais de regadio (levadas) da Região.

Atualmente, a gestão de águas residuais realizada pela ARM, S.A., implica consumos mínimos de materiais, quer na gestão em alta quer em baixa.

Na gestão de resíduos são consumidos diversos reagentes e produtos químicos nos vários processos de gestão, designadamente o processo de incineração de resíduos (que inclui o subprocesso do tratamento de gases e de tratamento de água de processo), o tratamento de águas lixiviantes, o confinamento técnico, a transferência e a triagem.

10.6.2.2 Energia

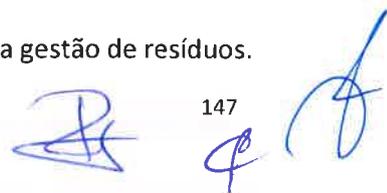
O consumo de energia apresenta impactos significativos no desempenho das organizações, uma vez que tem efeitos diretos nos custos operacionais e na eficiência energética das empresas. A escolha das fontes de energia introduz também consequências na pegada ambiental das instituições, nomeadamente ao nível das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e das alterações climáticas.

Na ARM, S.A., a utilização da energia constitui um fator determinante para o seu desempenho, variando consideravelmente as fontes e os consumos consoante os setores de negócio.

A principal forma de energia consumida pela organização corresponde à energia elétrica, seguindo-se o gásóleo e, com menor expressividade, a gasolina.

A maior parte do consumo de energia elétrica na ARM, S.A., está associado ao setor da gestão de água para abastecimento público devido, fundamentalmente, à elevação da água por bombagem e ao tratamento da água. Neste âmbito, a ARM, S.A., faz uma gestão otimizada dos consumos de energia dos sistemas elevatórios no seu sistema de Telegestão (maximizando as bombagens no período de vazio).

O consumo de energia elétrica assume também importante representatividade na gestão de resíduos.



A Estação de Tratamentos de Resíduos sólidos da Meia Serra (ETRS) terminou o anterior ARCE (Acordo de Racionalização dos Consumos Energéticos) no final de 2017, sendo que em 2019, realizou a auditoria energética para a submissão do novo PReN (Plano de Racionalização do Consumo de Energia). De acordo com SGCIE (Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia), esta instalação não está no âmbito do referido sistema, uma vez que o somatório da energia adquirida pela instalação em 2018, foi inferior a 500 tep.

Ainda assim, esta concessionária de serviço público optou por manter-se voluntariamente no SGCIE, tendo contratado a realização da Auditoria Energética, que foi realizada no início de outubro.

Por dificuldades que se pretenderam com a necessidade de mais tempo por parte da entidade auditora para estudar algumas medidas de eficiência energética/redução de consumos mais complexas, que envolvem a recuperação de energia térmica para produção de energia elétrica para autoconsumo e a falta de resposta em tempo útil dos fornecedores destes sistemas para a elaboração dos estudos em causa, a ARM solicitou o adiamento da entrega do PReN, sendo que se atualizará o ano de referência da auditoria para 2019.

É de referir que a instalação apresentou em 2019 um perfil de consumo energético semelhante ao de 2018, prevendo-se que o somatório das formas de energia adquiridas seja inferior a 500 tep. Ainda assim, pretendemos manter-nos no SGCIE.

No que concerne à utilização do gasóleo concentra-se, sobretudo, no uso em viaturas, nomeadamente o consumo do combustível nas viaturas pesadas afetas à recolha e à transferência de resíduos. É ainda consumido gasóleo no processo de incineração de resíduos como combustível auxiliar e em diversos equipamentos operacionais.

Como já referido, a ARM, S.A., tem vindo a potenciar a produção de energia elétrica para autoconsumo ou venda à Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.

Atualmente, a produção de energia hidroelétrica da empresa é realizada na Central Mini-Hídrica da Terça, associada ao Aproveitamento dos Tornos, e vendida à Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM). A potência desta instalação é de 0,7 MW, que aproveita o elevado desnível geométrico existente no sistema de abastecimento de água potável sob a gestão da ARM, S.A..

A incineração de resíduos sólidos urbanos, incluindo a incorporação de resíduos silvícolas na ETRS da Meia Serra faz-se com aproveitamento energético, que corresponde, em média a 92% da energia renovável produzida pela organização. Da energia que é produzida a partir dos resíduos silvícolas, cerca de 75% é vendida à rede e a parte remanescente é utilizada no autoconsumo da instalação de incineração.

A ARM, S.A., tem previsto, no curto-médio prazo, a redução do seu consumo energético, designadamente através das seguintes ações:

- Requalificação das Instalações do Sistema Elevatório dos Socorridos, através da instalação de novos motores elétricos mais eficientes e de variadores de frequência nos furos de captação, permitindo a otimização do caudal de exploração, obtendo-se vantagens não só ao nível do rendimento conjunto das bombas submersíveis e elevatórias, que se traduzem diretamente no aumento das eficiências elétricas e hidráulicas e, conseqüentemente, na redução do consumo energético, mas também em melhorias ao nível operacional e na preservação dos recursos hídricos regionais. A primeira fase do projeto, nomeadamente a reformulação da Estação Elevatória dos Socorridos, já está em execução no terreno.

- Construção de diversas micro e mini-hídricas associadas aos Sistemas Adutores da Zona Sudeste, Oeste, Câmara de Lobos, Funchal, dos Fins Múltiplos dos Socorridos, com vista à promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis, associadas ao potencial hidroenergético endógeno dos Sistemas de Abastecimento público, sob a gestão da ARM, S.A., reduzindo, assim a dependência energética, em alinhamento com o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER). A concretização das diversas mini-hídricas, faseadas no tempo, deverá incrementar o valor de produção anual de energia, a curto médio prazo, em cerca de 3.9GWh.
- Aquisição e montagem de um sistema de trituração multimateriais de modo a que o produto final possa ser valorizado através da compostagem e,ou energeticamente na instalação de incineração.

10.6.2.3 Água

Grande parte das atividades da ARM, S.A., alicerçam-se na gestão da água, nomeadamente a captação de água de origens subterrânea e,ou superficiais, o tratamento, a armazenagem, o transporte, o aproveitamento hidroenergético, o regadio e, no caso dos municípios aderentes, a distribuição da água até ao consumidor final.

Assim, a utilização sustentável da água constitui um princípio fundamental da gestão da organização, e do ciclo hídrico dentro da empresa.

As atividades de gestão da água desenvolvidas pela organização não envolvem utilizações significativas de água, registando-se apenas algum consumo associado a instalações sanitárias, balneários, refeitórios, laboratório, e outras utilizações de suporte.

Conforme evidenciado no ponto 4.2.1 deste documento, a distribuição de água em baixa para consumo humano regista uma percentagem de água não faturada da ordem dos 69%.

As perdas e fugas de água nos sistemas de abastecimento da ARM, S.A., (gestão em baixa) resultam, essencialmente, da antiguidade e precaridade das redes de abastecimento, enquanto que a perdas existentes na captação e tratamento da água dependem, substancialmente, da eficiência dos processos de tratamento e, portanto, muito difíceis de minimizar.

As perdas e,ou fugas de água constituem uma preocupação constante e muito presente da empresa, fazendo-a refletir na estratégia adotada pela ARM, S.A., para o curto-médio-prazo, através da aquisição de equipamentos de medição e monitorização, da promoção de programas de monitorização de perdas e fugas de água nos sistemas de abastecimento e da implementação de projetos de redução de perdas nos municípios que registam maiores percentagem de perdas, nomeadamente Ribeira Brava e Câmara de Lobos (Zona Oeste) e Santana e Machico (Zona Leste).

Está em curso um investimento significativo de substituição de mais de 100 quilómetros de redes de abastecimento nos 5 municípios aderentes.

No que respeita às águas residuais, destaca-se o reaproveitamento de águas residuais urbanas tratadas na ETAR da Ponta, no Porto Santo, sendo utilizada para o regadio do campo de golfe da ilha. Em 2019 foram fornecidos, para o efeito, um volume de 398.181 m³ de água residual tratada, o que corresponde a 97% das necessidades totais de regadio do Campo de Golfe do Porto Santo.

10.6.3 Componente Social

Na vertente social, destacam-se dois aspetos considerados mais relevantes para a organização:

- A educação e a sensibilização ambiental direcionadas para a comunidade;
- As condições de trabalho e formação dos colaboradores.

A **educação e a sensibilização de temáticas ambientais** constituem um desafio contínuo e gratificante para a ARM, S.A., apresentando claros reflexos do esforço e empenho desenvolvido junto de diversos grupos sociais, no que diz respeito ao uso sustentável dos recursos e à proteção do ambiente.

Este empenho assume também um cariz cultural além de social, salientando-se a parceria da organização em atividades com os atores locais ou institucionais. Para uma descrição pormenorizadas das ações empreendidas, vide o capítulo 4.9 acima.

No que se refere às condições de trabalho e formação dos colaboradores, deu-se uma especial atenção e prioridade às temáticas de saúde e segurança no trabalho, com o objetivo de prevenir e evitar os acidentes de trabalho e o aparecimento de doenças profissionais. Promoveu-se ainda a segurança e a saúde no trabalho com a realização de reuniões periódicas com os Representantes da Segurança e Saúde no Trabalho.

A formação e o crescimento profissional do capital humano são cada vez mais uma preocupação da ARM, S.A.. A formação contínua e a melhoria das qualificações dos colaboradores refletem-se diretamente na melhoria do desempenho profissional, com ganhos diretos para a organização e para a evolução individual.

10.6.3.1 Relações Laborais

As relações laborais entre os trabalhadores e a ARM, S.A., são reguladas por vários instrumentos contratuais aplicáveis consoante a tipologia de vínculo a que os colaboradores estão adstritos.

Assim, para além do estipulados nos respetivos contratos de trabalho ou acordos de cedência de interesse público, dada a sua estruturação e natureza jurídica específicas, as relações laborais na ARM, S.A., cumprem com o estabelecido na legislação laboral vigente, regendo-se pela:

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, no que se refere aos trabalhadores com vínculo de emprego público que tenham vindo a exercer funções na ARM, S.A., ao abrigo de acordo de cedência de interesse público celebrado até o dia 31 de julho de 2014;
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprovou o Código do Trabalho (artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/M, de 16 de dezembro), no que se refere aos restantes colaboradores do quadro da empresa.

De salientar que em 2019 entrou em vigor um Acordo de Empresa celebrado com as três estruturas sindicais mais representativas dos colaboradores, a que aderiu depois um outro sindicato. Com a publicação da Portaria de Extensão do Acordo de Empresa, a sua aplicação estendeu-se à globalidade dos trabalhadores privados da ARM, S.A., o que constitui um fator essencial à estabilidade e uniformização das relações laborais. Nestes termos, cerca de 71% do quadro de pessoal, com referência a 31.12.2019, passam a estar abrangidos por Convenções Coletivas de Trabalho.

A empresa dispõe de um Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIGAD), o qual permite a progressão na carreira dos colaboradores da ARM, S.A.,.

Refira-se que qualquer notificação aos trabalhadores no âmbito da alteração de aspetos relevantes das condições de trabalho é efetuada nos prazos legalmente estipulados, cumprindo-se escrupulosamente a legislação, sendo igualmente salvaguardados os direitos e mecanismos de defesa dos trabalhadores.

10.6.3.2 Segurança e Saúde no Trabalho

A ARM, S.A., promove a implementação de medidas e ações que visam garantir que o desenvolvimento da sua atividade se efetua em conformidade com os requisitos legais de segurança e saúde do Trabalho, fomentando ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

Em 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool e Substâncias Psicotrópicas o qual visa a sensibilização, prevenção, dissuasão e controlo do consumo de álcool e substâncias psicotrópicas em todos os meios laborais sob responsabilidade da ARM, tendo como finalidade a proteção e segurança de todas as pessoas, sejam trabalhadores da ARM ou terceiros, e bens.

Para a implementação deste Regulamento foram contratados os serviços externos necessários de saúde no trabalho. Previamente à realização dos testes de controlo do álcool e substâncias psicotrópicas, deu-se início ao desenvolvimento pelo médico do trabalho de ações de sensibilização/esclarecimento, tendo sido realizadas 5 ações em 2019.

Em 2019 ocorreram 81 acidentes de trabalho dos colaboradores da ARM, dos quais 46 (56,8%) resultaram em baixa dos colaboradores, representando um total de 1853 dias perdidos.

Os principais tipos de lesões registados na ARM corresponderam a “outros tipos de deslocamentos, entorses e distensões” (16%), “entorses e distensões” (14,8%) e “tipo de lesão desconhecido ou não especificado” (14,8%).

10.6.3.3 Diversidade e Igualdade de Oportunidades

A igualdade de oportunidades é para a ARM, S.A., um princípio básico do seu desempenho e do seu posicionamento institucional, não havendo, por isso, lugar à discriminação relativamente à idade, sexo, estado civil, raça, capacidade de trabalho reduzida, religião, entre outros, para com os colaboradores.

A composição do capital humano da ARM, S.A., caracteriza-se por uma prevalência significativa dos homens sobre as mulheres (84% da massa corporativa são homens), fruto da especificidade de algumas das atividades desenvolvidas na empresa, tais como a gestão de água para regadio, a gestão de água e dos resíduos (em baixa) onde, em média, o género masculino representa em mais de 90% dos colaboradores adstritos a essas atividades.

De salientar que:

- O Conselho de Administração da ARM, S.A., é constituído por 3 membros, todos do sexo masculino;
- A mesa da Assembleia Geral da ARM, S.A., igualmente constituída por 3 membros, engloba o Presidente e um secretário, do sexo masculino (66,7%) e 1 secretário, do sexo feminino (33,3%).

Já no que respeita à Gestão de Topo e Gestão Intermédia, verifica-se que existem 22 gestores do sexo masculino (65%) e 12 gestores do sexo feminino (35%), verificando-se, assim, uma maior preponderância do sexo masculino.

Importa referir que são garantidos todos os direitos legalmente consagrados aos colaboradores, designadamente os relativos à proteção na parentalidade e à assistência a menores independentemente do género do trabalhador.

Ainda no âmbito da promoção da igualdade, verifica-se que a remuneração entre géneros para as mesmas categorias profissionais é igual entre homens e mulheres, não se verificando assim qualquer tipo de discriminação em função do género do trabalhador.

10.6.3.4 Saúde e Segurança do Cliente

A Saúde e Segurança do Cliente constitui uma prioridade para a organização nas suas diferentes áreas de atividade e competências.

- **Fornecimento de água para consumo humano**

Tal como explicitado nos capítulos 4.1.1 e 4.2.1 do presente relatório, garantir a qualidade da água desde as origens/captações até à torneira do consumidor é uma das principais preocupações da ARM, S.A., nos sistemas sob a sua gestão.

O Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, que regulamenta a qualidade da água para consumo humano, estabelece a periodicidade de amostragem de acordo com a população servida, e as normas de qualidade para cada parâmetro cujo controlo é obrigatório.

Nestes termos, qualquer incumprimento de valor paramétrico é sujeito, para além da comunicação obrigatória às autoridades competentes, a um processo de averiguação com vista à identificação e análise das causas potencialmente relacionadas com a não conformidade detetada e definição de eventuais medidas corretivas e/ou preventivas para a sua resolução.

- **Gestão de águas residuais**

A gestão das águas residuais urbanas é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, na sua atual redação, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1991, relativamente à recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas no meio aquático, pelo anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, na sua atual redação, e pelo disposto nas licenças de rejeição de águas residuais geridas pela ARM, S.A.,.

Nestes termos, as inconformidades relativas ao impacto da gestão de águas residuais na saúde e segurança do cliente, durante o seu ciclo de vida, encontram-se asseguradas pela verificação e cumprimento da norma legal acima evidenciada.

- **Gestão de resíduos**

O Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime geral da gestão de resíduos, tem por objeto a prevenção ou redução da produção de resíduos, o seu carácter nocivo e os impactes adversos decorrentes da sua produção e gestão, bem como a diminuição dos impactes associados à utilização dos recursos, de forma a melhorar a eficiência da sua utilização e a proteção do ambiente e da saúde humana.

Deste modo, a conformidade na saúde e segurança do cliente dos eventuais impactos advenientes da gestão de resíduos, durante o seu ciclo de vida, é assegurada pelo cumprimento do referido Decreto-Lei.

10.7 Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira

No Quadro 9.7.1, é apresentado o sumário do conteúdo da demonstração não financeira, que aborda alguns dos aspetos materiais que refletem os impactos económicos, ambientais e sociais mais significativos para a organização e respetivos limites, no período compreendido entre 1 de janeiro e

31 de dezembro de 2019, enquadrando os temas apresentados com as orientações da Global Reporting Initiative (GRI).

De referir que, no exercício de 2019 não foi comunicada à Administração da ARM, S.A., através dos canais para o efeito disponíveis, qualquer ocorrência relacionada com matérias respeitantes a direitos humanos, corrupção e tentativas de suborno, pelo que não existem indicadores a reportar a este respeito.

Quadro 10.7.1 – Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira

Secção	Subsecção	# Informação	Temas da Informação Incluída	Localização no relatório
GRI 100: Indicadores Universais				
102: Informação geral				
		102-1	Nome da organização	cap 2 - A empresa
		102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	cap 4 - Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio
		102-3	Localização da sede da organização	cap 2 - A empresa
		102-4	Localização das atividades	cap 4 - Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio
		102-5	Tipo e natureza jurídica da organização	cap 2 - A empresa
		102-6	Mercados abrangidos	cap 4 - Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio
		102-7	Escala da organização	cap 3.2 - Capital Humano cap 4 - Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio cap 6 - Análise dos indicadores económico-financeiros
		102-8	Informação sobre os colaboradores e outros trabalhadores	cap 3.2 - Capital Humano
		102-9	Cadeia de fornecedores	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
		102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
		102-11	Abordagem ou princípio de precaução	cap 9.2 - Principais Impactos, Riscos e Oportunidades
		102-12	Iniciativas externas	cap 9.1 - Orientações Estratégicas
		102-13	Participação em associações	cap 9.1 - Orientações Estratégicas
		102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	cap 9.2 - Principais Impactos, Riscos e Oportunidades
		102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	cap 9.3 - Valores, princípios e normas de comportamento
		102-18	Estrutura de governo da organização	cap 2 - A empresa
		102-25	Conflitos de interesse	cap 9.3 - Valores, princípios e normas de comportamento
		102-35	Políticas de remuneração	cap 9.4 - Política de Remunerações
		102-36	Processos para determinar remunerações	cap 9.4 - Política de Remunerações
		102-40	Lista de Partes Interessadas da organização	cap 9.5 - Partes Interessadas
		102-41	Acordos coletivos de trabalho	cap 9.6.3.1 - Relações Laborais
		102-42	Identificar e selecionar as Partes Interessadas	cap 9.5 - Partes Interessadas
		102-43	Abordagem para o envolvimento das Partes Interessadas	cap 9.5 - Partes Interessadas
		102-46	Definição do conteúdo e dos limites temáticos do relatório	cap 9 - Demonstração não financeira
		102-47	Lista de temas materiais	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social
		102-50	Período de reporte	cap 9 - Demonstração não financeira
		102-52	Ciclo de reporte	cap 9 - Demonstração não financeira
103: Abordagem de gestão				
		103-1	Tema material e âmbito	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social
		103-2	Abordagem de gestão e suas componentes	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social
		103-3	Avaliação da abordagem de gestão	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social

Quadro 10.7.1 (cont.) – Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira

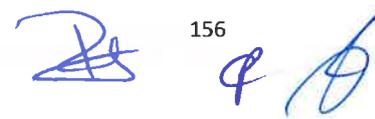
Secção	Subsecção	# Informação	Temas da Informação Incluída	Localização no relatório
GRI 200: Económicos				
	201: Desempenho Económico			
	201-1		Valor económico direto gerado e distribuído	cap 6 - Análise dos indicadores económico-financeiros
	201-4		Assistência financeira do Estado	cap 6 - Análise dos indicadores económico-financeiros
	204: Práticas de Aquisição			
	204-1		Proporção de custos com os fornecedores locais	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
	205: Anticorrupção			
	205-1		Atividades analisadas quanto aos riscos relacionados com corrupção	cap 9.6.1.2 - Combate à Corrupção
GRI 300: Ambientais				
	301: Materiais			
	301-1		Materiais usados em peso ou volume	cap 9.6.2.1 - Materiais
	302: Energia			
	302-1		Consumo de energia dentro da organização	cap 9.6.2.2 - Energia
	303: Água			
	303-1		Água como recurso partilhado	cap 9.6.2.3 - Água
	308: Análise ambiental dos fornecedores			
	308-1		Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
GRI 400: Sociais				
	401: Emprego			
	401-1		Novos colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores	cap 3.2 - Capital Humano
	402: Relações laborais			
	402-1		Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais	cap 9.6.3.1 - Relações Laborais
	403: Saúde e segurança no trabalho			
	403-1		Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
	403-5		Treinamento de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
	403-6		Promoção da saúde do trabalhador	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
	403-7		Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligado por relações comerciais	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
	403-8		Trabalhadores abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
	403-9		Lesões relacionadas com o trabalho	cap 9.6.3.2 - Segurança e Saúde no Trabalho
	404: Educação e formação			
	404-1		Média de horas de formação, por ano, por colaborador	cap 3.2 - Capital Humano
	405: Diversidade e igualdade de oportunidades			
	405-1		Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores	cap 3.2 - Capital Humano cap 9.6.3.3 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades
	413: Comunidades locais			
	413-1		Operações com programas de envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento local	cap 4.9 - Atividades de Comunicação e Sensibilização
	414: Análise social dos fornecedores			
	414-1		Novos fornecedores que foram avaliados em critérios sociais	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
	416: Saúde e segurança dos consumidores			
	416-2		Episódios de não-conformidade relativos aos impactes dos produtos e serviços na saúde e na segurança	cap 4.1.1 - Abastecimento de Água em Alta cap 4.2.1 - Abastecimento de Água em Baixa

Secção	Subsecção	# Informação	Temas da Informação Incluída	Localização no relatório
		102-52	Ciclo de reporte	cap 9 - Demonstração não financeira
	103: Abordagem de gestão			
		103-1	Tema material e âmbito	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social
		103-2	Abordagem de gestão e suas componentes	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social
		103-3	Avaliação da abordagem de gestão	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social

Quadro 10.7.1 (cont.) – Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira

Secção	Subsecção	# Informação	Temas da Informação Incluída	Localização no relatório
GRI 200: Económicos				
	201: Desempenho Económico			
		201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	cap 6 - Análise dos indicadores económico-financeiros
		201-4	Assistência financeira do Estado	cap 6 - Análise dos indicadores económico-financeiros
	204: Práticas de Aquisição			
		204-1	Proporção de custos com os fornecedores locais	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
	205: Anticorrupção			
		205-1	Atividades analisadas quanto aos riscos relacionados com corrupção	cap 9.6.1.2 - Combate à Corrupção
GRI 300: Ambientais				
	301: Materiais			
		301-1	Materiais usados em peso ou volume	cap 9.6.2.1 - Materiais
	302: Energia			
		302-1	Consumo de energia dentro da organização	cap 9.6.2.2 - Energia
	303: Água			
		303-1	Água como recurso partilhado	cap 9.6.2.3 - Água
	308: Análise ambiental dos fornecedores			
		308-1	Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
GRI 400: Sociais				
	401: Emprego			
		401-1	Novos colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores	cap 3.2 - Capital Humano
	402: Relações laborais			
		402-1	Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais	cap 9.6.3.1 - Relações Laborais
	403: Saúde e segurança no trabalho			
		403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-5	Treinamento de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-6	Promoção da saúde do trabalhador	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligado por relações comerciais	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-8	Trabalhadores abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-9	Lesões relacionadas com o trabalho	cap 9.6.3.2 - Segurança e Saúde no Trabalho
	404: Educação e formação			
		404-1	Média de horas de formação, por ano, por colaborador	cap 3.2 - Capital Humano
	405: Diversidade e igualdade de oportunidades			
		405-1	Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores	cap 3.2 - Capital Humano cap 9.6.3.3 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades
	413: Comunidades locais			

Secção	Subsecção	# Informação	Temas da Informação Incluída	Localização no relatório
		413-1	Operações com programas de envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento local	cap 4.9 - Atividades de Comunicação e Sensibilização
		414: Análise social dos fornecedores		
		414-1	Novos fornecedores que foram avaliados em critérios sociais	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
		416: Saúde e segurança dos consumidores		
		416-2	Episódios de não-conformidade relativos aos impactes dos produtos e serviços na saúde e na segurança	cap 4.1.1 - Abastecimento de Água em Alta cap 4.2.1 - Abastecimento de Água em Baixa



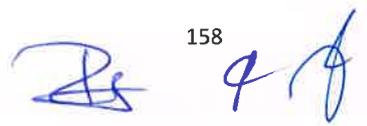


ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Demonstrações Financeiras



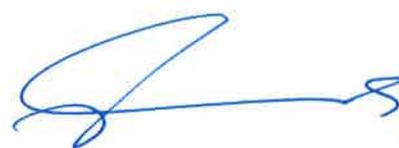
PÁGINA INTENCIONALMENTE
DEIXADA EM BRANCO



Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/19	31/dez/18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9.1	1 140 153,97	1 184 463,73
Ativos intangíveis	10	269 654 044,48	278 606 242,48
Clientes	17.2	1 241 298,78	2 596 609,05
Créditos a receber	19.2	5 570 271,21	12 744 568,87
Ativos por impostos diferidos	15.3	9 284 257,48	7 430 427,14
		286 890 025,92	302 562 311,27
Ativo corrente			
Inventários	12.1	3 334 412,51	3 084 608,51
Clientes	17.1	24 587 949,72	22 421 578,77
Estado e outros entes públicos	22	0,00	217 743,49
Outros créditos a receber	19.1	39 998 464,17	32 951 039,48
Diferimentos	23	296 771,85	250 496,67
Caixa e depósitos bancários	6	20 899 488,05	24 695 971,04
		89 117 086,30	83 621 437,96
Total do Ativo		376 007 112,22	386 183 749,23
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	21.2	19 705 500,00	19 705 500,00
Reservas legais		3 941 100,00	3 319 180,76
Outras reservas		4 317 654,16	3 297 150,09
Resultados transitados		12 698 017,77	12 698 017,77
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	14.2	110 207 774,50	107 146 903,36
		3 385 120,90	1 642 423,31
Total do capital próprio		154 255 167,33	147 809 175,29
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	162 529 588,38	181 346 514,30
Financiamentos obtidos	7	9 080 000,00	10 642 500,00
Outras dívidas a pagar	20.2	30 975 641,52	30 115 335,15
		202 585 229,90	222 104 349,45
Passivo corrente			
Fornecedores	18	3 214 835,20	2 810 479,04
Adiantamentos de clientes		13 637,59	20 081,58
Estado e outros entes públicos	22	2 013 416,45	718 219,60
Financiamentos obtidos	7	5 837 500,00	7 254 168,63
Outras dívidas a pagar	20.1	7 935 356,41	5 356 040,56
Diferimentos	23	151 969,34	111 237,08
		19 166 714,99	16 270 224,49
Total do passivo		221 751 944,89	238 374 573,94
Total do capital próprio e do passivo		376 007 112,22	386 183 749,23


 João Pedro Costa

Entidade: ARM - Aguas e Residuos da Madeira, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETARIA (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	13.	37 765 270,32	34 867 071,75
Subsidios à exploração	14.1.	3 466 190,08	3 112 911,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.2.	-2 599 144,80	-2 638 980,74
Fornecimentos e serviços externos	24.	-10 821 649,87	-10 099 310,47
Gastos com o pessoal	25.	-15 415 061,09	-15 119 168,95
Imparidade das dividas a receber (perdas/reversões)	11.1.	-2 389 149,45	-1 289 773,07
Provisões (aumentos/reduções)	16.	503 181,88	-784 990,22
Outros rendimentos	27.	5 991 119,06	6 439 279,81
Outros gastos	26.	-972 107,12	-755 373,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 528 649,01	13 731 665,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9./10.	-10 818 223,44	-10 814 752,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 710 425,57	2 916 913,60
Juros e rendimentos similares obtidos	28.	9 051,45	8 883,26
Juros e gastos similares suportados	28.	-17 070,56	-59 886,36
Resultado antes de impostos		4 702 406,46	2 865 910,50
Imposto sobre o rendimento do período	15.1.	-1 317 285,56	-1 223 487,19
Resultado líquido do período		3 385 120,90	1 642 423,31
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			



João Pedro Costa

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2019

UNIDADE MONETARIA (Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		19 705 500,00	3 319 180,76	3 297 150,09	12 698 017,77	107 146 903,36	1 642 423,31	147 809 175,29	147 809 175,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação do resultado do ano			621 919,24	1 020 504,07			-1 642 423,31	0,00	0,00
Novos subsídios ao investimento em 2019 /Acerto subsídios anos anteriores						9 561 301,82		9 561 301,82	9 561 301,82
Novos subsídios ao investimento em 2019 /Acerto subsídios anos anteriores - efeito fiscal						-2 097 749,64		-2 097 749,64	-2 097 749,64
Reconhecimento em resultados						-5 640 124,32		-5 640 124,32	-5 640 124,32
Reconhecimento em resultados - efeito fiscal						1 237 443,28		1 237 443,28	1 237 443,28
	7	0,00	621 919,24	1 020 504,07	0,00	3 060 871,14	-1 642 423,31	3 060 871,14	3 060 871,14
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						3 385 120,90	3 385 120,90	3 385 120,90
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							6 445 992,04	6 445 992,04
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								0,00	0,00
Realizações de capital								0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão								0,00	0,00
Distribuições								0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00	0,00
Outras operações								0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6+7+8+10	19 705 500,00	3 941 100,00	4 317 654,16	12 698 017,77	110 207 774,50	3 385 120,90	154 255 167,33	154 255 167,33



 João Pedro Gê

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018

UNIDADE MONETARIA (Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018		19 705 500,00	2 707 829,61	2 697 150,09	12 698 017,77	81 743 961,92	1 211 351,15	120 763 810,54	120 763 810,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação do resultado do ano			611 351,15	600 000,00			-1 211 351,15	0,00	0,00
Novos subsídios ao investimento em 2018 /Acerto subsídios anos anteriores	14.2					36 635 150,95		36 635 150,95	36 635 150,95
Novos subsídios ao investimento em 2018 /Acerto subsídios anos anteriores - efeito fiscal	14.2					-7 142 171,05		-7 142 171,05	-7 142 171,05
Reconhecimento em resultados	14.2					-5 300 036,88		-5 300 036,88	-5 300 036,88
Reconhecimento em resultados - efeito fiscal	14.2					1 209 998,42		1 209 998,42	1 209 998,42
	7	0,00	611 351,15	600 000,00	0,00	25 402 941,44	-1 211 351,15	25 402 941,44	25 402 941,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						1 642 423,31	1 642 423,31	1 642 423,31
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							27 045 364,75	27 045 364,75
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								0,00	0,00
Realizações de capital								0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão								0,00	0,00
Distribuições								0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00	0,00
Outras operações	10							0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6+7+8+10	19 705 500,00	3 319 180,76	3 297 150,09	12 698 017,77	107 146 903,36	1 642 423,31	147 809 175,29	147 809 175,29

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 João Pedro Gsh

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		33 071 970,22	35 719 679,30
Pagamento a Fornecedores		-11 838 898,38	-11 614 776,82
Pagamentos ao pessoal		-12 315 605,10	-11 739 520,70
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		8 917 466,74	12 365 381,78
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 008 062,63	-3 564 812,51
Outros recebimentos / pagamentos		536 671,54	441 104,23
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>		6 446 075,65	9 241 673,50
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-8 795,92
Activos intangíveis		-17 206 819,83	-11 815 520,82
Recebimentos provenientes de:			
Activos intangíveis		5 103,67	0,00
Subsídios ao investimento		9 955 733,54	16 689 146,44
Juros e rendimentos similares		9 667,13	8 739,99
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		-7 236 315,49	4 873 569,69
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	2 830 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 979 166,63	-4 395 833,34
Juros e gastos similares		-27 076,52	-80 772,37
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		-3 006 243,15	-1 646 605,71
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-3 796 482,99	12 468 637,48
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		24 695 971,04	12 227 333,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.	20 899 488,05	24 695 971,04

(1) - O euro, admitindo-se em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão em milhares de euros

The image shows three distinct handwritten signatures in blue ink, arranged vertically. The top signature is the most stylized, the middle one is more legible, and the bottom one appears to be a name followed by a flourish.



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

Certificação do Revisor e Relatório do Conselho Fiscal





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo – Avenida da Boavista, 1837 – 16º Andar
4100-133 Porto
Portugal
+351 22 010 23 00 / www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 376.007.112,22 euros e um total de capital próprio de 154.255.167,33 euros, incluindo um resultado líquido de 3.385.120,90 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Recuperabilidade de saldos a receber de municípios

Ver notas 4.3, 17 e 29 e política contabilística descrita na nota 4.2 f) do Anexo às demonstrações financeiras.

O Risco

Existem ações em curso contra a Entidade, ou tendo a Entidade como parte contra interessada, intentadas por municípios, que contestam: (i) a tarifa fixa de tratamento de resíduos sólidos em alta que vigorou entre 2006 e 2016; (ii) o tarifário de abastecimento de água alta que vigorou entre 2014 e 2016; e (iii) o tarifário dos serviços de águas e resíduos em alta de 2017. Os valores em dívida contestados pelos municípios ascendem a cerca de 17 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2019. Adicionalmente, não obstante não ter sido, até à data, apresentada qualquer ação de impugnação dos tarifários de 2018 e de 2019, existem valores faturados ao abrigo destes tarifários que não foram pagos por um dos municípios, no montante aproximado de 8 milhões de euros.

O processo de avaliação da recuperabilidade dos saldos a receber dos municípios que intentaram as referidas ações, assim como o eventual impacto dessa avaliação sobre o reconhecimento do rédito da componente contestada, envolve incertezas e elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.

Não obstante ter sido possível obter informação suficiente que permite corroborar a posição do Conselho de Administração de que não existe evidência objetiva de imparidade material destes valores a receber, subsiste algum grau de incerteza pelo facto de o risco descrito estar associado ao desfecho das referidas ações.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- avaliação do desenho e implementação dos principais controlos definidos pela Entidade ao nível do processo de identificação e apuramento de perdas por imparidade;
- análise das ações de impugnação de tarifário instauradas por municípios contra a Entidade, ou tendo a Entidade como parte contra interessada, e dos correspondentes valores a receber que se encontram contestados, conforme informação preparada pelo departamento jurídico da Entidade;
- confirmação externa de saldos com municípios;
- leitura e análise das atas do Conselho de Administração;
- indagações ao Conselho de Administração sobre as bases das suas estimativas e julgamentos e desafio dos pressupostos assumidos;
- análise das respostas aos pedidos de confirmação efetuados aos advogados externos e subsequente reunião com os advogados para obtenção de esclarecimentos adicionais; e,
- revisão das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 17 e 29 do Anexo às demonstrações financeiras.

Litígios e reclamações

Ver notas 4.3, 16 e 29 do Anexo às demonstrações financeiras.

O risco

Existem processos judiciais em curso contra a Entidade envolvendo eventuais quantias a depender de valor material. São registadas provisões para litígios pendentes e reclamações em curso sempre que se considere provável um desfecho desfavorável, de acordo com as políticas contabilísticas descritas nas notas 4.2 g) do Anexo às demonstrações financeiras.

A preparação da estimativa da provisão para litígios pendentes e reclamações em curso envolve incertezas e elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração da Entidade, sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- avaliação do desenho e implementação dos principais controlos definidos pela Entidade ao nível da revisão da estimativa para provisões para processos judiciais;
 - análise das ações instauradas por terceiros contra a Entidade, conforme informação preparada pelo departamento jurídico da Entidade;
 - análise das respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos;
 - leitura e análise das atas do Conselho de Administração;
 - indagações ao Conselho de Administração sobre as bases das suas estimativas e julgamentos e desafio dos pressupostos assumidos; e,
 - revisão das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 16 e 29 do Anexo às demonstrações financeiras.
-

Responsabilidades com investimento futuro

Ver notas 4.3, 10 e 16 do Anexo às demonstrações financeiras.

O risco

A provisão para responsabilidades com investimento futuro, que a 31 de dezembro de 2019 ascende a cerca de 162 milhões de euros, resulta das obrigações que decorrem do contrato de concessão conforme política contabilística descrita na nota 4.2 g) do Anexo às demonstrações financeiras.

A preparação da estimativa da provisão para responsabilidades com investimento futuro envolve julgamentos e incertezas resultantes, essencialmente, dos efeitos de eventuais alterações da calendarização dos investimentos e de alterações dos pressupostos financeiros (taxa de desconto e taxa de inflação), sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- avaliação do desenho e implementação dos principais controlos definidos pela Entidade;
- análise do plano de investimentos futuros face aos compromissos de investimento assumidos no contrato de concessão;
- avaliação da metodologia e dos pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da provisão para investimento futuro;
- desafio dos pressupostos que suportam a estimativa do Conselho de Administração e análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores;
- análise de sensibilidade aos impactos de alterações nos pressupostos financeiros e na calendarização dos investimentos;
- revisão das divulgações aplicáveis, incluídas na notas 10 e 16 do Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,



- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de agosto de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.



- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 13 de março de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

30 de março de 2020

Pedro Manuel Bouça Morais Alves da Costa

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa (ROC n.º 1466)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da ARM-Águas e Resíduos da Madeira S.A. (a Sociedade), referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

1. RELATÓRIO ANUAL SOBRE A AÇÃO FISCALIZADORA

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Sociedade, o Conselho Fiscal procedeu, no decorrer do período de 2019, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Sociedade, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do Artº 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal está ainda obrigado aos seguintes deveres:

- Informar o órgão de administração dos resultados da Revisão legal de Contas (individual) e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o Conselho Fiscal desempenhou nesse processo;
- Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira individual e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência;
- Acompanhar a Revisão Legal de Contas anuais, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), enquanto autoridade competente pela supervisão de auditoria;
- Verificar e acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nos termos legais, incluindo o artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços, caso aplicável, para além dos serviços de auditoria, nos termos do artigo 5.º do referido regulamento; e
- Selecionar os Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas a propor à Assembleia Geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.



Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no período em apreço, as seguintes ações:

- analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- acompanhou a revisão da estrutura organizativa da Sociedade, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Sociedade;
- analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira;
- participou em reuniões do Conselho de Administração que tiveram por objeto matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, nomeadamente naquelas em que foram apreciadas as Demonstrações Financeiras e a evolução da atividade da Sociedade;
- reuniu, quando necessário, com o Presidente do Conselho de Administração, os Administradores Executivos e os primeiros responsáveis das Direções, para informação e esclarecimento sobre aspetos específicos da gestão da Sociedade;
- analisou, caso aplicável, os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo Revisor Oficial de Contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo Revisor Oficial de Contas nos termos do Artº 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;
- reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos do Art.º 452 do Código das Sociedades Comerciais:

- o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio a Demonstração dos fluxos de caixa e as Notas Anexas às demonstrações financeiras relativos a 31 de Dezembro de 2019;
- o Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao período de 2019;
- a Certificação Legal de Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, emitida sem reservas.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados individuais da Sociedade;



- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Sociedade bem como a informação não financeira, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;

pelo que recomenda conseqüentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Sociedade e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

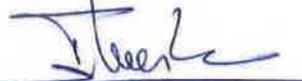
Lisboa, 7 de Abril de 2020

O CONSELHO FISCAL



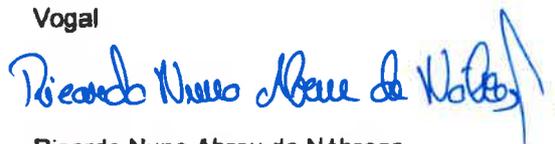
João Augusto

Presidente do Conselho Fiscal



José Ivo Correia

Vogal



Ricardo Nuno Abreu da Nóbrega

Vogal